

FELIPE PINTO SIMÃO



Pré-Vestibulares Populares em
Universidades Públicas no
Estado de São Paulo

contexto histórico e atuação



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



**PRÉ-VESTIBULARES POPULARES EM UNIVERSIDADES
PÚBLICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO:
CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAÇÃO**

FELIPE PINTO SIMÃO

FELIPE PINTO SIMÃO

**PRÉ-VESTIBULARES POPULARES EM UNIVERSIDADES
PÚBLICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO:
CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAÇÃO**



Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora: Dra. Cláudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora: Dra. Ana Cláudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Franciele Marques Redigolo

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Henrique Tahan Novaes

Aila Narene Dahwache Criado Rocha

Alonso Bezerra de Carvalho

Ana Clara Bortoleto Nery

Claudia da Mota Daros Parente

Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Pedro Angelo Pagni

Auxílio Nº 0039/2022, Processo Nº 23038.001838/2022-11, Programa PROEX/CAPES

Parecerista: Silvana Fernandes Lopes (Unesp/São José do Rio Preto)

Capa: Imagem gratuita Pixabay

Ficha catalográfica

Simão, Felipe Pinto.

S588p Pré-vestibulares populares em universidades públicas no estado de São Paulo: contexto histórico e atuação / Felipe Pinto Simão. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2024.

151 p. : il.

CAPES

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-537-7 (Impresso)

ISBN 978-65-5954-538-4 (Digital)

DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-538-4>

1. Inclusão em educação. 2. Universidades e faculdades. 3. Educação. 4. Políticas públicas.
I. Título.

CDD 378.105

Catálogo: André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Copyright © 2024, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - Campus de Marília

*Dedico este trabalho a todos os professores e
alunos de pré-vestibulares populares que lutam
pelo direito de acesso ao Ensino Superior.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAPB - Associação Atlética Acadêmica Pereira Barreto

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAFB - Centro Acadêmico de Farmácia e Bioquímica CAOC - Centro Acadêmico Oswaldo Cruz

CAPE - Centro de Apoio Popular Estudantil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAUM - Cursinho Alternativo da UNESP de Marília

CAVC - Centro Acadêmico Visconde de Cairu CEBA - Centro de Estudos Brasil-África

CIUNI - Cursinho Institucional UNIFESP Diadema CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude

CPFDRP - Cursinho Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto CPP - Cursinho Popular de Pirassununga

CPPU - Cursinho Popular Pimentas UNIFESP

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras CUCA - Curso Unificado do Campus de Araraquara

DACA - Diretório Acadêmico Prof. Carlos Aldrovandi DCE - Diretório Central dos Estudantes

EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo EJA – Educação de Jovens e Adultos

ELL - Escola de Engenharia de Lorena EMP – Escola Municipal Profissionalizante

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEFEI – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil

ENCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPUFABC – Escola Preparatória da UFABC

FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação FADAP – Faculdade de Direito da Alta Paulista

FCA UNESP - Faculdade de Ciências Agrônômicas FCA UNICAMP- Faculdade de Ciências Aplicadas FCAT - Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas

FCAV - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária

FCFRP - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia

FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade FEB - Faculdade de Engenharia de Bauru

FEG - Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá FEIS - Faculdade de Engenharia de Ilha solteira

FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FMRP - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

FMZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

FUNAP - Fundação Nacional de Amparo ao Preso FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP IA – Instituto de Artes

IAG - Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBILCE - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira IP – Instituto de Psicologia

IQ - Instituto de Química

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional MACVEST - Marie Curie Vestibulares

MEC – Ministério da Educação MINC – Ministério da Cultura

MSU – Movimento dos Sem Universidade ONG - Organização não Governamental

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PNE – Plano Nacional de Educação

PPIs – Pretos, Pardos e Indígenas

PPVUSP - Programa Preparatório para o Vestibular da USP PRCEU - Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária

PROCEC - Pró-reitoria de Extensão e Cultura PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura **PROEX** – Pró-reitoria de Extensão Universitária

PROEXT - Programa de Fomento à Extensão Universitária PROUNI – Programa Universidade para Todos

RENEX – Rede Nacional de Extensão

SESP - Secretaria Estadual de Segurança Pública SESU - Secretaria de Ensino Superior

SEU - Serviço de Extensão Universitária

SINTUFRJ – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ SRVEBP - Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública SIS - Síntese de Indicadores Sociais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

STU – Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP UFABC – Universidade Federal do ABC

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNICAMP – Universidade de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Apresentação.....	11
Capítulo 1 - Pré-Vestibulares Populares no Estado de São Paulo:Produção Acadêmica.....	21
Capítulo 2 - Extensão Universitária no Brasil.....	39
Capítulo 3 - Pré-Vestibulares Populares em Universidades Públicas no Estado de São Paulo.....	53
Capítulo 4 - Análise dos Pré-Vestibulares Populares em Universidades Públicas no Estado de São Paulo.....	115
Considerações Finais.....	129
Referências.....	133

APRESENTAÇÃO

Este livro - resultado de uma pesquisa de mestrado - foi motivado pelo envolvimento e participação do pesquisador com três diferentes pré-vestibulares populares da UNESP: um enquanto aluno na cidade de Botucatu (São Paulo), e os outros dois, como professor voluntário nas cidades de Assis (São Paulo) e em Botucatu, sendo que nessa última atuei durante todo o período do mestrado (2018-2020). A ideia de utilizar os pré-vestibulares populares como tema principal de pesquisa se deu justamente por conta dessas duas experiências distintas, de aluno e professor, que me proporcionaram importantes momentos de reflexão sobre a importância que projetos como esse têm para pessoas socioeconomicamente desfavorecidas, que almejam o Ensino Superior mas não possuem condições financeiras para arcar com os altos custos de um pré-vestibular particular.

Assim, tendo delimitado o tema norteador da pesquisa, iniciei o levantamento bibliográfico e encontrei na literatura uma escassez de informações sobre esses cursinhos no estado de São Paulo, fato que motivou a existência desta pesquisa, que busca responder à um problema central: qual o atual cenário dos pré-vestibulares populares que desenvolvem atividades em parcerias com as Universidades públicas no estado de São Paulo?

Buscando responder a tal questionamento, apresento a seguir o resultado de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental que teve como objeto de estudo pré-vestibulares populares que desenvolvem atividades em parcerias com Universidades públicas no estado de São Paulo. Essas informações também possibilitaram refletir sobre qual o caráter social das Universidades analisadas a partir de uma vertente que busca a inserção de uma população que historicamente foi marginalizada desses espaços.

Vale destacar que a demanda para ingressar em um curso preparatório pré-vestibular e, conseqüentemente, ingressar no Ensino Superior é reflexo de

um cenário que se intensificou após a expansão da Educação Básica no país, a partir da década de 1950. Como resultado, assistimos a uma ampliação de vagas principalmente no Ensino Superior privado e a uma sofisticação dos mecanismos de controle de acesso ao Ensino Superior público (CASTRO, 2011). Essa demanda aumentou, também, a relação candidato-vaga nos vestibulares das instituições públicas, resultando num expressivo contingente de jovens egressos do Ensino Médio – principalmente público – que não tinha sucesso em ingressar no Ensino Superior assim que concluíam sua formação básica, tendo, portanto, que recorrer aos cursinhos pré- vestibulares populares para se preparar novamente para o (s) vestibular (es).

Este cenário fortaleceu o desenvolvimento de várias iniciativas sociais pela defesa do ensino público e inclusão no Ensino Superior, como o Movimento dos Sem Universidade (MSU), os cursinhos pré-vestibulares populares, as propostas de alteração do sistema de ingresso, entre outras (MOEHLECKE e CATANI, 2006).

Conforme produção acadêmica sobre o tema, os cursinhos pré-vestibulares populares são iniciativas sem fins lucrativos, que contam com a participação de instituições religiosas, associações comunitárias, Universidades, estudantes egressos desses mesmos cursos, professores, entre outros atores sociais (ZAGO, 2009). A proposta comum a todos os cursinhos populares é a democratização do acesso ao Ensino Superior para uma população que historicamente sofreu um processo de exclusão deste espaço, principalmente a população negra, pessoas de baixa renda e egressos de escolas públicas.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2017, a taxa de frequência escolar líquida ao Ensino Superior era 23,2% para pessoas de 18 a 24 anos. Dessas, a porcentagem de pessoas de cor branca foi de 32,9%, enquanto que as de pessoas de cor preta ou parda foi de 16,7%, ou seja, metade da taxa para pessoas de cor branca. Vale ressaltar que elevar as taxas de matrícula é um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014-2024) - especificamente a Meta 12- que traz em seu texto:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da

população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014, p.41).

Observa-se que para as pessoas de cor branca, essa meta já foi alcançada, porém, para as de cor preta ou parda, há uma grande necessidade de políticas de incentivo ao Ensino Superior. Para tanto, o PNE aponta uma série de estratégias para aumentar as taxas de matrícula no Ensino Superior, das quais, destacamos: a ampliação de vagas em Universidades públicas (Estratégia 12.2); ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil (Estratégia 12.5); ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento (Estratégia 12.20); e ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, especialmente na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e Decreto nº 7.824/2012 (Plano Nacional de Educação, 2014, p.41, grifo nosso).

A reserva de cotas em Instituições de Ensino Superior (IES) federais (Lei nº 12.711) tem sido fundamental para diversificar o perfil de aluno nas Universidades públicas do país, visto que em 2012 o número de matrículas de alunos PPI (pretos, pardos e indígenas) em Universidades públicas aumentou vertiginosamente. De acordo com os dados da Sinopse Estatística da Educação Superior, disponibilizada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2012, haviam 328.975 alunos PPI matriculados em instituições de Ensino Superior públicas, destes, 82.052 eram pretos, 242.797 pardos e 4.126 indígenas; já em seu último estudo (2018), o número total de matrículas passou para 855.810 matrículas, das quais 195.875 são de alunos pretos, 644.485 pardos e 15.450 indígenas, o que representou um aumento de aproximadamente 160%. É notável que tais políticas têm alcançando um impacto positivo, mas há ainda um longo caminho a ser percorrido para que a meta do PNE seja alcançada, e mais do que isso, para que se possa atingir uma sociedade onde todos – independentemente da cor, raça e classe social – tenham acesso à uma educação pública e de qualidade (INEP, 2018).

Nesse contexto, de luta por inclusão, diversos cursinhos pré-vestibulares alternativos e populares têm trabalhado para que pessoas historicamente desfavorecidas tenham a oportunidade de ingressar em uma Universidade – principalmente pública. O papel social desempenhado por tais cursinhos está intimamente ligado à questão das cotas em IES, visto que o público alvo destes cursinhos é, em sua maioria, jovens que estudam ou estudaram integralmente em escolas da rede pública, e que podem utilizar do sistema de cotas e o SISU (Sistema de Seleção Unificada) para ingressarem no Ensino Superior. De acordo com o CONJUVE (Conselho Nacional da Juventude), jovem é o sujeito com idade compreendida entre os 15 e 29 anos, ainda que a noção de juventude não seja estabelecida meramente com o recorte etário, uma vez que também devem ser admitidas condições sócio-histórica-culturais como formadoras de uma juventude diversa (BRASIL, 2012). Enquanto categoria sociológica, a juventude pode ser caracterizada por um grupo de indivíduos que compartilha experiências de uma mesma geração em um momento específico da vida (MANNHEIM, 1968). Já para Weller (2010), essa categoria sociológica também pode ser comparada à outra categoria de análise, a situação de classe:

A situação de classe e a situação geracional tem em comum a limitação desses indivíduos a um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis, produzindo uma forma específica de viver e de pensar, uma forma específica de intervir no processo histórico (WELLER, 2020, p.211).

No caso dos cursos pré-vestibulares populares, a situação de classe dos jovens é fortemente marcada e percebida por meio dos próprios processos seletivos, que utilizam critérios como baixa renda per capita para formar seu grupo de alunos. Tal critério merece destaque, principalmente quando analisamos o número de jovens de baixa renda que têm acesso ao Ensino Superior. De acordo com os dados apresentados pela pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais” (SIS), em 2019, apenas 7,4% dos jovens (entre 18 e 24 anos) com os menores rendimentos da população estavam cursando o Ensino Superior, contra 63,2% dos jovens desse grupo de idade com os maiores rendimentos, ou seja, um percentual 8,5 vezes menor (IBGE, 2019).

O impacto desses números também pode ser notado nas aspirações dos jovens que frequentam os cursinhos populares, uma vez que almejam

no Ensino Superior profissões que lhes permitiriam uma ascensão social e econômica (NASCIMENTO, 2009). Dessa forma, os pré-vestibulares populares permitem que grupos de jovens que compartilham as mesmas experiências, realidades e aspirações, tenham a oportunidade de ingressar no Ensino Superior, atenuando, em partes, essa desigualdade social.

No estado de São Paulo, os cursinhos populares tiveram sua gênese na década de 1950. O primeiro cursinho desse tipo surgiu por iniciativa de alunos da Faculdade Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e tiveram sua grande expansão nos anos de 1990. A principal razão apontada por Salles (2002) é a de que nesse mesmo período a educação aparece como um dos principais instrumentos para impulsionar o desenvolvimento econômico-social no Brasil e nos países subdesenvolvidos em geral, de maneira que se reduzissem as desigualdades e superassem as condições de pobreza extrema presentes na sociedade.

Todavia, nesse mesmo período o acesso ao Ensino Superior pertencia majoritariamente às classes mais elevadas que detinham melhores condições econômicas para arcar com os custos de pré-vestibulares privados. Para Whitaker (2010), é nesse contexto sociológico, marcado por um sistema de estratificação por classes sociais que os cursinhos populares devem ser situados:

Durante mais de meio século, os cursinhos caríssimos, com seus professores carismáticos, garantiam a trajetória das elites na direção dos cursos e profissões de status elevado. Mas ao final do século XX, em meio ao alvoroço democratizante provocado pelos movimentos sociais, pela criação de ações afirmativas e pela luta contra a exclusão e o racismo, surgiram os primeiros cursinhos populares, criados pelo idealismo das ONGs e/ ou pela chegada dos partidos de esquerda ao poder (WHITAKER, 2010, p. 293-294)

A partir da década de 1990, quando passaram a ser frequentemente instituídos no âmbito da Universidade pública, os cursinhos surgem como oposição às lógicas de exclusão, elitização e mercantilização da educação, não estando preocupados somente com a simples reprodução dos conteúdos exigidos pelos vestibulares, mas sim com a formação crítica-social de seus alunos.

Assim, desde os anos 2000 observa-se uma mudança nas ações destes pré-vestibulares, que passaram a contribuir diretamente e efetivamente para

a organização de frentes e debates que objetivam a democratização dos usos da cidade e fortalecem a participação social em diferentes campos de ação, inclusive no aparelho de Estado (CASTRO, 2011). Para Santos (2006), o grande desafio dos cursinhos pré-vestibulares populares é assegurar o direito constitucional à escolaridade básica de qualidade à medida que precisam, também, garantir condições efetivas de acesso, permanência e produtividade acadêmica a seus alunos, futuros graduandos.

Além de se constituírem como um importante movimento de enfrentamento às desigualdades sociais no acesso ao Ensino Superior por possibilitarem a milhares de alunos egressos da rede pública de ensino e em menores condições socioeconômicas a oportunidade de ingressarem nas mais diversas Universidades do país, os cursinhos também possibilitam uma melhor formação pedagógica aos seus docentes. Para Moraes (2006), os cursinhos são espaços que permitem a exploração em espaços, funções e responsabilidades que as instituições regulares de ensino, geralmente, não permitem:

Os professores deliberam sobre os rumos pedagógicos e organizacionais, assumem responsabilidades no âmbito de coordenação - fazendo parte do grupo coordenador ou como coordenadores de suas áreas de atuação - compartilham com seus pares seus anseios e propõem soluções, havendo negociações de processos, conteúdos e dinâmicas. [...] Constitui espaços que proporcionam aos professores a expressão de suas compreensões sobre o ensino e matéria que lecionam, a reflexão sobre tais compreensões, resignificação do ensino e redefinição de estratégias de ensino e de repertório representacional para ensinar (MORAES, 2006, p.164-165)

Zago (2009), ao discutir o fato dos cursinhos serem coordenados e terem suas aulas ministradas por diferentes atores sociais, que não raro também pertencem à centros acadêmicos e/ou à movimentos sociais, aponta para a existência de discussões acerca da Universidade pública que também permite aos alunos o contato com uma visão crítica do ambiente universitário.

Atualmente, os cursinhos populares são encontrados em todos os estados do país, sendo oferecidos por diferentes instituições. Dentre essas, há as prefeituras municipais, Universidades públicas e particulares, Organizações não Governamentais (ONGs), diretórios acadêmicos das Universidades, associações de bairros, sindicatos e igrejas (WHITAKER et al., 2008).

Em relação ao estado de São Paulo, as três Universidades estaduais (UNESP, UNICAMP e USP) contam com cursinhos em suas unidades, sendo que somente a UNESP possui 31 núcleos e oferece mais de 5200 vagas. Além dessas instituições, há também três Universidades federais: UNIFESP, UFSCar e UFABC. A UNIFESP conta com 05 núcleos de pré-vestibular popular, ao passo que a UFSCar possui 04. A UFABC, por sua vez, conta com um grande programa denominado “Escola Preparatória”, presente em todos os campi. Assim como um cursinho pré-vestibular, a “Escola Preparatória” busca promover o acesso das comunidades populares da região do ABC ao Ensino Superior de qualidade, oferecendo um cursinho gratuito preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizado na seleção de alunos para a UFABC.

Durante o delineamento desta pesquisa o pesquisador notou que, embora existam inúmeras unidades de pré-vestibulares ligadas às instituições públicas, há uma carência de informações a respeito dos mesmos. Embora esse modelo de pré-vestibular tenha se consolidado ao longo dos anos, com cada vez mais vagas ofertadas e mais alunos ingressando em Universidades, há no momento grande dificuldade de encontrar dados oficiais que permitam identificar o funcionamento dos mesmos ao longo dos últimos anos. Apesar de Nascimento (2013), Camargo (2009) e Oliveira (2013) terem contribuído com estudos sobre a temática dos cursinhos populares no estado de São Paulo, suas pesquisas foram voltadas para um estudo sobre determinado cursinho ou até mesmo sobre uma Universidade em específico. Diante disto, qual seria o atual cenário dos pré-vestibulares populares que desenvolvem atividades em parcerias com as Universidades públicas no estado de São Paulo?

Para responder a tal questionamento, busquei identificar as atividades realizadas pelos cursinhos pré-vestibulares populares presentes em Universidades públicas no estado de São Paulo. Os cursinhos foram analisados com o intuito de verificar quais recursos, parcerias público-privado e objetivos político-pedagógicos norteiam suas atividades, o que nos deu o alicerce necessário para responder ao questionamento principal.

Com uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, investigamos o funcionamento e as atividades desenvolvidas pelos cursinhos pré-vestibulares populares no estado de São Paulo, ligados às Universidades públicas,

buscando informações referentes ao número de vagas disponibilizadas, ao número de professores (discentes) e docentes participantes, ao número de bolsas de estudos e o número de egressos aprovados nos vestibulares das Universidades públicas e particulares, além de identificar as parcerias realizadas entre os cursinhos e diferentes entidades públicas e/ou privadas.

No “Capítulo 1”, apresentamos um levantamento sobre teses e dissertações que versam sobre cursinhos pré-vestibulares populares no estado de São Paulo. Optamos por fundamentar o capítulo com uma pesquisa do tipo “estado da arte”, uma vez que essa oferece o subsídio necessário para compreender possíveis pontos de convergência e divergência, lacunas, generalizações e perspectivas para futuras pesquisas (FREITAS, 2013).

As buscas ocorreram por meio de palavras-chaves em bancos de dados eletrônicos que possuem teses e dissertações. Ao todo, foram selecionados e analisados 29 trabalhos, sendo 26 dissertações e 03 teses. Para melhor compreensão do material, as teses e dissertações foram agrupadas em três (03) grandes *eixos temáticos*, definidos a partir das tendências de temas abordados dentro das pesquisas: 1) cursinhos populares e os movimentos sociais; 2) práticas pedagógicas e formação de professores; e 3) trajetória e identidade dos alunos de cursinhos populares.

No capítulo 2, são apresentadas as principais Leis e os Decretos que possibilitaram o desenvolvimento da extensão universitária tal como a conhecemos hoje. A construção do capítulo está fundamentada em um levantamento bibliográfico que teve como foco documentos normativo-legais que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento das políticas de extensão universitária. O objetivo é, também, compreender qual o caráter social da Universidade a partir de uma vertente que busca a socialização do conhecimento. Para tanto, as análises partem do referencial teórico de Paulo Freire, em sua obra “Comunicação ou Extensão?” (2015), assim como em Boaventura de Sousa Santos, com sua obra “A Universidade do século XXI” (2011).

No capítulo 3, há uma breve contextualização das Universidades públicas no estado de São Paulo, bem como os resultados do levantamento que possibilitaram identificar os cursinhos pré-vestibulares populares que desenvolvem atividades nas respectivas Universidades. Para tanto, o capítulo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica e de análise documental. A

coleta de dados foi realizada através do contato via e-mail com os cursinhos presentes em Universidades públicas no estado de São Paulo, bem como às pró-reitorias de extensão universitária que mantêm um vínculo institucional com estes. O levantamento e análise de editais de seleção para alunos cursistas, assim como demais informações públicas divulgadas em páginas oficiais dos cursinhos (blog, Facebook, websites, entre outros) também possibilitaram ao pesquisador atingir os objetivos desta pesquisa.

No capítulo 4, apresento uma análise dos 64 pré-vestibulares populares identificados durante o levantamento. As discussões baseiam-se nos principais dados numéricos apresentados no capítulo anterior e permitem compreender aproximações e distinções entre os cursinhos das Universidades federais e estaduais, além de lançar luz à suas contribuições e limitações.

Posto isto, espero que a pesquisa contribua cientificamente com este movimento dos pré-vestibulares populares, sobretudo em relação ao papel social das Universidades por meio de suas associações com estes no estado de São Paulo.

CAPÍTULO 1

PRÉ-VESTIBULARES POPULARES NO ESTADO DE SÃO PAULO: PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para este capítulo, apresento uma análise de teses e dissertações que versam sobre experiências desenvolvidas por cursinhos pré-vestibulares populares no estado de São Paulo. Para tanto, realizei uma pesquisa do tipo “Estado da Arte”, uma vez que essa oferece o subsídio necessário para compreender possíveis pontos de convergência e divergência, lacunas, generalizações e perspectivas para futuras pesquisas (FREITAS, 2013). Como recorte, foram selecionadas teses e dissertações que possuíam como objeto de estudo cursinhos pré-vestibulares populares que realizam (ou realizavam) atividades no estado de São Paulo. Considerando que o público-alvo destes são alunos ou ex-alunos da rede pública de ensino, o recorte foi definido com intuito de possibilitar uma melhor análise sobre o contexto político-social que esses cursinhos vêm compartilhando.

As buscas ocorreram em bancos de dados eletrônicos que possuem teses e dissertações. Entre os disponíveis, optamos por utilizar a Biblioteca Digital Brasileira de(BDTD), e as bibliotecas virtuais das Universidades públicas no estado de São Paulo (USP, UNESP, UNICAMP, UFSCar, UNIFESP e UFABC). Para selecionar o material, foram definidas as seguintes palavras-chave: “*cursinho*”; “*cursinho pré-vestibular*”; “*curso pré-vestibular*”; “*cursinho popular*”; “*cursinho comunitário*” e “*cursinho alternativo*”

A coleta do material deste levantamento ocorreu em dois momentos: março de 2018, e março de 2019. No período analisado, foram selecionados um total de 29 trabalhos, sendo 26 dissertações e 3 teses. Vale destacar que

utilizando apenas a BDTD como acervo de busca, a pesquisa retornou um total de 41 produções no país. Nota-se, portanto, que o estado de São Paulo concentra a maior parte das produções acadêmicas sobre o tema. Segundo Almeida (2016) e Castro (2005), além de São Paulo, Rio de Janeiro também aparece como um dos estados que mais produziu material de pesquisa acadêmica sobre cursinhos populares. Para esses autores, as produções são decorrências desses dois estados possuírem, também, o maior número de cursos pré-vestibulares populares, sobretudo os cursos agremiados¹ na forma de núcleos ou redes de cursinhos (ALMEIDA, 2016, p. 35).

A seleção do *corpus* da pesquisa ocorreu a partir das leituras do título, resumo e palavras-chave. Posteriormente, os trabalhos foram lidos na íntegra e as análises proporcionaram a organização das teses e dissertações em três (3) grandes *eixos temáticos*, definidos a partir das tendências de temas abordados dentro das pesquisas: 1) cursinhos populares e os movimentos sociais; 2) práticas pedagógicas e formação de professores; e 3) trajetória e identidade dos alunos de cursinhos populares.

A construção do primeiro eixo “cursinhos populares e os movimentos sociais” foi guiada por teses e dissertações que apresentam discussões que possibilitam a compreensão e categorização dos cursinhos populares enquanto um movimento mais amplo, tendo em comum pautas que lutam pelo acesso ao Ensino Superior de qualidade para todos, o que inclui políticas de cotas, isenção de taxas de vestibular por critérios socioeconômicos e/ou para alunos da rede pública, etc. Compõem esse eixo a tese de Castro (2011) e as dissertações de Bacchetto (2003), Castro (2005), Camargo (2009), Oliveira (2013) e Custódio (2014).

O segundo eixo “práticas pedagógicas e formação de professores” inclui teses e dissertações que apresentam atividades desenvolvidas em cursinhos populares, em especial as que contribuem com a formação política de alunos e professores, característica fundamental dessas iniciativas. Além disso, o eixo também abarca produções que evidenciam como tais práticas possibilitam uma melhor formação inicial de professores. Compõem o eixo temático a

¹ Unidades de atuação dos cursinhos, visto que algumas iniciativas possuem “desdobramentos” que resultam em mais de uma unidade na mesma cidade ou fora dela. Podem ser identificados oficialmente com um único nome (formando redes ou polos), ou com nomes distintos (formando núcleos).

tese de Batalha (2018) e as dissertações de Santos (2002), Ruedas (2005), Moraes (2006), Mendes (2006), Vitorino (2009), Modro (2009), Piunti (2009), Borges (2011), Nascimento (2013), Carvalho (2014), Tangerino (2018) e Casaut (2019).

Já o terceiro e último eixo, “trajetória e identidade dos alunos de cursinhos populares”, é composto por teses e dissertações que, além de analisarem a origem econômica e social desses alunos, abordam questões relativas às suas trajetórias enquanto universitários. Compõem o eixo as teses de Bonaldi (2015) e Tarábola (2015), e as dissertações de Bonfim (2003), Santos (2006), Valeriano (2006), Saffiotti (2008), Nascimento (2009), Souza (2009), Corrêa (2011) e Siqueira (2012).

Classificação da produção acadêmica sobre os pré-vestibulares Populares, Alternativos e/ou Comunitários em eixos temáticos

A sistematização da produção apontou para um acúmulo de estudos em nível de mestrado (89%), além da tendência das pesquisas se voltarem para análises e discussões que versam sobre a identidade e a trajetória dos alunos que compõem os cursinhos populares, fato que resultou na origem do maior eixo temático deste capítulo.

Em síntese, a produção acadêmica também permite caracterizar os pré-vestibulares populares como importantes articuladores e mediadores de ações que repercutem em diferentes campos, tais como: políticas públicas; extensão universitária; ações afirmativas; permanência estudantil; lutas anti-racistas; movimentos sociais; práticas de ensino; formação de professores; sociologia; psicologia, linguística; etc. Importante ressaltar que apesar de terem sua gênese há mais de 60 anos, os cursinhos populares ainda constituem uma inesgotável fonte de estudo, à medida que vêm se desenvolvendo em sintonia com as demandas sociais, o que possibilita novos olhares sobre suas ações políticas.

Cursinhos populares e os movimentos sociais

No estado de São Paulo, Bacchetto (2003) foi o precursor dos estudos sobre cursinhos pré-vestibulares alternativos. Em sua dissertação, o autor

pesquisou os cursinhos alternativos no município de São Paulo entre 1991 e 2000, entendendo estes enquanto movimentos sociais que lutam pela igualdade e democratização do acesso ao Ensino Superior. Entre as contribuições desse movimento, o autor destaca “a luta pela isenção da taxa de inscrição, a reserva de vagas para alunos da rede pública, ações afirmativas para garantir o acesso da população negra, a gratuidade do ENEM e o ingresso como alunos especiais nas públicas” (BACCETTO, 2003, p.116).

Castro (2005), por sua vez, apresenta em sua pesquisa de mestrado a análise de cursinhos alternativos e populares enquanto movimentos territoriais que lutam pelo acesso ao Ensino Superior quando “operam interesses das classes populares, disputam espaços nos lugares de decisão e contribuem para que a agenda da democratização do acesso ao ensino público gratuito seja uma luta de toda a sociedade” (CASTRO, 2005, p. 99).

Outras importantes contribuições do autor para a temática foram apresentadas em sua tese de doutorado, realizada pela UNICAMP em 2011. Nessa nova pesquisa, novos entendimentos sobre os cursinhos populares e alternativos são apresentados a partir de diferentes práxis relatadas. Entretanto, para este momento, destacamos a seguinte análise:

O movimento de cursinhos alternativos e populares é um movimento socioespacial urbano e popular porque procura também realizar uma demanda das classes populares por acesso ao conhecimento e tem no espaço urbano seu lugar privilegiado de ação e de luta para tornar o espaço da Universidade um lugar mais plural e democrático, ou seja, tem como pauta questões estritamente urbanas, como: educação, Universidade e democracia (CASTRO, 2011, p.191).

Camargo (2009), em sua dissertação, corrobora com o conceito de Castro (2005) ao entender os cursinhos populares como um movimento territorial. Utilizando-se como referencial empírico da pesquisa o programa de cursinhos pré-vestibulares da UNESP, a autora aponta para uma tendência desses cursinhos virem a se tornar uma política social de ação afirmativa, em âmbito nacional. Para Camargo (2009), isso seria possível mediante diretrizes vindas da união, ou por ações isoladas, de cursinhos que poderiam atingir todo o país (CAMARGO, 2009, p.92).

Oliveira (2013), utilizando como referencial a redemocratização do país, utiliza uma abordagem que discute cidadania e sociedade civil organizada para caracterizar os cursinhos populares como um “novo movimento social”:

Os cursinhos populares constituem, a nosso ver, movimentos que se vinculam a um amplo repertório de ações anti-capitalistas e contestatórias ao modelo neoliberal, difusamente referidos como “novos movimentos sociais”. Constituem processos de reação às práticas educacionais neoliberais de mercantilização do ensino e manutenção da desigualdade no acesso, inclusive, aos direitos constitucionais. Embora heterogêneos e difusos, tais movimentos vêm se firmando como referências de lutas setoriais (OLIVEIRA, 2013, p.85).

Baseando seus estudos de análise de discurso - particularmente na categoria do interdiscurso - Custódio (2014) caracterizou, em sua dissertação, por meio de experiências realizadas em cursinhos populares, o processo de emergência do discurso dos Sem Universidade no Brasil (MSU). Apesar de não ser um movimento com atuação restrita aos cursinhos populares, o MSU – surgido no contexto político nacional no ano de 2001 - trouxe para o cenário da luta a democratização do acesso à Universidade pública (CASTRO, 2005). Por exemplo, no ano de 2002, o MSU conseguiu apoio do poder municipal de São Paulo para os projetos de cursinhos populares, localizados nas periferias da cidade. Segundo o autor, o movimento também teve um importante papel na criação de um sistema público de bolsas de estudos, o que depois se chamaria PROUNI.

Práticas pedagógicas e formação de professores

Buscando compreender como ocorre a orientação profissional em cursos pré- vestibulares, Santos (2002) analisa quais são as práticas desenvolvidas e, em que medida há correspondência entre elas e os modelos teóricos. Para alcançar seus objetivos, o autor colheu de depoimentos de profissionais da área da psicologia que atuavam em cursinhos particulares (comerciais) e populares – especificamente, o EDUCAFRO. Dentre os aspectos históricos analisados, pode-se perceber a orientação profissional como uma prática ainda não institucional nos cursinhos, pois os serviços de orientação ainda se

encontram em processo de criação e inclusão. Segundo o autor, tal fato pode ser entendido pela criação de novas unidades e instituições que ampliam cada vez mais esse “modelo escola”. Santos (2002) também discute que essa ampliação pode ser representada, principalmente, pelos cursinhos populares que ganham espaço e oferecem uma ação em resposta a exclusão de uma parte da sociedade dos espaços universitários.

Ruedas (2005), em seu estudo de caso sobre o Cursinho Popular de Jandira (SP), apresenta em sua dissertação análises que permitem identificar de forma mais clara o perfil de um cursinho popular. Nesse sentido, com base nas ações de pesquisa levadas a cabo, a autora destaca: a inserção de alunos e professores numa gestão cooperativa e representativa; um currículo e aulas diferenciadas e voltadas para o enriquecimento cultural e social; ações voltadas para a comunidade e atividades extraclasse com intuito de promover a cultura e o lazer.

A autora revela, também, que um cursinho popular é capaz de levar o jovem a constituir uma identidade marcada pela autoestima, com ampliação de suas referências para a ação, seja por meio da conquista de uma vaga na Universidade, ou por investimento em outros projetos de vida (RUEDAS, 2005, p. 214).

Moraes (2006), em sua pesquisa de mestrado que trata da investigação do processo de aprendizagem da docência pelos professores de um cursinho pré-vestibular popular da UFSCar, objetivou identificar as concepções dos participantes sobre eventos de sala de aula e práticas pedagógicas, além das mudanças que efetuaram a partir dessa análise. Segundo a autora, os professores do cursinho envolvem-se em espaços que extrapolam o âmbito da sala de aula, pois além de lidarem com os meandros que envolvem o início da experiência docente e o ato de ensinar, precisam, também, participar ativamente da gestão e organização que caracterizam o projeto.

Além disso, Moraes (2006) destaca outros elementos que contribuem para o repensar da prática docente e sua conseqüente ressignificação: os simulados; a experiência como monitor anterior à de professor, a relação professor/monitor, a relação professor/professor especialista; as reuniões pedagógicas, dentre outros. Importante destacar que os professores ressaltaram as aprendizagens advindas das reuniões pedagógicas, e da experiência docente no cursinho, como as mais relevantes para eles.

Mendes (2006), realizando um estudo de caso sobre o Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo, evidencia em sua dissertação algumas divergências sobre a prática docente dentre os professores do cursinho. Segundo o autor, muitos dos professores de cursinhos populares encaram sua atuação não como um trabalho voluntário, mas sim enquanto uma militância coletiva para transformar determinada realidade. Se esta é a visão de alguns professores, ou pelo conjunto de pessoas que constroem o projeto de um cursinho popular, a implicação é de o projeto ser compatível com a lógica segregadora da Universidade, ou se serve para questioná-la (MENDES, 2006, p.47).

Partindo da Sociologia da Educação, Vitorino (2009) investiga em sua dissertação a proposta antirracista do cursinho para negros e alunos socioeconomicamente desfavorecidos da ONG FONTE (Araraquara/SP) - Frente Organizada para a Temática Étnico-Racial. Para tanto, observa a dialética entre racismo e antirracismo no Brasil, além de investigar as noções sobre o negro e cultura negra por parte da equipe de professores e coordenadores do cursinho.

Tendo recebido verba pelo programa “Diversidade na Universidade”, executado pelo Ministério da Educação (MEC), o cursinho relata ter desenvolvido com seus professores um intenso processo de formação em relação à temática étnico-racial e a diversidade. Como resultado, o autor observou atividades político-pedagógicas no combate ao racismo, e a valorização da cultura negra não se limitou à sala de aula. Nesse sentido, afirma que a educação antirracista desenvolvida pelo cursinho possibilita compreender as formas de luta dos grupos marginalizados contra a exclusão no sistema educacional.

Modro (2009) apresenta em sua dissertação uma análise dos mecanismos apropriados por alunos de um cursinho pré-vestibular popular da UFSCar (São Carlos/SP), como forma de acesso à “cultura letrada de prestígio”. O tema abordado pelo pesquisador permite-nos avaliar e (re)pensar questões referentes ao exame do vestibular, principalmente por questionar práticas e protocolos utilizados enquanto correção de redações e provas dissertativas, que originam novos filtros de seleção por parte daqueles que não dominam a “cultura de prestígio”.

Partindo do pressuposto de que nos cursinhos pré-vestibulares populares são desencadeados diversos processos educativos, Piunti (2009) apresenta

em sua dissertação quais as aprendizagens envolvidas no “Cursinho Prodam” (São Carlos/SP). Como resultado, a autora observou que as aprendizagens no contexto do cursinho ultrapassam o esperado para os vestibulares:

O que percebemos é que tem muita coisa acontecendo num espaço intergeracional, que reúne jovens e adultos, compreende um multiculturalismo, a baixa renda é uma constante e as expectativas de mudança de vida são muito altas. E não era objetivo do cursinho fazer as pessoas “sonharem”, ser uma “terapia” para elas. Percebemos, que ao serem instrumentalizadas (tem a ver com socialização secundária) estas pessoas transformam a própria vida e dão a ela novos sentidos (tem a ver com humanização) (PIUNTI, 2009, p. 104).

Borges (2011) apresenta em sua dissertação uma análise do conhecimento prévio sobre matemática (em específico expressões que envolvem letras e números) explicitadas por jovens e adultos de cursinho popular de Ribeirão Preto (SP). Entendendo esse espaço de ensino como “não formal”, a autora constata que a possibilidade de discussão com o grupo, bem como uma mediação dialógica (comum em discursos de cursinhos populares), possibilita aos estudantes uma (re)organização de conceitos “equivocados”, ou não tão bem “adquiridos” durante a passagem pela escola formal.

Nascimento (2013), ao analisar os cursinhos pré-vestibulares presentes em diversos campus UNESP, observa a participação discente como um campo de estágio para adquirir experiência, além de possibilitar o ingresso destes no mercado de trabalho. Contudo, alguns dos projetos pesquisados têm a visão de um campo que serviria para os discentes atuarem politicamente, pensando na transformação social com base nas teorias freireanas ou marxistas. Carvalho (2014), por sua vez, apresenta uma crítica ao modelo de ensino-aprendizagem do cursinho popular da UNESP de Franca. Segundo o autor, durante o “Fórum dos Cursinhos Populares da região de Ribeirão Preto”, em 2010, os professores mostraram não se preocupar apenas com o conteúdo e aprovações em vestibular. Entretanto, conversas realizadas com alunos e ex-alunos para fins da pesquisa comprovaram o oposto: no que tange à comparação com o modelo pedagógico libertário, faltam propostas de atuação que contrariem a lógica diagnosticada, tal como a união entre trabalho produtivo e o processo de ensino-aprendizagem (CARVALHO, 2014, p.112).

Em sua dissertação, Tangerino (2018) oferece a problematização político-pedagógica da experiência docente no cursinho popular “Florestan Fernandes” (São Paulo – SP). Tendo como foco principal o ensino de Filosofia, a autora discute a importância de posicionar o aluno como interlocutor válido no protagonismo do debate filosófico, e que mais do que pensar nas aprovações dos vestibulares, os cursinhos populares vêm atuando no resgate do compromisso político por parte dos professores, e com outras expressões subjetivas do direito à educação (TANGERINO, 2018).

Batalha (2018), que defendeu sua tese no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, teve como objeto de estudo alunos de um cursinho popular de Itu – SP. Apoiando-se em uma investigação descritivo-analítica qualitativa de natureza etnográfica, a autora buscou compreender, a partir de animações produzidas pelos alunos do cursinho, as estruturas pilares dos processos interacionais escolares. Em termos gerais, surgiram proposições e referências de alguns dos problemas-chave dos processos de ensino-aprendizagem, e encaminhamentos pedagógicos mais otimizados.

Casaut (2019), apresenta em sua dissertação de mestrado uma análise sobre os cursinhos populares da UNESP a fim de identificar aproximações e distanciamentos entre suas atividades, público-alvo, infraestrutura, etc. Para o autor, os cursinhos da UNESP adotam diversas ações que possibilitam o desenvolvimento crítico de seus alunos, como palestras e oferecimento de minicursos informativos, eventos que abordam temas sociais e políticos etc. Além disso, as práticas analisadas buscam uma preparação mais adequada para os vestibulares aos alunos mais socioeconomicamente desfavorecidos e egressos da rede pública de ensino por meio da apropriação de práticas utilizadas historicamente pelas elites no *locus* denominado cursinhos pré-vestibulares.

Trajetória e identidade de alunos de cursinhos populares

Bonfim (2003) analisa em sua dissertação a visão de um grupo de ex-alunos, alunos e colaboradores sobre o impacto do “Centro de Apoio Popular Estudantil” (CAPE), um curso pré-vestibular de Ribeirão Preto (SP). Durante as entrevistas semiestruturadas, a autora questionou os alunos sobre o que representava o cursinho para a família desses, e uma das respostas

mais frequentes era que essas, por serem oriundas de camadas mais pobres da sociedade, não compreendiam o que significava o acesso ao Ensino Superior, mas que apoiavam a iniciativa por compartilharem os sonhos dos filhos. Já para os alunos que conseguiram ingressar, restava apenas o incentivo para que seus irmãos fizessem o mesmo, o que, segundo Bonfim (2003), indica que o CAPE representava a chance de mudança na trajetória de algumas famílias. Apenas um dos entrevistados citou o fato de que para sua família, o fato de ingressar no cursinho significava a possibilidade de, por meio da educação, ter acesso a uma situação econômica um pouco mais tranquila (BONFIM, 2003, p. 117)

Santos (2006), visando a oferecer elementos que contribuíssem para uma melhor compreensão da inclusão de ex-alunos de um cursinho pré-vestibular popular do Instituto de Psicologia da USP, examinou a continuidade destes enquanto universitários entre os anos de 2004 e 2005. Além disso, o estudo também se propôs a compreender o papel desses cursinhos no processo de formação da identidade profissional:

Existem indícios suficientes para afirmar que o cursinho pré-vestibular pode se tornar um espaço transicional de desenvolvimento, permitindo que o indivíduo se aproprie de atribuições transitórias como espaço de experimentação e ao mesmo tempo internalize o sentimento de pertença a um grupo, condições fundamentais para o desenvolvimento do projeto de vida (SANTOS, 2006, p.84).

Também no ano de 2006, Valeriano apresentou em sua dissertação análises das motivações e aspirações de alunos pertencentes aos cursos de pré-vestibular da ONG EDUCAFRO. Fundamentando suas discussões nos mecanismos de inclusão e exclusão da população negra e economicamente desfavorecida no Ensino Superior, a autora apresenta a ONG por uma perspectiva de *educação cidadã*, que privilegia a conscientização da população negra sobre os problemas a que está sujeita na sociedade brasileira, principalmente tendo em vista o racismo estrutural.

Além da revisão bibliográfica, Valeriano (2006) optou por uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumento entrevistas e questionário – esse, voltado apenas aos alunos do núcleo da ONG em São João Clímaco (São Paulo). Ao todo, responderam ao questionário 45 alunos. Para a entrevista,

a autora contou com a participação de 6 professores e 11 coordenadores, sendo entre os entrevistados está o Frei David, fundador da ONG. A pesquisa constatou que os alunos do pré-vestibular buscam na ONG uma alternativa que possibilite o ingresso no Ensino Superior, e conseqüentemente, melhores condições de ingressarem no mercado de trabalho. Entretanto, apesar de compreender a importância do Ensino Superior como um processo de mudança social, a autora pontua que também é necessário entendermos que o diploma universitário não é condição suficiente para a eliminação da desigualdade racial e social, sobretudo da população negra. Em vista disso, defende um modelo de Universidade que seja adequado à realidade do aluno brasileiro.

Saffiotti (2008), partindo de relatos de alunos no plantão psicológico, discute em sua dissertação as crises e transformações psicossociais por que passaram estudantes de um cursinho popular de São Paulo. Partindo do próprio material institucional de divulgação, que dizia promover a inclusão social e promover o acesso à cultura, à informação e à cidadania, o autor apresenta a questão que norteou toda a pesquisa: qual é, de fato, a contribuição de um cursinho popular a alunos de baixa renda?

Para o autor, ao selecionarem os alunos por critérios socioeconômicos (inclusive o fato do ensino básico público), os cursinhos populares constroem um grupo com tantas características em comum, que criam condições que facilitam a aproximação das pessoas e o desenvolvimento de um sentimento de grupo, essencial para os depoentes da pesquisa. Nesse sentido, o autor revela:

A possibilidade de apropriação do conhecimento e da reflexão enquanto elementos presentes num espaço de pertencimento, tal como vivenciada pelos alunos entrevistados, permitiu o desenvolvimento da aprendizagem a partir de uma esfera de compreensão do conteúdo em que ocorreu a tessitura de relações entre este processo e a experiência pessoal (SAFFIOTTI, 2008, p.171).

Nascimento (2009), em sua dissertação, apresenta os motivos que levam jovens de camadas populares a aspirarem pela educação superior. Diante dos resultados, conclui que a aspiração desses jovens estudantes dos cursinhos pré-vestibulares populares e alternativos sinaliza o exercício de uma profissão que lhes permita uma ascensão econômica e social. Em outras palavras, elas

evidenciam uma demanda desses jovens em se diferenciarem de seus pares, num movimento de contraposição ao controle social exercido pelas instituições sociais. Importante destacar, também, que para os alunos entrevistados, o fato de ter aulas dentro de uma Universidade pública contribui no sentido de tornar mais concreta a sua aspiração à educação superior.

No mesmo ano, Souza (2009) tem como centro de interesse em sua dissertação os cursinhos pré-vestibulares populares que se multiplicaram no Brasil a partir dos anos 1990. A proposta se sustenta na indagação sobre a atual situação social dos indivíduos que passaram por estes cursinhos, ultrapassaram as barreiras do vestibular, vivenciaram os cursos de graduação e estão, hoje, atuando como profissionais diplomados.

O estudo permitiu apreender a maneira como os destinos sociais são fabricados e de que forma as histórias (familiares, escolares, residenciais) de cada indivíduo revela o campo de possibilidades escolares e sociais. Tal qual discutiu Saffiotti (2008), o sentimento de pertencimento também é abordado pela autora, mas em um sentido oposto. Para Souza (2009), os jovens egressos de cursinho pré-vestibular popular enfrentam um sentimento de não pertencimento em relação à Universidade pública, que pode ser traduzido pelo modo como sentem as disparidades sociais com as quais são confrontados no meio universitário.

Corrêa (2011) teve como objetivo analisar as trajetórias de ex-alunos do curso pré- vestibular popular Herbert de Souza (Campinas-SP), que ingressaram em Universidades. Por meio de entrevistas, observou que o ingresso desses sujeitos nas Universidades não põe fim a lutas e conflitos. Entre os problemas mais enfrentados pelos alunos, a autora destaca as condições socioeconômicas desfavoráveis e as práticas pedagógicas dos professores em relação aos colegas de classes sociais mais abastadas.

Siqueira (2012) apresenta em sua pesquisa de mestrado uma análise de processos que possibilitam o acesso ao Ensino Superior para alunos do ensino público. Para tanto, utiliza como objeto de estudo um cursinho pré-vestibular “popular”. Aplicando conceitos teóricos de Pierre Bourdieu, a autora discute mecanismos que podem ocasionar a classificação/reclassificação social. Além disso, suas leituras sobre Bernard Lahire permitiram identificar a influência familiar na formação dos jovens, apresentando importantes contribuições

para entender as reais influências que levaram os jovens ao “sucesso escolar”.

Bonaldi (2015), por meio de uma inserção etnográfica, realizou em sua tese o acompanhamento longitudinal das trajetórias de jovens que passam por um cursinho popular, com o intuito de delinear e de compreender os mecanismos e os processos responsáveis pela produção de chances desiguais de acesso às Instituições de Ensino Superior mais prestigiadas do estado de São Paulo. Suas análises tornaram possível observar que a passagem pelo cursinho contribuiu para orientar esses jovens em uma direção na qual potencialidades, inscritas nesses jovens por suas experiências pgressas, poderão ser plenamente acionadas e efetivadas. Além disso, o autor também destaca a dimensão política do cursinho, evidenciando que diferentes dinâmicas interacionais, refletidas não somente nas diferentes trajetórias de ingresso no Ensino Superior, como também na eventual reprodução, por parte de alguns estudantes, das visões de mundo e das disposições políticas projetadas pelos professores do cursinho, garantem a contínua reprodução da iniciativa (BOLNALDI, 2015).

Tarábola (2015), em sua tese de doutorado, teve por objetivo refletir sobre o processo de constituição de nove jovens estudantes ingressantes em diferentes cursos da Universidade de São Paulo em 2014, egressos de escolas públicas e participantes do cursinho ofertado pelo Programa Preparatório para o Vestibular da USP (PPVUSP) em 2013. Segundo o autor, a questão da origem social dos alunos pesquisados foi caracterizada pela tensão entre hierarquia e igualdade, pelo jogo entre verticalidade e horizontalidade. Nesse sentido, esses estudantes pareciam estar mais próximos à aspiração de tratamento igualitário e de afirmação de sua autonomia do que dispostos a manter um contexto marcado por uma desigualdade supostamente natural e situações de dependência.

Cursinhos populares, comunitários ou alternativos?

Um ponto que merece atenção na análise das teses e dissertações é a imprecisão dos termos utilizados para denominar os cursinhos pré-vestibulares “populares”, “comunitários” e “alternativos”. A ambiguidade gerada por essas variações - que, em alguns casos, aparecem como sinônimos - pode resultar na perda de identidade e história que deram origem a tais ações, principalmente quando nos referimos aos “cursinhos populares”.

Em visto disso, recorri à análise de produções que versam sobre uma definição conceitual desses termos para melhor compreender a atuação de cada um dos cursinhos pré-vestibulares. Em relação aos cursinhos “alternativos”, as análises de Bacchetto (2003) permitem definir estes como sendo voltados para uma camada mais pobre da população, e, exatamente por esse motivo, oferecem um curso preparatório de baixo custo - quando comparados à cursinhos pré-vestibulares comerciais. Além disso, apesar dos professores e coordenadores desses cursinhos serem voluntários, há aqueles que, também, podem receber uma remuneração ou até mesmo, possuir vínculo empregatício (o que não ocorre em cursinhos populares). E, por fim, há uma preocupação com a formação político-social dos alunos, o que decorreria mediante um currículo diferenciado:

Vários cursinhos adotaram disciplinas que abordam conteúdos inexistentes nos vestibulares [...]. Essas disciplinas têm por objetivo a conscientização dos estudantes, podendo ser sobre questões presentes na sociedade, sobre os direitos humanos, sobre sua condição de vida e os fatores que a determinam; mas também trazem elementos para a ampliação do horizonte cultural do aluno, como a apresentação de filmes, idas ao teatro; ou mesmo procuram desenvolver no aluno sua autonomia e meios para que possa participar mais ativamente da sociedade (BACCHETTO, 2003, p. 148).

Castro (2011) também apresenta uma importante definição sobre os cursinhos alternativos em sua tese de doutorado:

Consideramos cursinhos alternativos experiências de cursinhos que se realizam no interior das Universidades e são oriundas da prática do movimento estudantil. Muitas dessas experiências têm se transformado em políticas de extensão universitária. Outro exemplo de cursinhos alternativos são as políticas públicas de governos municipais e estaduais que organizam cursinhos preparatórios para a população de baixa renda (CASTRO, 2011, p. 156).

Já em sua dissertação, o autor esclarece que os cursinhos populares tiveram sua gênese a partir dos cursinhos pré-vestibulares alternativos, o que se deu a partir de quatro momentos distintos, a saber:

O primeiro momento agrega os Cursinhos do Grêmio da Faculdade Politécnica da USP e do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira, o CAASO, na USP de São Carlos, surgidos na década de 1950. [...] O segundo momento [...] foi o período de vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-85). [...] A contribuição da Teologia da Libertação (chamada “ala esquerda” da Igreja Católica) foi de vital importância na composição da identidade dos Cursinhos Populares, os quais são pautados na prática da solidariedade e da organização social. [...] Já o terceiro momento de formação dos Cursinhos Populares está expresso no período que vai do final dos anos de 1980 até os dias de hoje. [...] o período também se caracterizou pela disseminação das práticas do que se convencionou chamar “novíssimos movimentos sociais” e das experiências de Cursinhos Pré-Vestibulares nas Universidades públicas, originados das iniciativas de estudantes e de suas representações; Por fim, o quarto momento é o encontro (do ponto de vista da assimilação das experiências) dos três momentos anteriores e, ao mesmo tempo, um retorno à prática e ao método da educação popular no Brasil. É a partir desse encontro que podemos falar em Cursinhos Populares até porque, anteriormente, eles estavam localizados majoritariamente no interior dos campi universitários ou em administrações municipais de caráter progressista (CASTRO, 2005, p.14-15, grifo nosso).

Ainda que Castro (2005) tenha estipulado quatro períodos para explicar a origem dos cursinhos populares, não há na literatura um consenso sobre qual foi a primeira experiência realizada. Para Bacchetto (2003), o primeiro cursinho popular teria surgido na Bahia, com a Cooperativa Educacional Steve Biko, em 1992. Entretanto, o estudo de Corrêa (2011) sobre os cursinhos populares do Rio de Janeiro aponta que houve experiências anteriores a essa, tal como o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), na cidade de São Gonçalo (RJ), que em 1976 deu origem ao primeiro pré-vestibular voltado para jovens negros; e o da “Universidade para Trabalhadores” (da atual SINTUFRJ) desenvolvido em 1986.

Todavia, nota-se que tendo como referencial o histórico de formação e ação dos mais diferentes cursinhos alternativos, Castro (2005) passa a conceituar os cursinhos populares de acordo com o local de atuação, agentes sociais organizadores e público-alvo, que deveria “ser os economicamente excluídos, os quais majoritariamente ocupam os bancos das escolas públicas de ensino fundamental e médio” (CASTRO, 2005, p.22).

Segundo aponta Castro, (2005, 2011) os cursinhos populares diferem-se dos alternativos por uma questão espacial. Enquanto que os populares passaram a atuar nas periferias das cidades a partir da década de 1980, os alternativos mantiveram-se ou no interior dos campus universitários, ou em localizações que já limitavam a participação de uma parcela mais pobre da sociedade.

Apesar de aparentar ser uma questão estritamente geográfica, as consequências são diversas. Por exemplo, ao saírem do meio universitário, os cursinhos populares passaram a não depender de políticas de extensão das Universidades para seu funcionamento, o que representa, também, uma maior autonomia. Além disso, esse distanciamento possibilitou o atendimento a uma população que se encontra marginalizada da sociedade. Por sua vez, os alternativos estariam limitados a política sociais e educacionais que possibilitam sua existência, tais como os programas de extensão universitária ou parcerias com governos municipais e estaduais.

Para Mendes (2011), as distinções ultrapassam questões geográficas, e tangenciam motivos ideológicos, pedagógicos, econômicos e sociais:

Alguns se intitulam como “cursinhos alternativos”, frisando a distinção com os cursinhos convencionais. Esta distinção pode dar-se tanto no aspecto econômico (mensalidades reduzidas ou ausentes), quanto no aspecto ético- político (valores de cooperação ao invés de competição, relação professor aluno horizontal, disciplinas que busquem debates políticos, dentre outras). A denominação “cursinho comunitário”, que tem força especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro, tem vínculo com o movimento das comunidades urbanas ou favelas, orientadas pela identidade com o movimento comunitário. O termo “cursinho popular”, por sua vez, é utilizado seja para frisar o espaço em que se desenvolvem estas experiências (a periferia urbana como espaço popular), seja por uma identidade de classe (um cursinho organizado pelas e/ou para as classes populares) ou por identificar-se com os princípios pedagógicos da educação popular.

O termo “cursinho popular”, por sua vez, é utilizado seja para frisar o espaço em que se desenvolvem estas experiências (a periferia urbana como espaço popular), seja por uma identidade de classe (um cursinho organizado pelas e/ou para as classes populares) ou por identificar-se com os princípios pedagógicos da educação popular (MENDES, 2011, p. 43-44).

Para esta pesquisa, defino como “cursinho popular” todas as experiências de cursos pré-vestibulares que desenvolvem atividades em parceria com as Universidades públicas do estado de São Paulo, voltadas a (ex) alunos da rede pública de ensino e que objetivam democratizar o acesso ao Ensino Superior por meio de aulas gratuitas. Contudo, saliento que existem diferenças quanto a suas atuações políticas, pedagógicas, sociais e espaciais, que permitiriam uma outra denominação para essas experiências. Mas, por uma delimitação de estudo, não serão objeto de análise e, por isso, serão todas denominadas de “populares”.

CAPÍTULO 2

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

O termo “Extensão” aparece na legislação educacional pela primeira vez em 1931, no Estatuto das Universidades Brasileiras (SOUSA, 2010), e no Decreto nº. 19.851/31, no qual se lê que “a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário” (BRASIL, 1931). Nota-se que, inicialmente, não havia o envolvimento direto com a sociedade, ficando a extensão limitada apenas à divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída (GADOTTI, 2017).

Apenas no início da década de 1960, com o fortalecimento do movimento estudantil durante o golpe militar, é que a extensão passa a ser discutida com a intenção de conscientizar as classes populares sobre seus direitos (GADOTTI, 2017). Entretanto, como pontua Sousa (2010), a extensão consolida-se entre as décadas de 1960 e 1970 – ápice do regime militar - como uma política assistencialista, sendo utilizada pelo Estado como “instrumento ideológico de grande potencial”, o que lhe conferiu um caráter salvacionista e integracionista.

Em decorrência disso, surgem, na década de 1970, as primeiras experiências de políticas de extensão para as Universidades brasileiras. Um dos principais acontecimentos que fomentou as discussões sobre as políticas extensionistas ocorreu em 1966, com a fundação do “Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras” (CRUB). Trata-se de uma entidade que, além de promover o intercâmbio e a cooperação entre as Universidades brasileiras, também foi responsável por financiar importantes relatórios com o objetivo de avaliar as atividades de extensão no país, como por exemplo, o trabalho de Maria Molina de Garcia em 1968 - um dos documentos mais completos sobre o tema à época (SOUSA, 2010).

A Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68) também foi fundamental para o estabelecimento das políticas de extensão, principalmente por ser a primeira lei a ratificar a presença da extensão nas Universidades, entendendo que essas e as demais instituições de Ensino Superior “estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1968). Entretanto, tais mudanças não foram sentidas na prática:

Mesmo com a promulgação da Lei 5.540, que veio regulamentar as propostas da Reforma Universitária, não se percebem mudanças nessa prática. A obrigatoriedade da Extensão, que a Lei de 1968 afirmou, na verdade não trouxe nenhum acréscimo ou grandes alterações sobre as atividades que já aconteciam. O que ocorreu foi que a atividade extensionista já existente passou a assumir uma face sistemática a partir do advento desta Lei (SOUSA, 2010, p. 96).

De todo modo, com a lei em vigor, a extensão passou a ser objeto de estudos e debates ao longo da década de 1970, que, em suma, levantavam questões de caráter conceitual e referentes à instrumentalização dessas práticas (LEONIDIO, 2017). Dentre esses, destaca-se o seminário realizado em Fortaleza (CE) no ano de 1972, que resultou na definição das Diretrizes da Extensão Universitária. Nesse seminário, foi estabelecido que a extensão, aliada ao ensino e pesquisa, constituiria o tripé sobre o qual se firma a Universidade (NOGUEIRA, 2003).

É nesse contexto que o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e o então Ministério do Interior, criam a Comissão Mista CRUTAC/MEC - Campus Avançado/MINTER, responsável por atuar no fortalecimento e institucionalização da extensão universitária. Uma das principais propostas dessa comissão ocorreu em 1974, quando foi criada a “Coordenação de Atividades de Extensão” – CODAE, responsável pela elaboração do “Plano de Trabalho da Extensão Universitária”, instituído no mesmo ano de fundação da Coordenação (FORPROEX, 2012).

Pautando-se na Lei nº. 5.540/68, o Plano Nacional de Trabalho definiu e estabeleceu limites mais claros em relação à extensão, entendendo-a como:

[...] a forma através da qual a instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento as organizações, outras instituições e populações de

um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (BRASIL. MEC/DAU, 1975 apud GURGEL, 1986, p. 139).

Com a formulação do documento, as instituições de educação superior passaram a ter uma orientação que legitimava as práticas de extensão, o que possibilitou uma base que deu início à estruturação de mecanismos coordenadores de extensão, tais como as Pró-reitorias, Decanatos, Coordenações ou Departamentos, que foram estimulados fortemente pela CODAE (ROCHA, 1995). Além disso, a formulação ampliou o rol de atividades de extensão à comunidade, o que se deu por meio de oferecimento de cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas e projetos de ação comunitária (GADOTI, 2017).

Para Sousa (2010), o MEC pretendia, com esse Plano, resgatar a sua função de formulador de política educacional para o Ensino Superior, uma vez que sob o comando do governo militar, a extensão era direcionada pelo ideal de segurança e desenvolvimento nacional, desvinculada do planejamento dos departamentos e das unidades acadêmicas.

Com a extinção da CODAE, em 1979, as Universidades perdem seu interlocutor para assuntos de extensão no âmbito do MEC até 1993, quando é instituído o “Programa de Fomento à Extensão Universitária” (PROEXTE). Nesse ínterim, é formado o “Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras” (FORPROEX²), criado em 1987, tendo como fundamento conceitos, princípios e diretrizes presentes nas discussões sobre extensão, que vinham ocorrendo em diversas regiões do país. Em seu primeiro encontro, um novo conceito de extensão foi acordado:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido

² Atualmente “Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras”.

àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p.11).

Dessa vez, sob a influência das ideias de Paulo Freire (2015), a extensão passa a ser definida nesse momento como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, quando são valorizados os saberes acadêmicos e populares. Nessa perspectiva, as camadas populares ocupam papel central no desenvolvimento da ação extensionista, deixando de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação, o que representa um marco em relação ao entendimento de extensão universitária construída na década anterior (NOGUEIRA, 2005).

Reafirmando a importância da ação extensionista explicitada pelo FORPROEX, a Constituição de 1988 apresenta, em seu artigo 207, que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, também indica que, dentre as finalidades do Ensino Superior, está a de “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Com o avanço da institucionalização da extensão universitária, novos progressos foram estabelecidos pelo MEC em parceria com o Fórum, destacando-se, para esse momento, a criação do PROEXTE. Formulado pela Comissão de Extensão, e aprovado em plenária durante o VII Encontro do Fórum, o Programa foi instituído em 1993 com o propósito de financiar ações de extensão universitária, além de orientar como estas seriam desenvolvidas. O Programa também era responsável por conduzir questões sobre metodologias necessárias para a implementação de atividades extensionistas, bem como delimitar novas diretrizes e objetivos para a extensão universitária no país.

Entretanto, após uma série de reivindicações por parte do FORPROEX junto ao MEC, para que este mantivesse o PROEXTE, o Programa foi interrompido em 1996. Em resposta, o Fórum inicia a construção do primeiro “Plano Nacional de Extensão”, aprovado em 1998 (NOGUEIRA, 2003). Tal como o PROEXTE, o plano foi estruturado pelo FORPROEX em parceria com a Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC, e objetivou:

1. a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolveram em diferentes Universidades brasileiras;
2. a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas(...);
3. o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã⁵;
4. a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País (FORPROEX, 2001, p. 8).

Desde então, o Plano passou a induzir a consolidação da extensão nas Universidades em torno de uma política nacionalmente construída. Para tanto, à exemplo do PROEXTE, o Plano também passou a orientar que as atividades de extensão fossem institucionalizadas nas Universidades e no MEC, e que o seu financiamento fosse de responsabilidade governamental (NOGUEIRA, 2003), assegurado pelo artigo 213 da Constituição Federal, que estabelece que “as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por Universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (BRASIL, 1988).

Avançando nessa direção, o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), aprovado em 2001, instituiu em sua meta 23 que “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no Ensino Superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (BRASIL, 2001). Em resposta à ampliação de novos projetos e programas de extensão – resultado da medida instituída pelo PNE, o FORPROEX implementa, em 2001, um sistema de dados e informações com o intuito de manter o cadastro atualizado das instituições integrantes, e divulgar as experiências de extensão desenvolvidas nas Universidades públicas: a RENEX (Rede Nacional de Extensão).

Tendo em vista a necessidade de possuir uma maior visibilidade por parte da sociedade e do Governo, são criados e difundidos o Sistema de Dados e Informação e a Rede Nacional de Extensão (RENEX), seguindo a tipologia das ações extensionistas (em áreas temáticas), proposta no Plano Nacional de Extensão Universitária a fim de classificar e sistematizar dados favorecendo, assim, estudos e relatórios sobre a prática de extensão. Vale lembrar que estas ações já eram cogitadas desde o VI FORPROEX, realizado em Santa Maria/RS, em 1992 (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 95).

Desde sua implementação até os dias atuais, a Rede Nacional de Extensão conta com um site que repassa notícias, íntegra de documentos, calendário de eventos, link com as pró-reitorias de extensão das Universidades públicas brasileiras e com órgãos governamentais. Conforme acordo estabelecido, o site é gerenciado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (FORPROEX, 1999).

Em 2003, em um contexto marcado por mudanças políticas ocasionadas pela transição de governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, a extensão universitária volta a ser discutida enquanto política pública, passando, novamente, a contar com a possibilidade de captação de recursos para seu desenvolvimento (RODRIGUES, 2014). Nesse sentido, é instituído, em 2003, o maior edital voltado à extensão universitária, o “PROEXT” - Programa de Extensão Universitária”. Criado por meio de uma parceria entre o MEC, o Ministério da Cultura (MINC) e o FORPROEX, o Programa (tal qual o extinto PROEXTE) possuía como objetivo principal destinar recursos aos projetos de extensão das instituições de Ensino Superior (INCROCCI e ANDRADE, 2018).

De início, o financiamento aos projetos não era realizado via edital, mas sim por cadastro de projetos no Ministério da Educação (INCROCCI e ANDRADE, 2018), sendo estes voltados exclusivamente às Universidades federais. Apenas a partir de 2005 é que as demais Universidades públicas também começaram a ter direito ao financiamento, sendo que, em ambos os casos, as Universidades deveriam apresentar propostas dentro das áreas ou temas definidos pelo MEC.

Regulamentado somente em 2008 - por meio do Decreto nº. 6.495/2008 (BRASIL, 2008), o Programa apresentava como objetivos:

- centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação;
- dotar as instituições públicas de Ensino Superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, permitindo planejamento de longo prazo;
- potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão, projetando-as para a sociedade e contribuindo para o alcance da missão das instituições públicas de Ensino Superior;
- fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas;
- estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;
- contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares;
- propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico; e VIII
- fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de Ensino Superior e as comunidades populares do entorno (BRASIL, 2008).

Observa-se que há uma preocupação para que as atividades financiadas pelo PROEXT permitam a interação da Universidade com a sociedade, visto que esse contato pode contribuir para o desenvolvimento crítico dos estudantes, e para a melhoria da qualidade da educação.

Em seu primeiro edital – divulgado em 2009 – foram 414 projetos submetidos e aprovados em todo o território brasileiro, e seis anos depois, em 2015, se atingiu o ápice de 826 aprovações (INCROCCI; ANDRADE, 2018). Segundo os autores, é possível observar que, entre 2003 e 2015, houve um aumento significativo de quase 19 vezes nos recursos disponibilizados pelo governo federal para as práticas extensionistas. Entretanto, o investimento cai pela metade entre 2015 e 2016, fato motivado pela crise política e econômica que se instaurou no país. Como resultado, no ano de 2016 foram aprovados pelo PROEXT apenas 328 projetos (INCROCCI e ANDRADE, 2018).

Outro ponto que merece destaque é que entre os anos de 2009 e 2010 ocorreram os XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores, onde foi apresentado às Universidades públicas e à sociedade o novo, e atual conceito de extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.28).

Se comparada às concepções iniciais, percebe-se que a extensão universitária vem se (re)formulando com o propósito de acompanhar as transformações sociais, políticas e econômicas do meio em que a Universidade está inserida. Tendo sido guiada por diferentes políticas públicas e governos, a extensão encontra-se, atualmente, pautada numa interação interdisciplinar que favorece a troca de conhecimentos e saberes populares e científicos, que muito contribui para uma transformação social. Além disso, o fato de estar constitucionalmente indissociável do ensino e da pesquisa, garante à extensão, também, um caráter acadêmico que favorece a produção do conhecimento e a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos envolvidos nas ações extensionistas que promovem o desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural e social.

A Universidade no século XXI: extensão ou comunicação?

Ao expor em seu trabalho uma análise das crises que afetam a Universidade pública no século XXI, Santos (2011) apresenta importantes contribuições à temática da extensão universitária. Nesse sentido, argumenta que o enfrentamento de tais crises deve ser pautado pela articulação entre ensino, pesquisa, extensão e pelo papel social da Universidade.

Entre as crises apontadas pelo autor, nos deteremos à de legitimidade, caracterizada por possuir dois principais motivos: o primeiro, se deve ao fato de a Universidade hierarquizar saberes especializados por meio das restrições do acesso e da credenciação das competências; e o segundo, é resultado de exigências sociais e políticas de democratização que visam à reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares (SANTOS, 2011).

Segundo o autor, a luta pela legitimidade vai ser cada vez mais exigente, e exatamente por esse motivo que a reforma da Universidade deve centrar-se nela. Para tanto, apresenta cinco áreas de ação: acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia de saberes; Universidade e escola pública. Tendo em vista o

delineamento do capítulo deste trabalho, focalizamos, nesse momento, somente a ação voltada à extensão.

Santos (2011) desenvolve a tese de que as atividades extensionistas devem proporcionar uma participação ativa na construção da coesão social, além de favorecer os princípios democráticos que fundamentam toda uma gama de luta política e social. Para tanto, salienta que para que haja êxito, a extensão exige cooperação intergovernamental entre, por exemplo, ministério da educação, cultura, ciência e tecnologia.

Outro ponto que merece destaque nas análises de Santos (2011) sobre a Universidade do século XXI, refere-se às relações entre conhecimento e sociedade, que vêm se alterando significativamente a ponto de transformarem as concepções que temos sobre ambos. Nesse sentido, apresenta que, durante o século XX, o que prevaleceu foi um conhecimento universitário que impôs um processo de produção relativamente descontextualizado das demandas sociais.

Entretanto, destaca-se que, ao longo da última década, houve alterações que desestabilizaram esse modelo de conhecimento universitário, apontando para a emergência de um outro modelo, denominado e caracterizado por Santos (2011) como conhecimento pluriversitário:

[...] um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extra-muros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. Todas as distinções em que assenta o conhecimento universitário são postas em causa pelo conhecimento pluriversitário e, no fundo, é a própria relação entre ciência e sociedade que está em causa. A sociedade deixa de ser um objecto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência (SANTOS, 2011, p 42).

Nota-se que o conhecimento pluriversitário mencionado por Santos (2011), apresenta ideais que muito se aproximam da atual concepção de

extensão universitária brasileira, quando a execução dos conhecimentos transdisciplinares é voltada para a comunidade externa, o que origina uma troca de saberes com a sociedade que deixa de ser objeto para se tornar sujeita das ações.

Buscando estabelecer uma relação entre o conhecimento pluriversitário caracterizado por Santos (2011), e o papel social da extensão universitária brasileira, recorreremos à obra “Extensão ou Comunicação?” de Paulo Freire (2015) para melhor compreendermos essa interação que questiona a hierarquia dos conhecimentos socialmente valorizados. Publicado originalmente em 1988, o livro é resultado das análises de um processo de reforma agrária observado por Freire no Chile, enquanto lá residia durante seu exílio político. Suas reflexões desenvolvem-se a partir do problema de comunicação entre os técnicos agrônomos e os camponeses, os dois principais grupos envolvidos na reforma. Tendo formação acadêmica, os agrônomos objetivavam modernizar as técnicas de plantio e colheita dos camponeses, e, com isso, melhorar a produção. Todavia, durante esse processo, forçavam os camponeses – que também detinham conhecimentos e técnicas de plantios, passados de forma oral entre as gerações, a abandonarem seus conhecimentos e antigas superstições, vistos pelos agrônomos como sem sentido diante da ciência.

Freire inicia suas análises do ponto de vista semântico da palavra “extensão”, indicando que o termo se refere à ação de “estender”, em sua regência sintática de “estender algo a” (FREIRE, 2015). Transpondo sua aplicabilidade para o domínio humano, o uso do termo remete à valorização de conhecimentos e técnicas em prol do próprio desenvolvimento do homem e do meio em que este está inserido.

Isto posto, o autor faz uma crítica ao uso da extensão universitária quando esta é associada à uma invasão cultural, que parte do princípio de uma hierarquização de saberes, onde o conteúdo - que reflete a visão do mundo daqueles que o levam – pretende sobressair-se à daqueles que passivamente recebem. Ou seja, quando associada às ações de “transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural e manipulação”, a extensão transforma o homem em objeto de tais ações, negando toda sua formação e a constituição de conhecimentos autênticos (FREIRE, 2015, p.13).

Tal como é descrita pelo autor, a extensão apresenta-se como uma ação anti-dialógica, caracterizada por este pela conquista, divisão do povo,

manipulação e a invasão cultural (FREIRE, 2011). A conquista, segundo o autor, é impulsionada por uma elite opressora que, na busca por manter seu *status quo*, transforma o conquistado em objeto, com o intuito de dificultar sua percepção crítica da realidade. Já a manipulação é o instrumento de manutenção da opressão que leva à massificação, impedindo as classes populares de pensarem criticamente, pois ao pensarem, adquirem “consciência revolucionária ou consciência de classe” (FREIRE, 2011, p. 146), que resulta na busca incessante pela libertação. Por sua vez, a invasão cultural é resultado da atuação conjunta das duas ações descritas: manipulação e conquista. Sendo que essa, também, é uma forma alienante com propósitos claros de dominação cultural e econômica, que objetiva suscitar a inferioridade intrínseca nos invadidos.

De maneira oposta a essa concepção, Freire defende uma prática extensionista educativa dialógica, pautada na prática da liberdade, quando há uma troca de saberes entre educador e educando, que possibilita a compreensão das diferentes formas do homem entender e relacionar-se com o mundo:

Daí que se torne indispensável à superação da compreensão ingênua do conhecimento humano, na qual muitas vezes nos conservamos. Ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, que desconhece a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira do conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes (FREIRE, 2015, p.16).

Nesse sentido, apresenta que durante o desenvolvimento dos seminários sobre a prática extensionista com os agrônomos, ficou clara a dificuldade destes em compreender a base da teoria dialógica, que deveria fundamentar suas práticas com os camponeses. A aplicabilidade de tal teoria, para a grande maioria dos agrônomos, era inviável “na medida em que seus resultados são lentos, duvidosos, demorados”. “Sua lentidão – dizem outros –, apesar dos resultados que pudesse produzir, não se concilia com a premência do país no que diz respeito ao estímulo à produtividade” (FREIRE, 2015, p. 29).

Apesar de reconhecer a importância de se enfatizar o aumento da produção, Freire (2015, p. 50) argumenta que uma prática não dialógica representa, do ponto de vista humano, “tempo perdido”:

que se usa em blá- blá-blá, ou em verbalismo, ou em palavreado, como também é tempo perdido o tempo do puro ativismo, pois que ambos não são tempos da verdadeira práxis. Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando crítica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito de sua transformação. (FREIRE, 2015, p. 50)

Realizando um contraponto a essa extensão anti-dialógica, o autor apresenta a comunicação guiada pela tríade pensamento-linguagem-contexto ou realidade. Isto porque, ao contrário do valor semântico atribuído à extensão - o de estender um conhecimento até alguém - a comunicação permite uma compreensão mútua entre educador e educando. Outro aspecto de igual importância no campo da comunicação, refere-se à compreensão de termos (signos) que devem possuir o mesmo significado para os sujeitos que se comunicam, caso contrário, esta se torna inviável.

Enquanto relação dialógica-comunicativa, a comunicação deve estar fundamentada em um humanismo científico, que compreenda que as dificuldades de comunicação não estão isentas dos condicionamentos socioculturais, sendo, por este motivo, fundamental que a expressão verbal de um dos sujeitos seja percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito (FREIRE, 2015).

Em semelhança ao conhecimento pluriversitário discutido por Santos (2011), as ideias explicitadas por Paulo Freire nessa obra apresentam a prática educativa-dialógica como base de um processo que questiona a hierarquização dos saberes, fundamental para que haja a real comunicação entre Universidade e sociedade. Outro ponto que merece destaque é o entendimento de ambos em relação ao papel do homem enquanto sujeito das ações (universitárias/extensionistas), e não mais como um objeto que assume a posição de receptáculo. Dessa forma, as aproximações entre os autores nos permitem encontrar o subsídio necessário para compreendermos a importância das ações de extensão universitária que dialoguem e construam saberes em conjunto com a sociedade.

Assim, à medida que Santos (2011) estabelece um lugar de destaque para a extensão na luta pela superação da crise de legitimidade vivenciada pela Universidade, apresenta, também, importantes aspectos que limitam a

prática das ações extensionistas ao criar um questionamento fundamental: de fato, ocorre uma comunicação entre Universidade e sociedade, ou apenas uma extensão e hierarquização de conhecimentos? (FREIRE, 2015)

Quando do início da formulação da extensão universitária, é possível afirmar que, de fato, as ações extensionistas não acompanhavam as demandas da sociedade, tornando-se restritas a uma seleta classe que a utilizava apenas como promotora de cursos e conferências de caráter educacional, tornando-se um claro exemplo do que Freire (2015) apontava como ação anti-dialógica. Entretanto, o atual conceito de extensão universitária já reconhece a importância da interação com a sociedade, sendo essa incentivada por um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político (FORPROEX, 2012).

Destarte, à síntese dos questionamentos levantados, compreendemos que à luz da história, a extensão universitária vem se desenvolvendo com o propósito de possibilitar à Universidade uma ruptura com práticas anti-dialógicas, que apenas corroboram com a manutenção de estruturas político-sociais.

Nesse sentido, os cursinhos pré-vestibulares populares, ligados aos projetos e programas de extensão universitária, vêm desempenhando ações que possibilitam o desenvolvimento político-social das classes populares. Tendo como um dos principais objetivos a inserção de alunos egressos da rede pública nas Universidades, os cursinhos desenvolvem ações que não se restringem ao oferecimento dos estudos preparatórios, mas incluem, outrossim, propostas em defesa de políticas públicas voltadas ao acesso e permanência desses alunos no Ensino Superior, ou seja, políticas com e em prol da sociedade (BACCHETTO, 2003). Diante do exposto, apresentaremos no capítulo seguinte o resultado do levantamento sobre os cursinhos pré-vestibulares populares presentes em Universidades públicas no estado de São Paulo, bem como os principais dados numéricos que irão compor a análise sobre estes, permitindo, em nosso ver, referenciar a extensão universitária enquanto ação política e social das Universidades.

CAPÍTULO 3

PRÉ-VESTIBULARES POPULARES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

A análises deste capítulo fundamentam-se em uma pesquisa bibliográfica e de análise documental. Embora muitas vezes essas pesquisas sejam tratadas como sinônimas, Oliveira (2007) faz uma importante distinção entre essas modalidades de pesquisa. Para a autora, a pesquisa bibliográfica é uma abordagem científica voltada à análise de documentos de domínio científico, o que inclui livros, periódicos, ensaios críticos e artigos científicos: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (p. 69).

Posto isso, a coleta de dados objetivou reunir informações sobre: (1) processo seletivo; (2) número de professores (discentes); (3) número de bolsistas; (4) número de egressos aprovados nos vestibulares de Universidades públicas e particulares; e (5) identificar as parcerias realizadas entre os cursinhos e diferentes entidades públicas e/ou privadas.

Em um primeiro momento, a coleta de dados foi realizada com um pedido formal (via e-mail) aos cursinhos populares que desenvolvem atividades em Universidades públicas no estado de São Paulo para que esses cedessem, de forma voluntária, as informações solicitadas. De forma geral, os cursinhos responderam de forma positiva, cedendo além das informações solicitadas, relatórios, artigos e planilhas que continham dados mais abrangentes. Posteriormente, o contato do pesquisador estendeu-se às pró-reitorias de extensão universitária que mantêm um vínculo institucional com os

cursinhos pré-vestibulares, que também cederam relatórios de atividades e planejamentos anuais.

O levantamento e análise de editais de seleção para alunos cursistas, assim como demais informações públicas divulgadas em páginas oficiais dos cursinhos (blog, Facebook, websites, entre outros) também possibilitaram ao pesquisador atingir os objetivos desta pesquisa. Importante ressaltar que esse levantamento ocorreu em 2019, e por este motivo, algumas informações podem não corresponder à realidade atual dos cursinhos, sobretudo, em relação às vagas e processo seletivo.

Universidade Federal do ABC (UFABC)

A Universidade Federal do ABC (UFABC) – fundada em 2005 – possui 14.500 alunos matriculados entre cursos de graduação e pós-graduação, sendo que deste total, 1969 ingressaram na graduação pelo SISU (UFABC, 2019). Durante o processo seletivo, os alunos optam entre o Bacharelado em Ciências e Humanidades e o Bacharelado em Ciência e Tecnologia. O primeiro possibilita a especialização em (I) Ciências Econômicas, (II) Filosofia, (III) Planejamento Territorial, (IV) Políticas Públicas e (IV) Relações Internacionais. Já o Bacharelado em Ciência e Tecnologia, possibilita a especialização em 18 cursos diferentes, divididos entre o bacharel (06), licenciatura (04) e engenharia (08). Além da graduação, a Universidade oferece, também, 26 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), sendo: 23 mestrados acadêmicos, 03 mestrados profissionais e 13 doutorados, totalizando 1.500 alunos matriculados (UFABC, 2020).

De acordo com o levantamento realizado pela Universidade em 2017 (UFABC, 2017), dos 1960 alunos que ingressaram na graduação naquele ano, 1026 (52%) haviam frequentado algum tipo de cursinho pré-vestibular, e dentre esses, 228 (22%) estudaram em cursinho gratuitos. Ainda sobre o perfil do ingressante, o mesmo levantamento apontou que 1048 alunos concluíram o Ensino Médio na rede pública de ensino (53%) e 245 se autodeclararam pretos ou pardos (12%). Localizada em uma região que conta com mais de 2,6 milhões de pessoas, a UFABC oferece à comunidade projetos de extensão e cultura de caráter educativo, social, desportivo, cultural, científico ou tecnológico, que visam contribuir para a melhoria da qualidade de

vida da população e para o desenvolvimento acadêmico da UFABC. Dentre esses projetos, destaco para essa pesquisa a “Escola Preparatória da UFABC” (EPUFABC), o único com característica de um pré-vestibular.

“Escola Preparatória da UFABC (EPUFABC):

Tendo iniciado suas atividades em 2010, ainda como um projeto de extensão idealizado por alunos de graduação da referida Universidade, a EPUFABC objetiva contribuir – gratuitamente - com a formação dos alunos do Ensino Médio da rede pública de ensino por meio de aulas de reforço, acompanhamento pedagógico, orientação vocacional e preparação para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

De acordo com o Prof. Dr. Leonardo José Steil, Pró-reitor de Extensão e Cultura e Coordenador Geral da Escola Preparatória, a equipe da EPUFABC contava com alunos de graduação e pós-graduação de todos os cursos da UFABC. Em 2017, o projeto era constituído por cerca de 70 pessoas distribuídas nas funções de coordenadores (08), professores bolsistas (51) e professores e monitores voluntários (11).

Em seu processo seletivo de 2019, 633 vagas foram ofertadas exclusivamente para alunos oriundos da rede pública de Ensino Médio, sendo essas divididas entre: ampla concorrência (390); candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (210); alunos surdos (15); transexuais ou travestis (06); refugiados ou solicitantes de refúgio (06); e servidores terceirizados da UFABC com vínculo vigente no ato da inscrição (06).

Com duração de aproximadamente 7 meses, o curso era desenvolvido entre o mês de abril até uma semana anterior à aplicação da prova do ENEM (que normalmente acontece em novembro). Até o ano de 2016, as aulas eram ministradas nos campus de Santo André e Mauá, sendo que a partir de 2017 as aulas que ocorriam em Mauá foram transferidas para o campus de São Bernardo do Campo. Em relação à carga horária, ocorrem de segunda à sexta- feira, ficando os sábados e domingos destinados apenas à eventuais realizações de simulados para exames de vestibular.

Todo o conteúdo ministrado era de responsabilidade dos discentes da UFABC (voluntários e bolsistas) que dividiam a carga horária entre aulas expositivas e de resolução de exercícios. Além disso, também estavam previstas

no edital (EPUFABC, 2019) atividades complementares, que englobavam visitas a museus e exposições, palestras de orientação vocacional e feira de profissões.

O processo seletivo era anual e ocorria entre os meses de janeiro e fevereiro por meio de edital publicado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFABC, quando as vagas oferecidas eram preenchidas em uma única fase, mas poderiam ser realizadas múltiplas chamadas. A seleção de alunos contava com a inscrição (presencial e gratuita) e uma prova classificatória, sendo essa composta por 50 questões de múltipla escolha que abordavam conteúdos da matriz curricular do Ensino Médio. Importante destacar que, diferentemente de todos os processos seletivos analisados durante o desenvolvimento desta pesquisa, a EPUFABC considerava o “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” do ano 2015 (IDEB 2015) como um bônus que poderia ser somado na nota final da prova classificatória.

Segundo o edital (EPUFABC, 2019), o bônus era definido por meio de uma regressão linear que verifica a relação entre as médias obtidas na prova e os respectivos IDEBs. Ainda, o mesmo bônus também pode ser acrescido aos candidatos que concluíram o Ensino Médio através da EJA (Educação de Jovens e Adultos), supletivo ou por certificação através de realização do ENEM ou do Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos). Entretanto, o bônus não é válido aos candidatos inscritos nas categorias de surdos; transexuais ou travestis; refugiados ou solicitantes de refúgio; e servidores terceirizados da UFABC.

Os resultados numéricos obtidos ano após ano pela Pró-reitoria e enviados ao pesquisador demonstraram um crescimento linear em relação ao número de vagas ofertadas, bem como o número de bolsistas que davam aula na Escola. Entretanto, mesmo que o número de vagas tenha aumentado consideravelmente nos últimos anos - com 50 vagas em seu primeiro ano até 633 em seu edital de 2019-, a relação de candidato/vaga continuava a ser um dos maiores obstáculos para acesso à Escola. Isto porque, em 2019, a EPUFABC registrou 2018 alunos inscritos que disputaram uma das 633 vagas, o equivalente a uma vaga para cada três alunos.

Além da constante ampliação de vagas ofertadas aos alunos e ex-alunos da rede pública de ensino, os dados deixam em evidência uma preocupação por parte da Escola em incluir cada vez mais grupos socialmente

marginalizados, vide as cotas para surdos, transexuais e refugiados. Também merece destaque os dados referentes à evasão e aprovação. Em relação à primeira, o ano de 2016 foi marcado por uma evasão de 80%, sendo logo reduzida à pouco mais da metade em 2018, representando 42%. No mesmo período (2016- 2018), houve uma aprovação de 60% (2016) e 39% em 2018, o que equivale a um total de 413 alunos aprovados.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fundada em 1968, foi a primeira Instituição Federal de Ensino Superior instalada no interior do estado de São Paulo. Sendo formada por quatro (04) campus (São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino) a Universidade oferece 64 cursos e um total de 2.897 vagas na graduação presencial. No total, a Universidade registra 25.167 matrículas, sendo que 13.750 pertencem a cursos de graduação presencial (UFSCar, 2019). A seguir, são apresentados os principais dados encontrados sobre os 04 pré-vestibulares populares que desenvolviam atividades em cada um dos campus da Universidade.

Cursinho Pré-Vestibular UFSCar

Localizado no campus de São Carlos, é o cursinho mais antigo da UFSCar, sendo fundado em 1998 pela administração central da Universidade como parte de um programa de democratização de acesso à UFSCar. O cursinho era oferecido pelo Núcleo UFSCar- Escola/ProEx, e funcionava como um Projeto de Extensão, sem fins lucrativos, que era administrado por estudantes de graduação e de pós-graduação e por uma professora desta Universidade (CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR UFSCAR, 2019).

As inscrições ocorriam tanto por formulário on-line, quanto presencialmente na sede do cursinho (dentro do campus). Em ambos os casos, os candidatos eram obrigados a preencher um questionário socioeconômico – utilizado durante o processo seletivo – e realizar o pagamento de uma taxa no valor de R\$35,00.

Com uma atuação diferente dos demais cursinhos analisados, este cursinho da UFSCar apresentava duas modalidades de curso: uma que

equivale à um cursinho pré-vestibular, e outra chamada de “curso de atualização do Ensino Médio”. Em ambos os casos, havia uma mensalidade no valor de R\$45,00. Entretanto, esse valor era exclusivo para os alunos aprovados nas primeiras chamadas, quando prevalecia a avaliação socioeconômica (CURSINHO PRÉ- VESTIBULAR UFSCAR, 2019). Assim, caso não fossem preenchidas todas as vagas, ocorria uma nova chamada, e o valor da mensalidade passava a ser de R\$90,00. Entretanto, segundo constava no site do cursinho, era possível pedir uma redução ou isenção desses valores. Na primeira modalidade, eram oferecidas 250 vagas para um curso com duração de um ano e possuía como público-alvo alunos que já concluíram ou estavam no terceiro ano do Ensino Médio. Neste curso, todas as matérias eram voltadas para a preparação dos principais exames de vestibular no país.

Já a segunda modalidade oferecia 60 vagas, sendo um curso com duração mínima de um ano letivo (podendo ser prolongado por mais um) e com emissão de certificado. Caso o aluno decidisse por iniciar o segundo ano consecutivo do curso, este ficaria isento de participar novamente do processo seletivo. As aulas eram noturnas, de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h35 e também ocorriam dentro do campus. O curso era destinado às pessoas que já concluíram o Ensino Médio há alguns anos e desejam voltar a estudar, ou que trabalhavam e tinham pouco ou nenhum tempo para estudar em casa. Nesse sentido, o edital utiliza como pré-requisito a idade mínima de 20 anos (CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR UFSCAR, 2019).

Além disso, diferentemente do “módulo cursinho”, o curso de atualização oferecia um número menor de disciplinas (duas por noite), o que permitiria um maior tempo para realização de exercícios em aula, além das demais atividades (como leitura, escrita, redação, desenvolvimento de argumentação, etc.). Segundo constava em seu site, essas atividades possibilitavam a aprendizagem dos conteúdos em sala de aula, sem a necessidade de estudo em casa.

O processo seletivo era o mesmo para ambas as modalidades de curso, possuindo duas etapas: avaliação socioeconômica e prova de conhecimentos gerais. Chama atenção, nesse processo de seleção, que ao contrário de muitos cursinhos que utilizam (quando utilizam) a avaliação socioeconômica em segunda etapa - apenas como critério classificatório -, o cursinho de São Carlos apresentava o processo “inverso”: a análise socioeconômica era uma fase eliminatória,

e a de conhecimentos gerais, classificatória. Segundo o manual do candidato, cada item do questionário socioeconômico possuía uma pontuação, e a partir disso, é que eles selecionavam os candidatos que se enquadravam no perfil do cursinho (CURSINHO PRÉ- VESTIBULAR UFSCAR, 2019).

A prova de habilidades e conceitos básicos era composta por 35 questões de múltipla escolha, sendo que a nota desta era considerada apenas para os candidatos aprovados na seleção socioeconômica. O critério de seleção final dependia do curso em que o candidato se inscreveu, sendo que para o curso do módulo 1 (“cursinho”), depois de realizada a avaliação socioeconômica, os aprovados eram classificados em ordem decrescente, de acordo com nota da prova de habilidades e conceitos básicos. Já para o curso de atualização do Ensino Médio (módulo 2), a nota da prova não interferia na seleção, visto que a classificação final era feita por critérios diferentes, como idade e tempo de conclusão do Ensino Médio ou do Ensino Fundamental e trabalho. Segundo esse critério, quanto maior a idade, maiores as chances de obtenção de vaga no curso (CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR UFSCAR, 2019).

Curso Pré-Vestibular Educação e Cidadania (CEC)

Projeto de extensão organizado por alunos voluntários da UFSCar Sorocaba, desenvolve atividades desde 2009. Seu processo seletivo também era composto por duas fases: avaliação socioeconômica e entrevista com os candidatos, não havendo, portanto, prova de conhecimentos gerais.

Em 2019, o cursinho oferecia 120 vagas, distribuídas em duas turmas: uma que realizava aulas de segunda a sexta-feira (turma semanal) e a que realizava aulas em período integral aos sábados (turma de sábado). Na turma semanal, as aulas ocorriam na própria UFSCar, enquanto que a turma de sábado realizava suas aulas na “E. E. Selma Maria Martins Cunha”. O processo seletivo para ambas as turmas era o mesmo, e conta com a inscrição gratuita e obrigatoriamente presencial. Além disso, havia uma reserva de vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência, travestis e transexuais (CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR EDUCAÇÃO E CIDADANIA, 2019).

Participavam do programa 50 professores voluntários e mais 22 professores bolsistas, sendo esses últimos pagos pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) via edital de projeto social. Uma iniciativa do cursinho que merece

destaque era o processo de formação aos novos professores. Tratava-se de reuniões quinzenais – mediadas pelos próprios professores e um psicólogo - que objetivavam discutir formas de colocar em prática uma educação crítico-transformadora, principalmente porque seria a primeira vez que a maioria dos professores estariam tendo um primeiro contato com uma sala de aula.

Sobre o fato de realizarem alguma parceria, a coordenação do cursinho respondeu que mantinha um vínculo apenas com a Escola da Família na prefeitura de Votorantim (SP), que disponibilizava uma sala de aula para as turmas que ocorriam aos sábados. Entretanto, salientaram que esse tipo de parceria nunca prevê deslocamento de recurso, ou material.

Curso pré-vestibular “UFSCURSO”

No campus de Araras, o “UFSCURSO” que representava o curso pré-vestibular da Universidade. O curso oferecia, em 2019, 200 vagas, sendo estas divididas em 3 turmas: duas no período matutino (60 vagas cada), de segunda à sexta-feira; e outra vespertino (80 vagas), mas com aulas apenas aos sábados, das 14h às 18h. As aulas eram voltadas para estudantes e concluintes do 3º ano do Ensino Médio. Estudantes do 2º ano do EM também poderiam se candidatar, desde que houvesse disponibilidade de vagas após classificação final dos demais alunos. As inscrições para o processo seletivo ocorriam presencialmente na “Casa da Cultura”, localizada no centro da cidade, mediante uma taxa no valor de R\$20,00 (vinte reais). Além disso, no ato da inscrição, os alunos também deveriam preencher e entregar o formulário socioeconômico, uma vez que cada item deste possuía um valor que resultava na chamada “pontuação social”.

Segundo constava no edital do processo seletivo (CURSO PRÉ-VESTIBULAR UFSCURSO, 2019), haveria ainda uma “pontuação econômica”, relativa à renda *per capita* a partir da renda de todas as pessoas que moram com o candidato (salvo algumas exceções). Ambas as pontuações tinham caráter eliminatório, e por serem utilizadas para análise interna, não eram divulgadas.

A última etapa do processo seletivo consistia na realização de uma redação dissertativa-argumentativa, que poderia assumir caráter eliminatório apenas para os candidatos que fugiam do tema proposto ou entregassem a

prova em branco. Já aos candidatos que seguiam as orientações, a redação tinha caráter classificatório.

Importante destacar que o cursinho possuía um sistema de cotas (50% do total), que destinava vagas à candidatos negros (29%); indígenas (7%); com deficiência, transtorno do espectro autista ou com altas habilidades (7%); e transexuais, travestis ou transgênero (7%) (CURSO PRÉ-VESTIBULAR UFSCURSO, 2019).

Cursinho popular “Carolina Maria de Jesus”

Projeto desenvolvido e idealizado por alunos e servidores públicos da UFSCar, campus Lagoa do Sino, desde 2016. O cursinho é resultado de um Projeto mais amplo, que também está relacionado com a implantação do campus, a saber: o desenvolvimento da região (nos níveis social, econômico e cultural, por exemplo) em que a Universidade está situada (MOTA et al., 2018). Importante destacar que cidades da região apresentavam, em 2019, os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, num total de 645 municípios. Entre essas cidades que estão no entorno do campus, destacamos o IDH de Buri (636 °), Riversul (637 °), Guareí (612 °), Angatuba (476°) e Ribeirão Branco (645 °, até então, o pior IDH do estado).

As aulas do cursinho aconteciam na cidade de Buri - próxima à cidade de Campina do Monte Alegre (SP), na Escola Estadual Renato Rocha Miranda e funcionava de segunda à sexta- feira, durante o período das 19h às 23h, com 5 aulas de 45 minutos cada e um intervalo de 15 minutos. O conteúdo era todo voltado à preparação para o ENEM, mas às sextas-feiras também eram promovidas atividades extracurriculares lúdicas, com intuito de fomentar a formação crítica, o questionamento racional e a visão de mundo da sociedade:

Esse dia é a toda a comunidade, não se restringindo aos alunos inscritos no cursinho. A ideia é envolver a comunidade no diálogo sobre as questões sociais, históricas etc., levantadas no encontro. Soma-se às sextas-feiras, a busca por um intenso diálogo com os (as) educandos(as), criando-se um contexto de formação horizontal no qual todos ensinam e todos aprendem. (MOTA et al., 2018, p.90).

Em seu primeiro ano de fundação (2016), o cursinho atendia 80 alunos separados em duas turmas, uma com 40 estudantes provenientes do município de Buri (SP), e outra sala com 40 estudantes de Campina do Monte Alegre (SP). Em 2019, esse número aumentou para 120, o que resultou na abertura de mais uma sala de aula, desta vez, com 40 alunos do município de Angatuba (SP). O processo seletivo se baseava numa avaliação socioeconômica, onde pessoas com maior vulnerabilidade social tinham preferência.

Para o cursinho se manter sem a cobrança de mensalidades ou taxas de matrícula, os organizadores realizavam diversas reuniões com as prefeituras da região, a fim de firmar parcerias. Tais parcerias resultaram em impressão de material, transporte gratuito (para os alunos de Buri e, posteriormente, de Angatuba) e a cessão de espaço, por Campina do Monte Alegre e a articulação com órgãos, tais como o CRAS e as Secretarias da Educação. A partir de 2017, o cursinho também passou a oferecer alimentação gratuita aos alunos, sendo essa fornecida pela Prefeitura de Campina do Monte Alegre (MOTA et al., 2018).

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Fundada como Universidade em 1994, a UNIFESP possui 13.359 estudantes de graduação matriculados em um dos 51 cursos de graduação presenciais, sendo esses ofertados em um dos seis (06) campus que compõem a Universidade: Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos e São Paulo (UNIFESP, 2019a). Além disso, a Universidade oferece cursos de residência médica, pós-graduação e especialização.

Segundo resultados do estudo que analisou o perfil dos alunos ingressantes na UNIFESP em 2016, 58,8% dos alunos eram de cor/raça/etnia branca, enquanto que estudantes de cor/raça/etnia parda e preta representavam 25,8% e 7,6 % dos ingressantes, respectivamente. O estudo aponta, também, que entre 2013 e 2016 ocorreu um aumento no ingresso de estudantes vindos exclusivamente do ensino público, resultado da política nacional de reserva de vagas (UNIFESP, 2016).

Em relação à demanda por cursos pré-vestibulares, o mesmo estudo aponta que entre os ingressantes de 2016, 52% cursaram algum cursinho durante um ano; 17,9% cursaram por seis meses; 20,1% frequentaram por dois

anos e 9,1% por três anos ou mais (UNIFESP, 2016). Ou seja, 99,1% dos alunos necessariamente estudaram em pré-vestibulares. Considerando que muitos cursinhos comerciais cobram mensalidades que podem custar mais do que um salário mínimo, a oportunidade de estudar a um preço acessível pode se tornar um divisor de águas na vida de jovens socioeconomicamente desfavorecidos.

Nesta pesquisa, 04 núcleos de cursinhos pré-vestibulares foram identificados na UNIFESP – cada um funcionando em um campus.

Cursinho Popular CARDUME

Na Baixada Santista, o núcleo da UNIFESP era denominado de CARDUME, e deu início à sua primeira turma em 2014, oferecendo 60 vagas para interessados em se prepararem para as provas do ENEM. Seu atendimento era voltado aos jovens e adultos socioeconomicamente desfavorecidos da região, estudantes ou egressos da rede pública de educação básica. Segundo consta em relatórios fornecidos pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), o cursinho buscava oferecer condições para uma ampla formação cultural e política, tendo como inspiração a educação popular de Paulo Freire.

Alunos universitários, funcionários técnico-administrativos e docentes eram responsáveis pelo projeto, que também contava com um grupo de estudos que possuía como finalidade promover discussões que auxiliassem no debate acerca da contradição entre preparar para uma avaliação e educar para conscientizar politicamente. Pautando-se na problemática da educação bancária de Paulo Freire, apresentado em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, o grupo possibilitou a discussão sobre maneiras para incluir no cotidiano do cursinho formas de educar mais horizontais e dialogadas que levem em consideração os conhecimentos dos educandos, sem deixar de preparar para o ENEM.

Ainda, segundo constava no site do cursinho, é por causa dessa inspiração da educação popular de Paulo Freire que o projeto pode ser denominado de “popular”. Todavia, essa relação ignora toda a trajetória de luta que possibilitou o surgimento desse movimento.

Em relação ao processo seletivo dos alunos, o CARDUME realizava duas etapas: a primeira, ocorria no ato da inscrição (gratuita e presencial) quando os alunos recebiam uma senha; conforme a senha, os alunos realizavam a avaliação socioeconômica em dias pré-determinados (segunda etapa).

Segundo o relatório disponibilizado pela PROEC, o cursinho não levava em consideração o mérito acadêmico, na medida em que este critério deixaria de fora, provavelmente, aqueles com maiores dificuldades e maior risco de continuarem excluídos; ou seja, deixaria de fora justamente os sujeitos a quem o projeto se dirige.

Em 2017, ano em que o relatório foi disponibilizado, o processo seletivo registrou 480 candidatos disputando 120 vagas. A grande maioria dos candidatos pertencia às escolas estaduais da Baixada Santista (72%); 22% de escolas técnicas públicas da região; 4% de escolas técnicas que possuem o Ensino Médio integrado; 2% de Institutos Técnicos Federais e 2% oriundos da EJA. Para 2019, o número de vagas ofertadas se manteve o mesmo (120), entretanto, segundo um dos coordenadores, houve um menor número de inscrições (392), sendo que deste total, apenas 290 fizeram o processo seletivo (de caráter socioeconômico).

As aulas eram ministradas no campus de Santos, durante o período noturno (das 19h às 22h40), de segunda à sexta-feira. Além deste período, eram oferecidos “plantões de dúvidas” em outros horários, conforme a demanda. Também, é importante destacar que tal como ocorria na Escola Preparatória da UFABC, o Cardume iniciava suas aulas no começo do ano (fevereiro) e terminava uma semana antes do ENEM.

Questionados sobre a existência de parcerias, um dos coordenadores respondeu que embora tenham tentado realizar uma parceria com a prefeitura da cidade, a mesma não se efetivou. Segundo o mesmo coordenador, a falta de parcerias dificulta o trabalho do cursinho, principalmente quando se trata da gratuidade (ou desconto de 50% do valor) da passagem em transportes públicos, visto que os alunos que dependem desses para ir às aulas são socioeconomicamente vulneráveis.

Sobre a existência de bolsas para os professores, a coordenação afirmou que normalmente contam com, no máximo, 04 bolsas da Pró-reitoria de extensão, que são pagas exclusivamente a alunos de graduação. Esses alunos acumulavam a função de educadores e coordenadores de uma área do conhecimento em seus núcleos. Uma ressalva é que o número de bolsas variava bastante de um edital para o outro, mas devido à baixa quantidade, grande parte dos professores mantinham um vínculo como voluntários.

Cursinho Pré-Vestibular Jeaninne Aboulafia (CUJA)

Desenvolvia atividades no campus de São Paulo desde 2002, e segundo constava em seu site, o objetivo da organização era a preparação para os vestibulares, a partir da revisão do conteúdo do Ensino Médio para pessoas que estão no último ano ou já concluíram o mesmo, bem como aquelas que estão cursando o EJA no momento da matrícula.

Segundo o manual do candidato disponibilizado na página do cursinho, as inscrições eram realizadas preferencialmente via formulário on-line, embora também pudessem ser feitas presencialmente na sede do cursinho. No ato da inscrição, o aluno deveria fornecer dados referentes ao seu perfil socioeconômico, que posteriormente, eram utilizados como critério de seleção e classificação. Além disso, era obrigatório o pagamento da taxa de inscrição, por boleto bancário, no valor de R\$ 20,00. As inscrições encerravam-se ao atingirem o número de 1.600 pessoas (CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR JEANINNE ABOULAFIA, 2019).

O processo seletivo contava com uma prova de conhecimentos gerais e a avaliação socioeconômica, ambas com o mesmo peso. A prova de seleção possuía 90 questões de múltipla escolha e tinha duração de 5 horas. O conteúdo englobava Matemática, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Inglês, Português, Filosofia e História da Arte, de acordo com o conteúdo programático do ensino. Ao final, eram convocados para a matrícula (1ª chamada) 168 candidatos. Todas as informações sobre o perfil socioeconômico dos alunos eram verificadas com os devidos documentos probatórios no momento da matrícula.

Interessante salientar que, embora o cursinho desenvolvesse suas aulas e demais atividades dentro do campus de São Paulo, a prova de seleção era realizada no ETAPA, tradicional cursinho privado localizado na Ana Rosa (Vila Mariana), na cidade de São Paulo. Segundo o diretor de comunicação do cursinho, Victor Cardinali, a justificativa é que as dependências da UNIFESP não suportavam a demanda, mas com a possibilidade da realização da prova em outro local, era possível oferecer um maior número de vagas durante a seleção. Além disso, o ETAPA também fornecia material didático aos alunos e disponibilizava acesso a plataformas digitais de apoio, bem como o acesso a palestras de capacitação e didática.

Outras parcerias também foram firmadas com o “Descomplica³”, com o “Super Professor⁴” e com a “Associação Atlética Acadêmica Pereira Barreto” (AAAPB). Em relação ao primeiro, o “Descomplica” fornecia ao cursinho acessos gratuitos para os alunos em plataformas de estudos. Já o “Super Professor” disponibilizava aos professores um banco de questões que facilitava na elaboração de simulados e listas de exercícios. Por sua vez, a parceria com AAAPB era pontual, uma vez que a Atlética cedia o uso da quadra e o uso de materiais em situações específicas (eventos, recebimento das caixas com apostilas, etc).

Uma iniciativa do cursinho que merece destaque era o Programa “Adote um aluno”, que objetivava auxiliar – por meio de doações – os custos de alunos que possuíam dificuldades para pagar pelo seu transporte para as aulas. Além disso, as doações poderiam ser utilizadas, também, para auxiliar no pagamento da taxa de inscrição dos vestibulares.

Em 2019, o cursinho não recebia nenhuma bolsa por parte da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, portanto, todos aqueles que trabalhavam como membro do cursinho eram voluntários.

Cursinho Popular Pimentas UNIFESP (CPPU)

Segundo consta em relatório fornecido pela PROEC, o cursinho foi fundado em 2009 por discentes da mesma Universidade, e tem como objetivo a formação crítica de alunos egressos da rede pública de ensino, promovendo a inclusão social por meio do acesso ao conhecimento. As aulas aconteciam no campus de Guarulhos (SP), localizado no bairro de Pimentas, e visavam oferecer atividades que ultrapassassem o conteúdo curricular exigido pelos grandes vestibulares, o que incluía debates, exibição de filmes, grupos de estudos e palestras sobre questões atuais da política e cultura em geral.

O público-alvo eram alunos que residiam na cidade de Guarulhos e região, e que tivessem concluído ou cursando o Ensino Médio. Em seu processo seletivo de 2019, foram disponibilizadas 320 vagas para as turmas do extensivo (com início em março), distribuídas em 04 salas de 80 alunos, e mais 80 vagas para a turma com início de maio (CURSINHO POPULAR

³ Empresa de educação on-line que fornece material de apoio para vestibulares, concursos públicos, pós-graduação e reforço escolar. Acesso restrito a assinantes.

⁴ Banco de questões on-line com acesso restrito a assinantes

PIMENTAS UNIFESP, 2019). O cursinho tradicionalmente oferecia mais 160 vagas para seu segundo semestre, sendo essas novas vagas resultantes da evasão por desistência ou ingresso em cursos superiores. Todavia, no período em que o cursinho foi analisado, esse edital ainda não havia sido publicado.

Segundo um dos coordenadores do cursinho, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UNIFESP estava oferecendo bolsas aos professores (discentes) dos cursinhos da Universidade. Os editais eram divulgados sempre no início do segundo semestre, ficando uma média de duas a três bolsas para o CPPU. Questionado sobre a existência de parcerias, o coordenador respondeu que naquele ano não havia, embora o cursinho tivesse iniciado uma negociação junto ao gabinete de um vereador local para edição de material didático, mas que não se concretizou.

O processo seletivo tinha início com uma pré-inscrição realizada via formulário on-line, sendo que somente os alunos que realizavam essa etapa estavam aptos à participarem da prova de seleção. Em 2019, a seleção ocorreu em um sábado, no período da manhã, ficando às 9h marcado para os alunos preencherem uma ficha e entregarem cópias de RG e comprovante de residência. Ainda, no ato da entrega da ficha, os alunos deveriam realizar o pagamento da taxa de seleção, no valor de R\$10,00. Às 10h do mesmo dia, ocorria a prova de seleção (conhecimentos gerais) com duração de 2 horas (CPPU, 2019).

As atividades pedagógicas incluíam 06 horas de atividades por final de semana, sendo 08 aulas de 50 minutos. Além das aulas, – que eram ministradas aos sábados das 9h às 16h -, existiam plantões de dúvidas, palestras, simulados, exposições, etc., que poderiam ocorrer aos domingos. Segundo consta em relatório fornecido pela Pró-reitora, as atividades de formação social e intelectual incluíam palestras e seminários com temas atuais ou históricos, visando inserir o aluno como participante dos debates. Ambas as atividades mencionadas eram ministradas por professores e alunos da própria Universidade, mas representantes de outros cursinhos populares e organizações não governamentais também eram convidados para palestrar.

Cursinho Institucional UNIFESP Diadema (CIUNI)

Surgiu em 2015 por iniciativa de docentes, técnicos administrativos e alunos de graduação e pós-graduação da UNIFESP, campus de Diadema

(SP). Segundo relatório fornecido pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura, em seu projeto piloto (2015) foram disponibilizadas 40 vagas e apesar de um curto período de divulgação, feito em apenas uma semana, o número de inscritos foi de aproximadamente 100 candidatos.

Em seu processo seletivo de 2019 foram oferecidas 55 vagas, distribuídas de acordo com a seguinte proporção de cotas: 6 vagas (10%) destinadas a ex-alunos do cursinho; 27 (50%) para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e 22 para ampla concorrência (40%). O processo de seleção era unicamente de caráter socioeconômico, mediante métodos de análise de renda (CURSINHO INSTITUCIONAL UNIFESP DIADEMA, 2019).

As inscrições eram feitas exclusivamente pela internet, quando cada candidato deveria preencher um formulário on-line. O processo seletivo era composto por quatro etapas: declaração de situação socioeconômica do grupo familiar; pré-seleção; análise da renda familiar e apresentação de interesse.

Seu público-alvo eram pessoas que apresentavam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e/ou famílias beneficiadas por Programas de assistência social do governo, bem como alunos que estavam cursando (ou já cursaram) o Ensino Médio exclusivamente na rede pública. Além disso, eram priorizados candidatos que residiam no município de Diadema e Grande ABC.

As aulas ocorriam de segunda a sexta-feira, no período noturno (18h às 22h30), e aos sábados, das 10h às 16h, na Fundação Florestan Fernandes, localizada no centro de Diadema. No segundo semestre, o cursinho também realizava aulões abertos à comunidade aos sábados, com revisão para o ENEM. Importante destacar que o cursinho conseguiu, em 2019, uma parceria com a empresa de transporte da cidade, que disponibilizou passe estudantil para os alunos do cursinho – reivindicação comum aos demais cursinhos populares do estado.

Curso pré-universitário Helena Pignatari (CPU)

Fundado em 2019 por 05 discentes da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP (EPPEN), o cursinho tem por objetivo preparar alunos para os vestibulares, mas tendo como foco o ENEM. Suas aulas aconteciam aos sábados no campus de Osasco (SP), em período integral diurno, de abril a dezembro.

O processo seletivo de 2019 disponibilizou 160 vagas, ocorrendo em duas fases: a primeira on-line, na qual apenas alunos de escola pública do último ano do Ensino Médio, ou, com até dois anos formados, foram convocados. A segunda fase foi presencial, com a realização de uma redação e entrevista socioeconômica. Atualmente, o projeto conta com 28 voluntários: 20 atuando na função de professor, 05 na de monitor e 03 na coordenação.

Segundo um dos coordenadores do cursinho, o projeto não possuía nenhum tipo de parceria, todavia, estavam à procura de alguma que pudesse contribuir com o bom funcionamento do curso.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Fundada em 1976, está presente em 24 cidades do estado de São Paulo e oferece cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas do conhecimento. Ao todo, são 34 unidades universitárias, muitas delas fundadas antes da própria Universidade, como por exemplo, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, criada em 1923 e incorporada ao patrimônio estadual em 1956. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2023).

De acordo com o anuário da Universidade, a mesma possui 53.589 alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2023). Dos ingressantes, 52% concluíram o Ensino Médio na rede pública de ensino. Segundo o relatório da Universidade, esse perfil é resultado do programa Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP), em vigência na UNESP desde 2014 (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2023).

Em relação às ações extensionistas, a Universidade desenvolveu 400 projetos nas regiões onde se localizam seus campus. Entre esses, destacamos para esta pesquisa a existência de 31 núcleos de cursinhos pré-universitários.

Vale destacar que os cursinhos integram, desde 2016, o sub-programa “Cursinhos pré- universitários da UNESP” do programa de extensão universitária “Divulgação, Orientação e Informação Profissional”, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX). De acordo com a resolução que dispõe sobre a criação, objetivos e diretrizes do subprograma (nº 14, de 02 de março de 2016), os cursinhos têm como objetivo junto aos cursistas:

- Oferecer ensino em diferentes áreas do conhecimento, aprimorando a formação básica proporcionada pelo Ensino Médio;
- Preparar o cursista para o acesso e permanência em outros níveis de ensino – técnico e universitário, qualificando-o para o mundo do trabalho;
- Preparar, em especial, o cursista para o ingresso na UNESP, por meio do vestibular, ENEM e sistema de reserva de cotas;
- Contribuir para formar pessoas que atuem como agentes transformadores de sua realidade material e histórica, sempre em defesa dos direitos humanos na sociedade (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2016, p.1-2).

Observa-se que os cursinhos possuem como finalidade aprimorar a formação básica a nível de Ensino Médio, possibilitando que o aluno tenha condições de ter acesso não somente ao ensino universitário, mas também a outros níveis de ensino. Há, também, uma menção ao sistema de reserva de cotas e ENEM para o ingresso no Ensino Superior, ações que têm possibilitado uma mudança no perfil dos alunos nas Universidades públicas do país, vide dados já mencionados nesta pesquisa. Já em seu último objetivo o documento apresenta a proposta de uma educação humanizadora, que ultrapassa as ações mecanicistas presentes em muitos cursinhos pré-vestibulares particulares, marcados somente pela repetição de exercícios e memorização de conteúdos, sem uma análise crítica da sociedade.

O documento também apresenta os objetivos junto aos alunos da graduação, envolvidas nas atividades dos cursinhos:

- Articular ensino, pesquisa e extensão universitária;
- Preparar e aprimorar para o mundo do trabalho os que ensinam nos cursinhos;
- Contribuir para formação de profissionais que atuarão como agentes transformadores de sua realidade material e histórica, sempre em defesa dos direitos humanos na sociedade. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2016, p.4).

Embora os cursinhos fossem coordenados por docentes da mesma instituição, o que se observa na prática é que são os alunos da graduação que organizam e executam boa parte das tarefas, como: processo seletivo de alunos e professores, calendário, simulados, infraestrutura, questões burocráticas e

didáticas, etc. Para tanto, os alunos acabam por desenvolver uma base teórica e prática muito grande, o que contribui para melhorar suas formações acadêmicas e profissionais.

A seguir, apresento as principais informações de cada um dos 31 cursinhos encontrados durante o levantamento da pesquisa. Importante destacar que este número diferencia-se do apresentado pela PROEX (27), uma vez que analisamos os núcleos de cursinhos independentemente de estarem agrupados em um único projeto de extensão, como é o caso dos cursinhos de São José do Rio Preto e São Paulo.

Muitos dados foram encontrados nos próprios editais de processo seletivo de cursistas, outros foram confirmados e disponibilizados ao pesquisador pelos próprios cursinhos, que cederam de forma voluntária as informações solicitadas. O pesquisador teve, também, acesso aos relatórios de atividades (ano base de 2017) e ao “Plano de Atividades Cursinhos Pré- Universitários de 2018”, ambos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP e disponíveis apenas para consulta no local, não havendo cópias digitais.

Cursinho Pré-vestibular “D.A.C.A.”:

O termo DACA refere-se ao nome do Diretório Acadêmico das Faculdades de Odontologia e de Medicina Veterinária da UNESP de Araçatuba, o Diretório Acadêmico Prof. Carlos Aldrovandi (NASCIMENTO,2013). Fundado em 2005, o cursinho tem por objetivo capacitar alunos egressos da rede pública de ensino e com baixa renda a ingressar no Ensino Superior, e segundo consta no relatório de atividades enviados à Pró-reitoria, isso deve ocorrer “por mérito”. No ano de 2017, segundo consta no relatório da PROEX, a relação candidato-vaga ultrapassou 5 para 1, e o número de aprovados foi superior a 100 alunos, destacando 3 aprovações em cursos de medicina em instituição pública e o primeiro colocado em engenharia química da USP.

Para o ano de 2017, o processo seletivo disponibilizou 160 vagas, estando 5 reservadas para alunos que possuem alguma deficiência física. As inscrições ocorreram de forma presencial no prédio da Faculdade de Odontologia, sendo que no ato os candidatos tiveram que entregar os documentos comprobatórios e um alimento não perecível ou um produto de higiene pessoal, em prol às entidades carentes de Araçatuba e região. Após a inscrição, os candidatos

passaram por uma prova de conhecimentos gerais, estando aptos para ingressar no cursinho aqueles que atingiram a maior pontuação na prova.

As aulas aconteciam de segunda a sexta-feira na própria Faculdade durante o período noturno, e eram ministradas por alunos de graduação voluntários e 09 bolsistas. Os sábados eram utilizados para aula de atualidades, reforço e tutoria, sendo que esta última foi implantada no ano de 2019 com objetivo de acompanhar de perto o rendimento dos alunos e suas dificuldades, de forma que isso também resulte em uma menor taxa de evasão, problema comum a todos os cursinhos analisados nesta pesquisa. Tal prática também se repete em praticamente todos os cursinhos da UNESP.

Curso Unificado do Campus de Araraquara – C.U.C.A

Desenvolvendo atividades desde 1993, o cursinho contava com a participação de alunos de graduação de todas as unidades da UNESP de Araraquara. Segundo o relatório de atividades da PROEX, em 2017, o cursinho conseguiu aprovar 32% de seus alunos em Universidades públicas. De acordo com Nascimento (2013), foi o primeiro cursinho da UNESP a estabelecer parcerias com prefeituras municipais, tendência que se manteve e ainda vem sendo seguida nas Universidades públicas. Em 2019, possuía parceria com as prefeituras de Araraquara (SP) e Boa Esperança do Sul (SP).

O cursinho era composto, em 2019, por 04 polos⁵ que integravam um único núcleo: 01 noturno dentro do Instituto de Química; 01 noturno com aulas nos fundos de uma igreja; 01 diurno no centro da cidade; e 01 na cidade de Boa Esperança do Sul. Este último, “CUCA BES”, foi criado em 2005 por meio de uma parceria entre a prefeitura desta cidade e o Instituto de Química (IQ) da UNESP. O projeto oferecia, anualmente, 75 vagas, divididas em três salas, sendo essas divididas em duas modalidades: CUCA Básico, voltado para alunos do 2º ano do Ensino Médio, e CUCA Cursinho, voltado para alunos que cursavam ou já concluíram o 3º ano do Ensino Médio (CURSINHO UNIFICADO DO CAMPUS DE ARARAQUARA, 2019c).

O público-alvo eram alunos que estudavam ou estudaram integralmente

⁵ Embora o cursinho utilize o termo “núcleos”, para fins desta pesquisa alteramos para “polos”, uma vez que compreendo que esse é o termo que melhor se adapta à projetos que desenvolvem atividades em lugares diferentes utilizando o mesmo nome do projeto.

na rede pública de ensino, ou que possuíram bolsa em uma escola particular. As aulas eram ministradas por alunos bolsistas (18) financiados pela prefeitura, e ocorriam de segunda a sexta-feira, das 19h30 às 22h30, em uma escola municipal na cidade de Boa Esperança do Sul.

No Instituto de Química, foram 110 vagas ofertadas no ano de 2019, sendo que 09 destas (10%) pertenceram à candidatos que se autodeclararam pretos, pardos e transgêneros (CURSINHO UNIFICADO DO CAMPUS DE ARARAQUARA, 2019b). O processo seletivo era voltado unicamente para alunos que concluíram ou que estavam no 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas. As inscrições ocorreram de forma presencial de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h, no Instituto de Química da Unesp. No ato da inscrição, os alunos tiveram que entregar o formulário socioeconômico e a documentação comprobatória.

A segunda etapa correspondeu à uma prova de conhecimentos gerais, composta por 50 questões de múltipla escolha e uma redação. A nota final dos candidatos foi computada pela soma da avaliação socioeconômica (que correspondeu a 60%, da nota final) e a nota da prova de conhecimentos gerais (40%).

As aulas ocorriam no próprio IQ, de segunda a sexta-feira, das 18h50 às 22h50. O polo contava com 19 bolsistas, sendo 11 financiados pela PROEX e 08 pela prefeitura de Araraquara. Por sua vez, o polo “CUCA manhã” nasceu de uma parceria entre o IQ e a prefeitura de Araraquara. Neste polo, o cursinho oferecia 90 vagas anualmente para alunos que estavam cursando ou já concluíram o Ensino Médio na rede pública de ensino. As inscrições também ocorreram de forma presencial, na sede do cursinho, e mediante entrega de formulário socioeconômico e da documentação específica e discriminada no edital (CURSINHO UNIFICADO DO CAMPUS DE ARARAQUARA, 2019a). A segunda etapa do processo constava de uma prova de conhecimentos gerais com 50 questões e uma redação com tempo máximo de 04 horas. Os aprovados assistiam às aulas que ocorriam no centro da cidade, de segunda a sexta-feira das 08h30 às 12h. Os professores eram discentes da faculdade, bolsistas (18), financiados pela prefeitura de Araraquara.

Tal como o “CUCA manhã”, o polo “CUCA Centro Noite” também surgiu mediante parceria realizada entre o IQ e a prefeitura de Araraquara, esta, responsável pelo pagamento de 16 bolsas distribuídas entre professores

(13), auxiliar administrativo (1) e coordenadores (2). As aulas eram realizadas nos fundos de uma igreja presbiteriana independente, de segunda a sexta-feira no período noturno (das 19h às 22h30).

Neste polo, foram disponibilizadas 70 vagas em 2019. A seleção foi feita por meio de uma análise socioeconômica (70% da nota final) e uma prova para avaliar o conhecimento já adquirido do candidato (30% da nota). Havia uma bonificação da nota para os candidatos negros, mães solo e trans.

Juntos, os 04 polos ofertaram, em 2019, 345 vagas. Segundo a coordenação do CUCA IQ, todos os polos eram coordenados administrativamente pelo Instituto de Química, ficando à cargo de docentes da Instituição a supervisão de cada um destes polos. Além disso, o IQ também era responsável por fornecer as condições materiais para o funcionamento cotidiano de todos.

Cursinho Pré-universitário Unesp/Assis

Fundado no ano de 1998, possuía, em 2019, 5 polos: Unesp, Clybas, Florínea, Palmital e o polo Tarumã. O polo Clybas surgiu como resultado de uma parceria com a “E.E Clybas Pinto Ferraz”, localizada no centro da cidade de Assis (SP). Já os polos de Florínea, Palmital e Tarumã são fruto de uma parceria com as prefeituras das respectivas cidades.

De acordo com a coordenadora de 2019, Isadora Santos, o cursinho contava com 47 professores/discentes, sendo que destes, 11 eram bolsistas financiados pela PROEX e 30 financiados pelas prefeituras dos municípios da região (Florínea, Palmital e Tarumã). Os demais professores atuavam como voluntários.

O processo seletivo de 2019 disponibilizou 440 vagas, sendo 200 para o Polo Unesp, e 60 para cada um dos demais polos. Para o segundo semestre, foram disponibilizadas mais 170 vagas, sendo 50 vagas para o Polo Unesp e 30 vagas para outros polos. A seleção consistia em uma prova objetiva com 60 questões de múltipla escolha e um questionário socioeconômico.

Curso pré-vestibular Principia (Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC)

Começou suas atividades em 2007 por iniciativa de estudantes da FAAC de Bauru. Em seu processo seletivo de 2019, foram disponibilizadas

220 vagas, sendo 110 para o período noturno e 110 para vespertino. Puderam se candidatar às vagas aqueles que estavam cursando o 3º ano do Ensino Médio ou que já o concluíram. Do total de vagas, 90% foram destinadas a candidatos que realizaram todo o Ensino Médio em escolas públicas, ficando os 10% para os candidatos que cursaram algum período do Ensino Médio em escolas particulares ou SESI (CURSO PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO PRINCIPIA, 2019).

As inscrições foram realizadas presencialmente na secretaria do cursinho, no campus da UNESP de Bauru. No ato da inscrição os alunos tiveram que apresentar os documentos pessoais em acordo com o edital e realizar o pagamento obrigatório de uma taxa de R\$ 25,00. A seleção ocorreu em uma única fase, representada por uma prova de conhecimentos gerais contendo 50 questões de múltipla escolha e com duração de 04 horas. Os candidatos foram aprovados de acordo com a pontuação na prova, e tiveram que realizar a matrícula (sem taxa) no dia da aula inaugural (CURSO PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO PRINCIPIA, 2019).

As aulas aconteciam de segunda a sexta-feira, das 14h às 18h, para as turmas do período vespertino, e das 19h às 23h para as turmas do período noturno, havendo plantões de dúvidas regulares durante a semana (18h às 19h) e eventuais aulas complementares e de atualidades aos sábados, às quais a presença não era obrigatória.

Em 2019, o cursinho contava com 10 bolsistas PROEX e utilizava apostilas próprias, feitas por professores da UNESP.

Cursinho Ferradura (Faculdade de Ciências)

Fundado em 2006 fora do campus e vinculado ao bairro Ferradura Mirim, teve suas aulas transferidas para o campus da UNESP de Bauru em 2014. No processo seletivo de 2019, para turmas com início das aulas em fevereiro, foram ofertadas 210 vagas, distribuídas em 03 turmas: 40 para o período da manhã (aulas das 07h30 às 12h50); 120 para o período noturno (aulas das 19h às 23h) e 50 vagas também para o período noturno, mas na cidade de Pederneiras (CURSINHO FERRADURA, 2019a). Havia, também, um segundo processo seletivo para o semi-extensivo, com início das aulas em maio e com duração de 07 meses. Neste processo, foram disponibilizadas

mais 90 vagas: 40 em Bauru e 50 em Agudos, ambas as turmas com aula no período noturno (CURSINHO FERRADURA, 2019b).

Em ambos os editais a seleção era a mesma, sendo realizada em etapa única caracterizada pela avaliação socioeconômica. Para tanto, os candidatos tiveram que escanear (ou fotografar de forma legível) os documentos que comprovassem a renda do candidato. Para aqueles que não tinham acesso à internet, também foi disponibilizada a inscrição presencial: em Bauru, na Faculdade de Ciências da UNESP; em Pederneiras, na E.M.E.F. Eliazar Braga; e em Agudos, as inscrições puderam ser feitas na Câmara Municipal.

Curso Pré-Universitário Gratuito Primeiro de Maio
(Faculdade de Engenharia de Bauru - FEB)

Fundado no ano 2000 por iniciativa de estudantes do curso de Engenharia do campus, ofertava, em 2019, 200 vagas: 100 no período vespertino, das 14h às 18h, e 100 no período noturno, das 19h às 23h. Em seu processo seletivo havia cotas raciais que asseguravam 25% das vagas para pretos. Além disso, 80% das vagas era destinada para alunos provenientes do Ensino Médio regular em escola pública, sendo 60 vagas para ampla concorrência e 20 para reserva de cotas. Alunos de escolas técnicas ou profissionalizantes tinham direito a 15% das vagas, sendo 11 para ampla concorrência e 04 para reserva de cotas. Por fim, os últimos 5% das vagas pertenciam aos alunos que frequentaram escolas particulares, mas que tenham tido ao menos bolsa parcial (50%), o que correspondia a 03 vagas para ampla concorrência e 02 para reserva de cotas.

Para se inscrever, os alunos tiveram que realizar a inscrição presencial na sede do cursinho (FEB) e pagar uma taxa obrigatória de R\$ 20,00. A seleção ocorreu em uma única fase: prova classificatória com 60 questões de múltipla escolha e com duração de 04 horas. Participaram desse projeto uma coordenadora geral e duas vice-coordenadoras (financeira e pedagógica), duas auxiliares pedagógicas e uma assessora de comunicação, além de 30 professores. Destes professores, 10 recebiam bolsa paga pela PROEX e 01 pela FEB.

Segundo a assessora de comunicação, o cursinho realizava parceria com o sistema Poliedro que doava o material didático para o ano inteiro, e há pouco tempo havia sido firmada uma parceria com o “Descomplica”, que doou 200 acessos gratuitos.

Embora não seja objeto de estudo desta pesquisa, vale destacar que o cursinho Primeiro de Maio também oferecia um “Vestibulinho” preparatório para os vestibulares de escolas públicas, sendo este destinado para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Cursinho da FCA (Faculdade de Ciências Agrônomicas)

Fundado em 1996, o projeto era, em 2019, desenvolvido nas dependências da “E.M.E.F. Angelino de Oliveira”, próxima ao campus da FCA – UNESP Botucatu. Existe apoio institucional com a prefeitura da cidade para a manutenção das instalações, limpeza e segurança.

Participavam do cursinho alunos do município de Botucatu, São Manuel, Pardinho e outros distritos ao redor de Botucatu. A divulgação do processo seletivo era realizada em diferentes meios, como internet, rádio FM e AM do município e jornais impressos.

Para 2019, foram ofertadas 60 vagas para a turma do extensivo e 30 para o semi- extensivo. O processo seletivo era composto por duas fases: a primeira era uma avaliação socioeconômica (classificatória e eliminatória), e a segunda, um “teste de conhecimento”, contendo 40 questões de múltipla escolha e de caráter classificatório (CURSINHO DA FCA, 2019). Foram convocados aqueles candidatos que atingiram a maior pontuação na entrevista socioeconômica, de acordo com os critérios pré-estabelecidos pelo cursinho. Segundo a coordenação do cursinho, existiam 08 bolsistas PROEX em 2019.

Cursinho Pré-universitário Atena (Instituto de Biociências de Botucatu)

Fundado na cidade de Botucatu em 2000, o cursinho tem atendido cerca de 240 alunos, os quais eram selecionados unicamente pelo seu perfil socioeconômico, mediante entrevista em que o candidato apresentava os documentos comprobatórios. Segundo uma das coordenadoras, em 2019, o cursinho contava com aproximadamente 90 alunos de graduação e pós-graduação voluntários, além de 10 bolsistas pagos pela PROEX (R\$ 400,00) e outros 13 bolsistas mantidos pela Prefeitura Municipal de São Manuel (R\$ 700,00). De acordo com o relatório enviado à PROEX em 2018, os convênios que foram firmados com a prefeitura dessas duas cidades resultaram em

financiamento que possibilitou o deslocamento dos estudantes, bem como um local para as aulas. Em Botucatu, as aulas ocorreram pela manhã (campus de Rubião Júnior) e à noite (E.M.E.F. Raphael de Moura Campus); já na cidade São Manuel, aconteciam somente no período noturno, na “E.M.E.F.E.I. Prof. Walter Carrer”.

Cursinho pré-universitário DESAFIO (Faculdade de Medicina)

Fundado em 2000 por estudantes da XXXVI turma de medicina do campus de Botucatu, o cursinho disponibilizou 120 vagas para o ano de 2019. Segundo seu edital de processo seletivo (CURSINHO PRÉ-UNIVERSITÁRIO DESAFIO, 2019), as inscrições ocorreram de forma on-line e puderam se inscrever alunos que estão no 3º ano do Ensino Médio ou que já tenham concluído.

Das 120 vagas, 102 vagas (85% do total das vagas) foram reservadas para: a) alunos que cursavam ou cursaram integralmente o Ensino Médio na rede pública de ensino; b) alunos que cursavam ou cursaram integralmente com 100% de bolsa o Ensino Médio na rede privada de ensino e; c) alunos que cursavam ou cursaram o Ensino Médio parte na rede pública de ensino, parte na rede privada de ensino com bolsa 100%. Os outros 15% do total de vagas (18 vagas) foram destinadas para: a) alunos que, apesar de terem estudado na rede privada de ensino, afirmaram não conseguir custear, atualmente, um curso pré-vestibular e; b) alunos que cursaram Ensino Médio parte na rede pública de ensino, parte na rede privada de ensino com bolsa parcial ou sem bolsa (CURSINHO PRÉ-UNIVERSITÁRIO DESAFIO, 2019).

A seleção ocorreu em duas etapas. A primeira foi uma entrevista socioeconômica onde os candidatos entregaram os documentos que comprovaram sua situação econômica, estando isentos aqueles que estudaram integralmente em escola pública, integralmente em escolar particular com bolsa de 100% e parcialmente em escola particular com bolsa de 100%. Já segunda etapa foi obrigatória a todos, e consistiu em uma prova de conhecimentos gerais e uma redação. As aulas ocorriam na E.M.E.F.E.I. Luiz Carlos Aranha Pacheco, de segunda a sexta-feira no período noturno (das 19 às 22h20).

De acordo com o relatório da PROEX, o cursinho analisava a evasão dos alunos e suas causas, sendo essa fortemente marcada por questões

econômicas, principalmente por alunos que abandonam os estudos para trabalhar e auxiliar a renda familiar.

Cursinho da FMZV (Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia)

Fundado em 2016 em parceria com a Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo, que juntos criaram o cursinho presencial noturno em Botucatu para alunos regularmente matriculados em escolas públicas, nos dois últimos anos do Ensino Médio.

Em seu processo seletivo de 2019 foram disponibilizadas 80 vagas para os candidatos que atingiram as maiores notas, sendo essas uma média das etapas. A primeira correspondeu a uma prova de conhecimentos gerais, com 40 questões de múltipla escolha e com duração de 03 horas. Os aprovados nessa etapa participaram de um “aulão”, caracterizado por 03 semanas de aulas de nivelamento para que os alunos tenham conhecimento base para prosseguir com o curso. Somente os candidatos que mantiveram uma frequência mínima de 70% durante essas semanas são aprovados e podem iniciar no cursinho.

As aulas aconteciam na central de aulas da FMZ, localizada no campus de Rubião Júnior (Botucatu-SP). O número de alunos voluntários e bolsistas que atuam no projeto não foi disponibilizado ao pesquisador.

Cursinho pré-vestibular Alvo *(Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas -FCAT)*

Fundado em 2006, ofereceu, em 2019, 120 vagas. Suas aulas aconteciam na cidade de Dracena (SP), de segunda a sexta-feira, no período noturno (das 19h às 22h), na “E.M.E.F.I. João Vendramini”.

Para o edital das turmas com início das aulas em março, o cursinho disponibilizou 120 vagas, destinadas exclusivamente à alunos da rede pública e privada (bolsistas), que já concluíram o Ensino Médio ou estavam regularmente matriculados no último ano desse nível de ensino. As inscrições foram realizadas presencialmente, no campus da Universidade ou via formulário eletrônico disponível na internet. Em ambos os casos, os alunos ficaram responsáveis pela entrega da documentação necessária para comprovar sua situação socioeconômica. Havia uma taxa obrigatória de inscrição, no valor de R\$

20,00, podendo essa ser paga presencialmente ou por transferência bancária (CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ALVO, 2019).

A seleção dos candidatos se deu pela pontuação na prova de conhecimentos gerais, com 40 questões de múltipla escolha e que abrangeu o conteúdo básico do Ensino Médio. Em 2019, o cursinho contava com 23 professores, entre voluntários e bolsistas voluntários.

Cursinho Popular da Unesp – S.E.U

O Cursinho Popular da UNESP Franca - Serviço de Extensão Universitária - é um cursinho pré-vestibular gratuito, fundado em 1997 por alunos do campus da Universidade. No processo seletivo de 2019 foram ofertadas 240 vagas, sendo a análise socioeconômica a única etapa de seleção. Esta, era realizada anualmente por um grupo de estudantes do curso de Serviço Social, o PET-SS da UNESP Franca (CURSINHO POPULAR DA UNESP, 2019).

Para se inscrever no processo seletivo, os candidatos tiveram que realizar a inscrição presencialmente na sede do cursinho, não havendo nenhuma taxa. Todos os interessados deveriam, obrigatoriamente, estar cursando o 3º ano do Ensino Médio ou já ter concluído o mesmo.

As vagas foram distribuídas em duas turmas, cada uma com 120 vagas. As aulas da turma da manhã ocorriam das 7h40min até 12h, e do período noturno, a partir das 19h00 e com término às 22h30, ambas dentro do campus da UNESP. Além disso, eram oferecidas monitorias de todas as matérias apresentadas em sala no período da tarde.

Após aprovados no processo seletivo, os alunos passavam a integrar todas as atividades do cursinho, incluindo a participação nas reuniões administrativas e pedagógicas. Era deles, também, a escolha dos temas das atividades de sábado e sua metodologia. Contribuíam com o projeto 70 alunos de graduação, destes, 10 eram bolsistas e ocupavam a função de coordenação.

Cursinho FEGVEST (Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá - FEG)

Iniciou as atividades em 2010, no campus de Guaratinguetá e em 2019 disponibilizou 100 vagas. O processo seletivo teve início com um período de pré-inscrição (não obrigatória), onde os interessados apresentavam apenas a

cópia do RG e CPF, além de preencherem um questionário socioeconômico disponibilizado pelo próprio cursinho. Assim como nas demais etapas do processo (inscrição, prova e entrevista), os documentos deveriam ser entregues na Faculdade de Engenharia.

As inscrições eram realizadas mediante apresentação de documentos que comprovassem a situação socioeconômica do candidato, sem nenhum tipo de cobrança. O pesquisador não conseguiu as informações sobre as demais etapas, uma vez que todas as tentativas de contato com o cursinho (via Facebook e via e-mail) foram ignoradas.

Cursinho Diferencial (Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – FEIS)

Dividido em dois polos (Andradina e Ilha Solteira), o cursinho ofereceu, em 2019, 423 vagas. No polo de Andradina, havia uma parceria com a prefeitura da cidade, que disponibilizava a escola “E.M.E.F. Anna Maria Marinho Nunes Professora” para que as aulas fossem desenvolvidas. A prefeitura também se comprometeu com o pagamento de 20 bolsas, o suficiente para todos os professores que participavam do projeto.

O processo seletivo deste polo era feito unicamente por uma prova de conhecimentos gerais, contendo 60 questões. Para participar, os alunos tiveram que realizar a inscrição on-line, por meio de um formulário eletrônico disponível na página do cursinho. Puderam se inscrever alunos da rede pública de ensino (cursando o 3º ano ou que já tenham concluído) e da rede privada, desde que comprovada bolsa de estudos, de no mínimo 50% do valor. Além disso, as vagas eram exclusivas aos moradores da cidade de Andradina, o que exigia dos candidatos um comprovante de residência. Assim como ocorreu no polo de Ilha Solteira, havia, também, uma reserva de 5% das vagas para funcionário e filhos de funcionários da UNESP, desde que respeitado o critério da escolaridade mencionado anteriormente (CURSINHO DIFERENCIAL, 2019b).

No início do ano de 2019 foram disponibilizadas 168 vagas, e para o segundo semestre houve uma nova seleção, com outras 35 vagas. As aulas aconteciam de segunda a sexta-feira, no período noturno (19h20 às 23h). Já o polo de Ilha Solteira disponibiliza 220 vagas, sendo essas ocupadas por alunos da rede pública de ensino, alunos da rede particular de ensino que já

tivessem concluído ou que estavam matriculados no último ano do Ensino Médio ou equivalente, desde que comprovasse bolsa de estudos de no mínimo 50%. Havia uma reserva de 5% para funcionários e filhos de funcionários da UNESP e mais 5% para candidatos com mais de 30 anos, desde que respeitados os critérios de escolaridade mencionados anteriormente (CURSINHO DIFERENCIAL, 2019a). O único critério de seleção era a pontuação na prova de conhecimentos gerais. Após selecionados, os alunos passavam a ter aula dentro da FEIS, localizada no centro da cidade.

Cuca Fresca

O Cuca Fresca foi criado no ano de 2005, e a iniciativa partiu dos estudantes do curso Industrial de Madeireira e de alguns professores do campus de Itapeva (NASCIMENTO, 2013). Em seu processo seletivo de 2019, o cursinho disponibilizou 80 vagas e foi pautado em duas etapas. Para participar, os alunos tiveram que realizar a inscrição de forma presencial na sede do cursinho, localizada dentro do campus, estando aptos a participar todos aqueles que estavam cursando o 3º ano do Ensino Médio ou que já tivessem concluído o mesmo, independentemente de ser em escola pública ou privada (CUCA FRESCA, 2019).

A primeira etapa consistiu em uma prova de conhecimentos gerais, com 50 questões. Foram aprovados para a etapa seguinte os 140 melhores candidatos, sendo a pontuação máxima de 50 pontos. Já a segunda etapa foi caracterizada por uma análise socioeconômica, onde os candidatos foram responsáveis por retirar na sede do cursinho um formulário, que teve que ser entregue no mesmo local com os devidos documentos que comprovaram a situação econômica do candidato. A pontuação máxima para essa etapa era de 25 pontos (CUCA FRESCA, 2019).

A partir da somatória das duas etapas, que no máximo corresponde a 75 pontos, o cursinho selecionou os 80 melhores candidatos. Das vagas, no máximo 05 foram destinadas à funcionários e pessoas que possuem um parentesco de até 1º grau com funcionários da UNESP. As aulas ocorriam de segunda a sexta-feira, no período noturno (das 19h às 23h) e com possíveis aulas às 18h15 e aos sábados à tarde. O número de alunos voluntários e bolsistas que atuavam no projeto, em 2019, não foi disponibilizado ao pesquisador.

Cursinho Ativo

O cursinho Ativo foi criado no ano 2000 por iniciativa dos estudantes da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal. Segundo o relatório enviado à PROEX, o cursinho passou por uma grande evolução em relação ao número de vagas ofertadas, saltando de 40 no ano de 2000 para 260 vagas em 2019.

O processo seletivo de 2019 ocorreu seguindo três critérios: prova de conhecimentos gerais, avaliação do questionário socioeconômico e entrevista com o candidato. Para participar, o candidato teve que realizar a inscrição on-line, escolhendo o período em que desejava estudar (vespertino ou noturno) e responder a um questionário socioeconômico (CURSINHO ATIVO, 2019).

Para a primeira etapa, o candidato participou de uma prova de conhecimentos gerais, composta por 60 questões e com duração de 04 horas. Foram aprovados aqueles que atingiram a nota de corte, sendo essa criada a partir da média da pontuação dos alunos e a relação candidato/vaga para o período escolhido (CURSINHO ATIVO, 2019).

Para a segunda etapa, caracterizada pela entrevista, os alunos tiveram que entregar os documentos de acordo com as informações do formulário socioeconômico preenchido durante a inscrição. Os aprovados tiveram aulas de segunda a sexta-feira, dentro do campus da FCAV, ficando o vespertino com aulas das 14h às 17h30, e noturno, com aulas das 19h às 22h30. O número de alunos voluntários e bolsistas que atuavam no projeto em 2019 não foi disponibilizado ao pesquisador.

Cursinho Alternativo da UNESP de Marília (CAUM)

Fundado em 1998, o cursinho desenvolve atividades na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília e é gerido por discentes e docentes da própria Universidade (CURSINHO ALTERNATIVO DA UNESP DE MARÍLIA, 2019). Segundo consta em seu edital, para o ano de 2019 foram disponibilizadas 190 vagas (30 delas reservadas para os estudantes com deficiência auditiva).

Contando com uma grade com 21 disciplinas, chama atenção a existência da disciplina “combate às opressões”, todavia, o pesquisador não

conseguiu contato com o cursinho para compreender melhor os objetivos dessa disciplina. As aulas aconteciam de segunda a sexta-feira, das 18h às 22h40, ficando um horário alternativo para os candidatos com deficiência auditiva.

A seleção dos candidatos em 2019 começou com inscrições on-line, composta por uma ficha de dados pessoais e informações socioeconômicas, utilizadas para classificar os alunos. Para selecionar os aprovados, o cursinho utilizou os seguintes critérios: (1) ter cursado ou estar cursando 3º ano do Ensino Médio em escola pública; (2) por faixa de renda per capita; (3) ser pardo/negro/indígena; (4) quantidade de pessoas desempregadas na família e; (5) ter 18 anos ou mais.

Cursinho CACU-O

Fundado em 2005 no campus da UNESP de Ourinhos, inicialmente com o nome de CAGEO (NASCIMENTO, 2013), o cursinho CACU-O disponibilizou 150 vagas para o ano de 2019, divididas em 03 turmas: vespertino, com aulas de segunda a sexta-feira, das 14h20 às 19h (40 vagas); noturno, também durante a semana e com aulas das 19h20 às 22h40 (70 vagas) e; turma do final de semana, com aulas aos sábados e domingos, das 07h às 12h40 (40 vagas).

As inscrições foram realizadas via formulário eletrônico, disponível na forma on-line na página do cursinho. De acordo com edital, o único critério de seleção era o socioeconômico, e para tanto, os alunos tiveram que entregar documentos que comprovassem ser de escola pública e/ou de baixa renda (CURSINHO CACU-O, 2019).

Participam do cursinho, em 2019, 06 alunos bolsistas, 05 pagos pela PROEX e 01 pela própria faculdade.

Cursinho Ideal

Criado no ano de 1998 pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente “3 de Maio”, sua primeira turma começou em 1999 (NASCIMENTO, 2013). Em 2019, disponibilizou por meio de seu processo seletivo, 450 vagas, 300 para a turma do extensivo, com início das aulas em março e mais 150 para turma do semi-extensivo, com início das aulas em agosto.

Segundo o edital do curso extensivo (CURSINHO IDEAL, 2019), as vagas foram divididas entre duas turmas: 150 para a turma do vespertino (14h às 18h20) e 150 vagas para a turma do noturno (19h às 22h30). Para se inscrever, os alunos tiveram que realizar a inscrição on-line, por meio de um formulário eletrônico e participar de uma prova de conhecimentos gerais. No dia da prova, os alunos pagaram uma taxa de R\$ 10,00 e doaram um 1 Kg de alimento não perecível. A nota final do processo seletivo foi obtida a partir da soma das notas individuais do questionário socioeconômico e da prova objetiva, sendo, respectivamente, 40% e 60% da nota final (CURSINHO IDEAL, 2019).

A seleção para as turmas do semi-extensivo foi a mesma, alterando somente o número de vagas: 75 para a turma vespertino e 75 para a turma do noturno. Ambos os cursistas realizaram aulas na própria Faculdade. De acordo com o relatório de atividades da PROEX, auxiliavam no projeto, em 2019, 03 coordenadores docentes e 03 discentes, além de 20 “professores- monitores” que ministram as aulas, sendo que 10 destes eram bolsistas PROEX.

Segundo a coordenação do cursinho, havia uma parceria com a empresa de transporte público da cidade, que fornecia um desconto de 50% do valor da passagem para alunos do cursinho. Todavia, não havia um contrato oficial que firmava este direito.

Cursinho Conteúdo

Fundado em 2007 no campus da UNESP de Registro, o cursinho ofereceu em seu último processo seletivo 80 vagas. A seleção ocorreu em uma única etapa, caracterizada pela análise socioeconômica. As aulas aconteciam dentro do campus da UNESP, de segunda a sexta-feira no período noturno (das 18h30 às 22h20). O número de alunos voluntários e bolsistas que atuavam no projeto não foi disponibilizado ao pesquisador.

Cursinho ATHO

O cursinho comunitário ATHO – Ação Transformadora do Homem, é um projeto que iniciou suas atividades em 1977 na cidade de Rio Claro. Entretanto, segundo consta no relatório de atividades da PROEX, o cursinho não encaminhou para a direção do campus o plano de atividades para

o ano de 2018, e por este motivo, não realizou mais atividades. Em nota de esclarecimento divulgada em sua página no Facebook, o cursinho lamenta a decisão da direção em não aceitar um novo projeto que possibilitasse a retomada das atividades. De acordo com a nota, o cursinho conseguiu um novo docente para coordenar as atividades e escreveu um novo projeto, entretanto, após meses de tentativas e negociações com a direção, a decisão se manteve. O cursinho pretendia retomar às atividades no ano de 2020.

Cursinho Alternativo da UNESP de Rosana (CAUR)

Criado no ano de 2005 por iniciativa dos estudantes e professores do campus de Rosana, oferecia 300 para início no começo do ano de 2019. As aulas eram realizadas dentro do campus durante o período noturno, das 19h às 22h30.

Em ambos os casos, o edital previa uma inscrição on-line e a realização de uma prova de conhecimentos gerais. A seleção era realizada de acordo com número de acertos da prova de conhecimentos gerais, havendo preferência de vagas para estudantes do 3º ano ou concluintes do Ensino Médio público: 50% das vagas para alunos de escola pública; 30% para ampla concorrência; e 20% para cotas raciais (CURSINHO ALTERNATIVO DA UNESP DE ROSANA, 2019).

Havia uma taxa de matrícula que, segundo o edital, era utilizada para adquirir recursos e cobrir despesas operacionais do processo seletivo do CAUR. Para tanto, era solicitado aos candidatos o pagamento da taxa de matrícula que consistia em 100 folhas sulfite A4. O cursinho deixou claro que caso o aluno não pudesse contribuir dessa forma, deveria justificar ao colaborador responsável no dia da matrícula, e que tal ação não desqualificaria o candidato para ingressar no cursinho.

O cursinho realizava uma parceria com o “Descomplica” e o “QMágico”, que oferece uma integração com diversas tecnologias e práticas educacionais, podendo os professores compartilhar materiais antes da aula ou criar atividades para casa com correção automática.

PreVest UNESP (Instituto de Ciências e Tecnologia)

Fundado em 2007 no campus de São José dos Campos, o cursinho oferecia anualmente 70 vagas. As aulas ocorriam dentro do campus, de

segunda a sexta-feira, das 13h30 às 20h, e aos sábados, das 8h às 12h. O processo seletivo consistia em 03 etapas: inscrição, Vestibulinho e entrevista socioeconômica.

Para participar do processo seletivo de 2019 os alunos tiveram que realizar a inscrição de forma on-line e participar de uma prova de conhecimentos gerais, denominada pelo cursinho de “Vestibulinho”. Trata-se de uma prova classificatória com 70 questões que englobam o conteúdo base do Ensino Médio. A segunda etapa, entrevista, tem por objetivo filtrar os classificados e selecionar os que se enquadram ao perfil socioeconômico do cursinho. O número de alunos voluntários e bolsistas que atuam no projeto não foi disponibilizado ao pesquisador.

Polo Atlas

Segundo consta no relatório de atividades da PROEX, até 2017, os cursinhos do IBILCE (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas) de São José do Rio Preto eram formados por três cursinhos: Metamorfose, VestJr e Vitoriano. A partir de 2018 passaram a existir dois, uma vez que o Metamorfose e VestJr fundiram-se para formar o “polo Atlas”.

Para participar da turma extensivo do Atlas, os candidatos tiveram que passar pelo processo seletivo, composto por uma prova de conhecimentos gerais, uma entrevista e análise socioeconômica. Para se candidatar à uma das vagas, foi necessária a inscrição on-line e o pagamento de uma taxa no valor de R\$ 31,00, devendo essa ser paga via “PagSeguro”. Após a realização do pagamento, o candidato ficou responsável por enviar um comprovante para o e-mail do cursinho, especificado no edital (CURSINHO POLO ATLAS, 2019).

A prova, de caráter eliminatório, era formada por 50 questões de múltipla escolha e resultava na seleção de apenas 160 candidatos, que participaram da etapa seguinte, a entrevista. Esta, consistia em obter dados relacionados à renda familiar do candidato e avaliar a impossibilidade de o mesmo custear um cursinho pré-vestibular particular (CURSINHO POLO ATLAS, 2019).

Dos 160 candidatos aprovados na primeira etapa, 135 foram convocados para a matrícula. Para tanto, os alunos deveriam atender aos seguintes requisitos: ter cursado ou estar cursando o terceiro ano do Ensino Médio em 2019 em escola pública e ter renda familiar de, no máximo, um salário mínimo por

indivíduo (aproximadamente R\$937,00). Pessoas que estudavam ou estudaram em escola particular com bolsa de estudos e pertencerem à faixa de renda citada poderão ser aceitos (CURSINHO POLO ATLAS, 2019).

As aulas do extensivo aconteciam no período noturno, de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h40, e aos sábados das 9h às 17h. Já a turma do semi-extensivo, com aulas de segunda a sexta-feira (das 19h às 22h40), possuía 40 vagas. O processo seletivo era composto pelas mesmas etapas descritas anteriormente, mudando apenas o número de convocados para entrevista, de 160 para 80.

Cursinho Vitoriano

Em 2019, disponibilizou 80 vagas: 40 vagas para o período noturno e 40 para o vespertino. As inscrições aconteciam de forma on-line, devendo os candidatos interessados pagar uma taxa de R\$20,00. A primeira etapa consistia em uma prova de conhecimentos gerais, seguida da entrevista e da avaliação socioeconômica, nos mesmos moldes do cursinho “Polo Atlas”.

DA CAPO

O “DA CAPO”, assim como os outros dois cursinhos presentes no Instituto de Artes (IA) de São Paulo (abaixo descritos), diferenciam-se dos demais cursinhos da UNESP por estarem voltados exclusivamente para as provas específicas dos cursos de música, artes visuais e artes cênicas.

Preparatório para candidatos ao curso de música, o DA CAPO foi criado em 2009. Conseguiu financiamento para pagamento de bolsistas PROEX entre os anos de 2010 e 2012, e funcionou com trabalho voluntário de 2012 até 2017, ano em que voltou a ter apoio da Pró-reitoria.

O cursinho realizava inscrições e provas ao início de cada semestre. As provas realizadas em março eram voltadas para o módulo extensivo, com duração de 8 meses, e abordavam conteúdos básicos de teoria musical e leitura de partitura. As provas realizadas em agosto eram voltadas para o módulo intensivo, com duração de 04 meses e abordavam conteúdos básicos de teoria, percepção e história da música.

As provas de seleção para cada um dos módulos eram distintas, havendo duas etapas para o extensivo e quatro para o semi. Para o extensivo, era exigido

do candidato a participação em um teste escrito, caracterizado por conteúdos específicos da área, tais como identificação e o reconhecimento de alturas nas claves de “sol” e “fá”, tonalidades maiores e relativas, etc. A segunda etapa era um solfejo, que conferia a familiaridade e desenvoltura do aluno com a entoação e com a realização rítmica (CURSINHO DA CAPO, 2019). Os 55 aprovados possuíam aulas no IA, de terça e quinta-feira, das 19h às 22h.

Já para a turma do semiextensivo, além das duas etapas anteriormente descritas (teste escrito e solfejo) os alunos também eram avaliados pela percepção (identificação auditiva de intervalos, acordes, etc.) e pelo conhecimento em história música, respondendo a questões auditivas para relacionar características musicais com seu respectivo período histórico, além de questões dissertativas (CURSINHO DA CAPO, 2019). Assim como a turma do extensivo, este módulo oferecia 55 vagas, com aulas no próprio IA, de terça e quinta- feira, das 18h às 22h.

Previa (Artes Visuais)

De acordo com o relatório de atividades enviado à PROEX, trata-se de um “co- laboratório” de artes visuais, criado e mantido desde 2008 pela iniciativa e trabalho voluntário de estudantes. É voltado para as provas específicas de artes visuais, com foco nas provas da USP, UNESP e UNICAMP.

As aulas eram divididas entre a parte teórica e prática, sendo essa última realizada nos ateliês ou outros espaços da UNESP. Para se participar, os candidatos devem realizar as inscrições presencialmente, na sede do cursinho (IA). Em 2019, o cursinho realizou um sorteio para preencher as 50 vagas ofertadas. Entretanto, segundo constava na página do cursinho no Facebook, uma parte das vagas era destinada para alunos de escola pública, baixa renda, trans, escola particular com bolsa e/ou PPI.

As aulas ocorreram durante o segundo semestre, todos os sábados, das 8h30 às 13h no Instituto de Artes da UNESP, em São Paulo.

Cursinho popular de artes cênicas “Heleny Guariba”

Fundado em 2016, o cursinho é preparatório única e exclusivamente para a prova de habilidades específicas dos cursos de teatro do Instituto de Artes da UNESP, não havendo quaisquer relações com outras fases do

vestibular (CURSINHO POPULAR HELENY GUARIBA, 2019). Oferecia, em 2019, 160 vagas divididas entre o módulo extensivo e o semi-extensivo. O processo seletivo para ambos os módulos era o mesmo e tinha como critério de seleção uma análise socioeconômica pautada em alguns critérios, são eles: todas as vagas eram destinadas para alunos que estavam cursando o terceiro ano do Ensino Médio ou que já haviam concluído o mesmo integralmente em escola pública ou em particular com bolsa de 100%; todas as pessoas indígenas, com deficiência e pessoas que se identificassem com o “segmento T” (travestis, transexuais, transgêneros, etc.) estavam automaticamente selecionadas para o cursinho; por critério racial, estando reservadas 55% das vagas para pessoas negras e; por critério de renda *per capita* (CURSINHO POPULAR HELENY GUARIBA, 2019).

Para o módulo do extensivo, denominado de “Introdução ao estudo e prática das artes cênicas”, foram ofertadas 80 vagas. As aulas, que se iniciaram no fim de abril, ocorreram sempre aos sábados (das 9h às 13h) dentro do IA, e se encerram em 29 de junho. O módulo incluiu estudos sobre os fundamentos históricos e teóricos em teatro, além de uma parte voltada à prática de escrita, focando na redação e na elaboração de respostas discursivas. Já o módulo semi-extensivo, denominado de “Aprofundamento no estudo e prática das Artes Cênicas”, foi voltado para a bibliografia específica das provas de habilidades do IA/UNESP 2020. Com início em agosto e fim em dezembro, o módulo foi dividido em duas turmas, com 40 vagas em cada. As aulas aconteceram das 9h às 13h, no próprio Instituto de Artes.

Segundo a coordenação do cursinho, existiam 03 bolsistas PROEX em 2019, não havendo nenhuma parceria firmada.

Cursinho comunitário Caiçara

Criado no campus de Ilha Solteira ano de 2007, possuía três turmas com 30 candidatos cada (duas noturnas e uma no período da tarde). O processo seletivo era formado pela inscrição on-line e avaliação do perfil socioeconômico do candidato, sendo essa realizada durante a entrevista. Aqueles que não conseguiam se inscrever e realizar o processo seletivo poderiam ingressar no cursinho por meio do “programa de ouvintes”. Embora estes não tivessem acesso à carteirinha de estudante, detinham o direito de carimbar

passage escolar e adquirir descontos nas passagens de transporte coletivo.

Segundo o plano de atividades enviado à PROEX, as três turmas possuíam uma grade curricular unificada, que contava com a disciplina “Crítica às relações de opressão”. O pesquisador também não conseguiu estabelecer contato com a coordenação para compreender os objetivos da disciplina, bem como ter acesso ao número de voluntários e bolsistas que integraram o projeto.

Gerabixo

O cursinho iniciou suas atividades no campus de Sorocaba em 2006, por iniciativa dos estudantes do campus (NASCIMENTO, 2013) e atualmente oferece 140 vagas: 70 para a turma da manhã (8h às 12h20) e 70 para a turma da noite (19h às 22h35).

Segundo consta em seu edital (GERABIXO, 2019), para se candidatar o candidato deve preencher os seguintes requisitos: ter cursado ou estar cursando o 3º ano do Ensino Médio em escola pública, ou em escolar particular com bolsa de 100%; e ter renda *per capita* familiar igual ou menor que um salário mínimo e meio.

As inscrições de 2019 ocorreram presencialmente, no campus da UNESP de Sorocaba. A primeira etapa foi definida pela realização de uma prova de conhecimentos gerais, com 90 questões e duração de 4h30, sendo selecionados para a etapa seguinte os 240 melhores classificados (120 de cada turma). A segunda etapa foi caracterizada por uma avaliação socioeconômica, onde os alunos apresentaram os devidos documentos comprobatórios. Já a última etapa foi caracterizada por visitas às residências dos candidatos, sendo essa realizada por membros do cursinho com objetivo de efetuar um levantamento de logística, infraestrutura e perfil do aluno (GERABIXO, 2019).

Ao final do processo foram selecionados 70 alunos para cada turma, de acordo com a pontuação total nas diferentes etapas e seguindo critérios estabelecidos no edital (GERABIXO, 2019). As aulas aconteciam no campus da Universidade de segunda a sexta-feira, e aulas extras aos sábados e simulados eventuais aos domingos.

Cursinho 180 Graus

Iniciou suas atividades no segundo semestre de 2004 no campus de Tupã, com 15 alunos (NASCIMENTO, 2013). Em 2019, ofereceu 108

vagas, preferencialmente aos candidatos com menores condições socioeconômicas. Seu único requisito era que os alunos tivessem concluído ou estivessem cursando o terceiro ano do Ensino Médio.

As inscrições de 2019 ocorreram exclusivamente pela página do cursinho, onde foi disponibilizado um formulário de inscrição e uma ficha socioeconômica. Para a ficha, os alunos tiveram que anexar as cópias digitalizadas dos devidos documentos comprobatórios da escolaridade e situação econômica (CURSINHO 180 GRAUS, 2019).

A primeira etapa foi baseada em uma prova de conhecimentos gerais, com 04 horas de duração. O edital não especifica se existem critérios de classificação (e quais são eles), necessários para a segunda etapa, todavia, esta última é caracterizada pela avaliação da ficha socioeconômica preenchida pelos candidatos no ato da matrícula.

Os 108 aprovados possuíam aulas no campus da Universidade, de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h40. Até o ano de 2018 havia 09 bolsistas colaborando com as atividades do cursinho, mas segundo a coordenação, devido a cortes no orçamento o número foi reduzido para 08 no ano seguinte. Em 2019, o cursinho contava com uma parceria com o site “Descomplica”, com prefeituras de cidades vizinhas que se responsabilizam pelo transporte gratuito dos alunos e com o Núcleo de estagiários em psicologia de uma Faculdade particular da cidade (FADAP – Faculdade de Direito da Alta Paulista), que realizava encontros semanais em grupo sobre temas proposto pelos psicólogos.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Oficialmente fundada em 5 de outubro de 1966, a UNICAMP conta com 34.652 alunos matriculados em 66 cursos de graduação e 153 programas de pós-graduação oferecidos nos campus de Campinas, Piracicaba e Limeira. Ao todo, são 24 unidades de ensino e pesquisa, divididas em 10 institutos e 14 faculdades, além de dois colégios técnicos (UNICAMP, 2020).

Em 2019, pela primeira vez, a Universidade adotou cotas étnico-raciais no vestibular, além de oferecer as opções de ingresso por meio da nota do Enem, do desempenho em olimpíadas científicas e vagas pelo Vestibular Indígena. De acordo com os dados dos convocados no vestibular, 38,2% se

autodeclararam pretos ou pardos, 48,7% são de escola pública e 2,1% são indígenas (UNICAMP, 2019).

Durante o levantamento desta pesquisa, encontrei 06 cursinhos pré-vestibulares populares que possuíam algum vínculo com a Universidade, sendo que 05 destes estão localizados na cidade de Campinas e 01 na cidade de Limeira, somente o campus de Piracicaba não realizava nenhum projeto de extensão voltado para o ingresso de jovens no Ensino Superior.

Curso Exato

Projeto desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Unicamp que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de alunos da rede pública de ensino. Fundado em 2008 por iniciativa de alunos do campus de Campinas, o projeto oferece aulas nas áreas de Física, Matemática, Português e Química, para alunos que estão cursando ou cursaram o Ensino Médio na rede pública (CURSO EXATO, 2019).

As aulas ocorriam dentro da própria Universidade no período noturno (das 19h15 às 22h30), de segunda a quinta-feira e em algumas sextas-feiras selecionadas. Somente no início do curso quando ocorre o “mês da matemática” é que as aulas são ministradas de segunda a sexta-feira. Embora não seja um curso voltado exclusivamente para o vestibular, o projeto contribui de forma indireta para este objetivo, uma vez que as aulas abordam conteúdos básicos do Ensino Médio e que também são cobrados nos principais exames (CURSO EXATO, 2019).

Para participar do processo seletivo desse ano (2019), os candidatos tiveram que preencher um formulário eletrônico na página do cursinho, onde foram aceitas apenas inscrições de alunos que completaram o Ensino Médio integralmente na rede pública ou estão cursando o 2º ou 3º ano do Ensino Médio na rede pública no ato da inscrição. A seleção dos alunos foi feita por ordem de inscrição.

Os selecionados na primeira e segunda listas de chamada tiveram, obrigatoriamente, que participar do “mês da matemática” e cumprir o requisito de 70% de frequência. Ao final do mês ocorreu uma prova de caráter eliminatório com questões de matemática e uma redação. Somente os 100 melhores classificados nessa prova e que respeitaram os 70% de presença foram aprovados e iniciaram o curso (CURSO EXATO, 2019).

Cursinho “PROCEU Conhecimento”

Fundado em 1998, o cursinho era desenvolvido por alunos da Universidade e tinha sede na Moradia Estudantil da UNICAMP, campus de Campinas. Suas aulas ocorriam de segunda a sexta-feira, das 18h45 às 22h45, e atendiam preferencialmente alunos da rede pública e/ou de baixa renda.

Para se inscrever o candidato teve que preencher um formulário on-line disponível na página do Facebook do cursinho. Como pré-requisito, os candidatos deveriam estar matriculados no 1º, 2º ou 3º ano do Ensino Médio. Para a segunda etapa, foi cobrado dos candidatos uma taxa de inscrição no valor de R\$10,00, sendo que neste mesmo dia os candidatos tiveram que elaborar uma redação, participar de uma entrevista e entregar os documentos que comprovassem sua situação econômica.

Para o ano de 2019, foram disponibilizadas 45 vagas e todos os aprovados foram classificados por critérios socioeconômicos. A redação não influenciava nesse processo, uma vez que não tinha peso classificatório ou eliminatório.

Segundo a equipe do cursinho, não havia nenhuma parceria firmada com o cursinho e nenhum aluno recebia bolsa.

Rede Emancipa - Antônio da Costa Santos

A Rede Emancipa é um movimento social de educação popular que desde 2007 promove a organização de cursinhos populares pré-universitários voltados aos estudantes de escolas públicas (REDE EMANCIPA, 2019). Na cidade de Campinas, a unidade “Antônio da Costa Santos” foi fundada no ano de 2011 e oferecia aulas preparatórias para o vestibular de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h20. As aulas aconteciam na UNICAMP (Instituto de Biologia) e, em 2019, ofertou 100 vagas, podendo esse número variar de acordo com o tamanho e quantidade de salas de aula disponibilizadas pela Universidade.

Para participar do cursinho, os candidatos realizaram a inscrição via formulário on-line. Essa foi a única etapa do processo seletivo. Em casos onde a procura excedeu o número de vagas era realizado um sorteio, dando prioridade para alunos e ex-alunos de escola pública. Os não sorteados entravam para a lista de espera e poderiam ser convocados ao longo do ano.

Segundo a coordenação do cursinho, a única parceria que existia na época era essa realizada com a UNICAMP, que cedia as salas. Também não havia alunos bolsistas, todos eram voluntários.

Cursinho Popular Zilda Arns (Faculdade de Ciências Médicas)

O Zilda é um cursinho pré-vestibular popular de iniciativa dos alunos da medicina da UNICAMP campus de Campinas, mas que conta com a participação de alunos de toda a Universidade. As aulas ocorrem de segunda a sexta-feira no período noturno (das 19h às 23h) na Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Os plantões para dúvidas acontecem nos mesmos dias, antes das aulas (das 18h20 às 19h).

Para 2019 foram disponibilizadas 80 vagas, e para participar o candidato teve que realizar a inscrição on-line e pagar uma taxa no valor de R\$35,00. A primeira etapa consistiu em uma prova de conhecimentos gerais com 50 questões de múltipla escolha, e somente os candidatos que atingiram a nota de corte estipulada pela coordenação puderam participar da etapa seguinte, a entrevista socioeconômica. O cursinho realizava uma parceria com o Sistema Anglo de Ensino, que fornecia aos alunos o material didático para vestibulares.

Cursinho Popular STU (Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP)

Fundado por iniciativa do coletivo anarco-sindicalista de Trabalhadores da UNICAMP, campus de Campinas, é destinado aos servidores da própria Universidade (celetistas, estatutários, Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP - FUNCAMP- e terceirizados), seus dependentes e comunidade externa. Segundo constava em seu site, o cursinho integra um projeto histórico do STU de apoiar a formação dos funcionários da UNICAMP e seus dependentes, aumentando suas chances de disputar uma vaga nas Universidades públicas brasileiras (CURSINHO POPULAR DO STU, 2019).

As inscrições para o processo seletivo iniciam-se por formulário on-line disponível na página do cursinho ou pessoalmente na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (Barão Geraldo, Campinas/SP). A seleção ocorria por critérios socioeconômicos e raciais, e para o ano de 2019 foram disponibilizadas 30 vagas. Os aprovados deveriam apresentar os documentos no ato

da matrícula, e somente após análises, é que a vaga poderia ser confirmada. As aulas aconteciam na própria UNICAMP, de segunda à sexta-feira, no período noturno, das 19h às 22h.

Projeto Colmeia

De acordo com o professor Marcelo Zoega Maialle, co-executor do cursinho, o Projeto Colmeia surgiu em 2009 por iniciativa dos alunos da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da UNICAMP de Limeira. O projeto foi desenvolvido por alunos de graduação do curso de Engenharia de Produção na disciplina “Ética e Cidadania”, juntamente à professora Josely Rimoli. A intenção baseava-se em oferecer ensino gratuito a jovens de baixa renda do município, com o intuito de proporcionar conhecimento e cultura aos alunos, além de oportunizar o acesso à Universidade, em cursos profissionalizantes e em concursos públicos.

No ano de 2013, foi firmada uma parceria entre a UNICAMP e a prefeitura municipal de Limeira, por meio da Secretaria de Educação, que resultou em maiores investimentos para a estrutura do centro comunitário (sede do cursinho, localizada no bairro Jardim Morro Azul, Limeira/SP). O investimento inclui aquisição de apostilas, gastos com impressões, giz, material de higiene, oferecimento de lanches para os estudantes (via serviço social) e repasse de 33 bolsas-auxílio mensal para professores, monitores e coordenadores (10 parcelas de R\$618,00).

Para o ano de 2019 foram ofertadas 350 vagas, distribuídas em duas modalidades de curso pré-vestibular: o extensivo, com duração de dois semestres, com três turmas vespertinas (das 13h20 às 17h30) e quatro turmas noturnas (18h às 22h30); e semi, com duração de um semestre, com um curso de estudos pré-vestibulares (noturno), para duas turmas. Todas as vagas foram destinadas aos jovens que preencheram os seguintes pré-requisitos: não portadores de diploma de curso superior, com Ensino Médio completo ou cursando o 3º ano; domiciliado no município de Limeira e com renda familiar mensal *per capita* que não excedesse o valor de até dois salários mínimos vigente (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, 2019).

Para participar, os candidatos tiveram que realizar a inscrição no site da prefeitura, imprimir e preencher os formulários disponíveis e levá-los, junto com os documentos necessários, ao Setor de Serviço Social Educacional (Rua

João Kühl Filho, s/n, Vila São João). Após a inscrição o próprio sistema do site agendou um dia e horário para uma entrevista com a comissão de avaliação. Os que foram selecionados nessa primeira etapa realizaram uma prova classificatória, sendo essa composta por questões de múltipla escolha e que englobaram o conteúdo base do Ensino Médio. O resultado do processo seletivo e início da aula foram divulgados no site da prefeitura.

Nesse projeto, a UNICAMP cedia dois professores doutores, que atuavam como coordenadores; alunos de graduação e pós-graduação, responsáveis pelas aulas e mais 05 bolsas sociais, destinadas aos alunos que auxiliam na organização das atividades dos professores (denominados de “monitores”).

Universidade de São Paulo (USP)

Universidade estadual fundada em 1934. Possui campus nas cidades de São Paulo (04), São Carlos (02), Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga e Ribeirão Preto. Ao todo são 97.982 alunos matriculados, sendo 58.957 na graduação, que por sua vez, oferta 321 cursos (USP, 2018).

Segundo o anuário estatístico (USP, 2018), 30,46% dos alunos que ingressaram em um dos cursos de graduação estudaram todo o Ensino Médio em escola pública, 61,26% toda em escola particular e 8,28% em outras situações (parcialmente em escola pública ou particular, SENAI, SESI, etc.). Sobre a frequência em cursinhos pré-vestibular, 55,77% dos ingressantes obrigatoriamente frequentaram algum por no mínimo seis meses, prevalecendo aqueles que cursaram um ano inteiro (31,48%) (USP, 2018).

É importante salientar que nenhum dos 17 núcleos de cursinhos pré-vestibulares presentes nessa Universidade estão ligados à Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU). De forma geral, esses cursinhos utilizam o espaço físico das próprias Faculdades ou Institutos e mantêm-se financeiramente por meio de cobrança de taxas (inscrição e/ou matrícula), mensalidades, doações e parcerias.

Curso Pré-Vestibular MedEnsina (Faculdade de Medicina)

Fundado em 2002 por alunos da Faculdade de Medicina da USP, o cursinho é associado ao Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) e oferece

aulas gratuitas a alunos que estejam cursando ou já concluíram o 3º ano do Ensino Médio (CURSO PRÉ-VESTIBULAR MEDENSINA, 2019).

Segundo constava em seu site, o cursinho possuía patrocínio de material didático com o sistema de ensino POLIEDRO, o que resultava na isenção de qualquer custo relacionado à impressão ou confecção de material para os alunos. O único valor cobrado pelo cursinho ocorria no ato da inscrição, via plataforma específica, a Sympla. Nesse caso, os alunos eram obrigados a pagar uma taxa única no valor de R\$30,00 (CURSO PRÉ-VESTIBULAR MEDENSINA, 2019).

Para o ano de 2019, o processo seletivo ofertou 260 vagas, sendo essas divididas em 04 salas com 65 alunos cada. A seleção envolveu uma prova de conhecimentos gerais e uma avaliação socioeconômica, cada uma tendo um peso diferente ao final do processo: 20% e 80%, respectivamente. A prova teve duração de 04 horas e possuiu 60 questões objetivas que englobaram o conjunto de disciplinas obrigatórias do Ensino Médio: Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Português (CURSO PRÉ- VESTIBULAR MEDENSINA, 2019).

Foram convocados para a avaliação socioeconômica 1000 (mil) candidatos melhores classificados na prova de conhecimentos gerais, sendo que destes apenas os 260 melhores classificados segundo pontuação nas duas avaliações foram convocados na 1ª chamada. O processo de avaliação socioeconômica é assistido pelo MedApoia, serviço social da Faculdade de Medicina da USP, que tem como objetivo garantir que a seleção contemple alunos que não possuem condições financeiras para custear um pré-vestibular de iniciativa privada (CURSO PRÉ-VESTIBULAR MEDENSINA, 2019).

Importante destacar que o cursinho contava, em 2019, com uma reserva de vagas (43%) para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPIs), o que corresponde a 112 alunos. Segundo consta no edital, o valor percentual foi baseado na distribuição demográfica da cidade de São Paulo, constatada pelo Censo 2010 do IBGE por etnia, ajustada pela renda de até 2 salários mínimos (CURSO PRÉ-VESTIBULAR MEDENSINA, 2019).

As aulas ocorrem na própria Faculdade, de segunda a sexta-feira, das 18h45 às 22h40, ficando os finais de semana para a realização de aulas extras e simulados. Durante as duas primeiras semanas de aula o cursinho oferece

um curso de nivelamento em português, matemática e introdução às ciências humanas e ciências exatas. Concluído o nivelamento, os alunos iniciam o programa de aulas com o material do Extensivo HEXA, do sistema de ensino POLIEDRO (CURSO PRÉ-VESTIBULAR MEDENSINA, 2019).

Cursinho Popular Clarice Lispector (Faculdade de Ciências Farmacêuticas)

Fundado em 2016 por alunos de graduação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, membros do Centro Acadêmico de Farmácia e Bioquímica (CAFB) da USP e pelo professor Daniel Rossado Oliveira, o cursinho tem como objetivo expandir o acesso à educação e democratizar o acesso às Universidades (CURSINHO POPULAR CLARICE LISPECTOR, 2019).

O público-alvo são alunos e ex-alunos da rede pública de ensino, bem como bolsistas de escolas particulares que se encontram em situação socioeconômica menos favorecida. Toda a equipe administrativa e corpo docente, eram, em 2019, voluntários, e ofereciam aulas gratuitas com objetivo de favorecer uma formação crítica aos alunos. Durante o levantamento e análise dos dados, o pesquisador não identificou nenhuma parceria entre instituições públicas ou privadas com o cursinho.

As aulas eram ministradas na própria faculdade, com três turmas distintas: duas durante a semana, de segunda à sexta-feira (uma no período da manhã e outra no da tarde); e outra com aulas aos sábados, em período integral (das 8h30 às 18h).

O processo seletivo teve início com inscrições on-line via formulário eletrônico, sendo que para cada resposta do candidato havia uma pontuação previamente estabelecida. Dessa forma, os candidatos com maior número de pontos eram convocados para a segunda etapa de seleção, a matrícula e a aula inaugural. Só então, é que deveriam comprovar o que declararam no questionário (CURSINHO POPULAR CLARICE LISPECTOR, 2019).

Em sua última seleção (2019) foram oferecidas 210 vagas, distribuídas da seguinte forma: 50% (105 vagas) para os que se autodeclararam PPIs, 5 vagas para transexuais e 100 vagas para ampla concorrência. Sobre essas 100 vagas, houve prioridade para alunos e ex-alunos da rede pública de ensino ou que tenham sido bolsistas de escola particular; pessoas de baixa renda e ex-alunos do cursinho Clarice Lispector no ano de 2018 (CURSINHO POPULAR CLARICE LISPECTOR, 2019).

Segundo constava em seu site, o cursinho foi fundado em 2000 por iniciativa de alunos membros do Centro Acadêmico Visconde de Cairu (CAVC/FEAUSP), e tem como objetivo promover a mobilidade social através da democratização do acesso às ferramentas de preparo para o ingresso no Ensino Superior, bem como desenvolver pessoal e profissionalmente todos os colaboradores do projeto.

Para tanto, ofereceram 480 vagas divididas em 04 turmas, cada qual com 120 alunos. As aulas aconteciam dentro da própria faculdade e diferentemente de todos os cursinhos analisados, os professores responsáveis por essas aulas eram contratados, não havendo nenhum bolsista ou voluntário. Das quatro turmas, duas tiveram início no mês de fevereiro e encerraram suas atividades em dezembro, a saber: a turma da semana (TSE) é extensiva, com aulas de segunda a sexta-feira, das 13:00h às 18:00h, e aos sábados, das 11h40 às 17:50h (CURSINHO FEAUSP, 2019c); já a turma de sábado (TSA), também extensiva, mas possuía aulas aos sábados das 7h50 às 17:50h (CURSINHO FEAUSP, 2019a). A terceira turma (TSM) tinha início em maio e se estendia até dezembro, com aulas aos sábados, das 7h50 às 17h50 (CURSINHO FEAUSP, 2019d). Ambas as turmas são preparatórias para o vestibular e utilizavam o material fornecido pelo grupo ETAPA.

Além dessas três turmas, havia uma quarta denominada de “ciclo básico” (TCB). Tratava-se de um curso que se iniciava em agosto e se encerrava em dezembro, sendo voltado a pessoas com maior defasagem nos conteúdos do Ensino Médio ou que estavam há algum tempo longe das salas de aulas (CURSINHO FEAUSP, 2019b).

O processo seletivo de todas as turmas era o mesmo e contava com uma entrevista socioeconômica (de caráter eliminatório) e uma prova de conhecimentos gerais (classificatória) para os aprovados na entrevista. Entretanto, apesar de se declararem como um “cursinho popular”, sem mensalidades e voltado para pessoas de baixa renda, o processo seletivo exigia o pagamento de duas taxas: uma de inscrição e outra de matrícula, sendo que os valores variam de uma turma para outra. Para as turmas TSE, TSA e TSM, a taxa de matrícula era a mesma (R\$29,99), mas a de matrícula variava de R\$180,00

para o extensivo da semana (TSE); R\$130,00 para o extensivo de sábado (TSA) e de R\$120,00 para a turma de maio (TSM). Somente a turma do ciclo básico possuía uma taxa de inscrição diferenciada (R\$35,00), e apesar de ser maior que as demais, sua taxa de matrícula era menor, sendo essa no valor de R\$90,00.

Segundo a coordenação do cursinho, existiam parcerias firmadas com o ETAPA, Le Monde Diplomatique Brasil, Descomplica, Ex2, Acquisition, CAVC Idiomas e Consultoria Cejur. O primeiro era responsável pelos materiais didáticos dos alunos, já o Le Monde (jornal de origem francesa publicado em mais de 25 idiomas) disponibilizava para todos os alunos acesso a seus conteúdos exclusivos. O “Descomplica”, assim como explicitado anteriormente, fornece material de estudo por meio de sua plataforma virtual. Sobre os demais, o pesquisador não conseguiu maiores informações.

Curso Pré-universitário PSICO (Instituto de Psicologia)

Surgiu em 1998 por iniciativa de um grupo de estudantes do Instituto de Psicologia (IP) e teve sua primeira turma em 1999. Segundo documento disponibilizado pela coordenação do cursinho, as aulas foram inicialmente pensadas para ocorrer no período noturno, já que nesse horário as salas de aula do IP não eram utilizadas. Assim, aproveitando um espaço ocioso da Universidade pública surge um projeto social visando a ampliação de oportunidade e acesso das camadas populares provenientes da escola pública às Universidades públicas

Para 2019, o cursinho disponibilizou 160 vagas divididas em 04 turmas com 40 alunos cada. Todas as aulas eram de segunda a sexta-feira, mas três turmas possuíam aulas das 18h45 às 22h, e uma turma das 19h às 22h. Segundo o edital, ambas tinham o mesmo conteúdo, entretanto, a turma com início às 19h buscava uma maior interdisciplinaridade entre as disciplinas (CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO PSICO, 2019).

As aulas eram voltadas para revisão do currículo de Ensino Médio, mas também existiam atividades complementares que ocorriam aos sábados, como simulados, grupos de estudos e rodas de leitura. Além disso, o cursinho oferecia um projeto chamado CRISE, que estava na grade curricular e objetivava desenvolver o pensamento crítico e a participação política dos alunos na sociedade (CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO PSICO, 2019).

As inscrições do processo seletivo eram on-line e necessitavam de um preenchimento de formulário eletrônico. A partir das respostas do formulário os alunos eram convocados para a matrícula. Todavia, existiam critérios para convocação: 50% das vagas para pessoas que se autodeclararem pretas, pardas ou indígenas e os outros 50% das vagas destinavam-se a mulheres. Havia preferência para pessoas provenientes de ensino público (médio e técnico) ou que tivessem concluído o Ensino Médio por meio de supletivo, EJA ou CIEJA; para transgêneros e travestis; refugiados políticos e egressos do sistema penitenciário (CURSO PRÉ- UNIVERSITÁRIO PSICO, 2019).

A matrícula ocorria preferencialmente on-line e contava com uma atividade que era pré-requisito para a conclusão do processo seletivo. A atividade incluía a apresentação formal e geral do cursinho, análise e entrega da documentação, assinatura do contrato e pagamento da taxa de matrícula, no valor de R\$50.

Além da matrícula, existia uma mensalidade no valor de R\$90,00, devendo essa ser paga ao longo de 6 meses (de março a agosto). Para aqueles que não podiam arcar com esse valor, o cursinho reservava uma porcentagem de seu orçamento para disponibilizar bolsas de estudos. A bolsa variava de acordo com as possibilidades de ambas as partes, tanto do cursinho, como do estudante. Assim, reservava-se àqueles que já estão estudando e durante o curso encontram dificuldades financeiras (CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO PSICO, 2019).

O material dos alunos e dos professores era composto por apostilas e materiais complementares (xerox, transparências e recursos audiovisuais). As apostilas eram compradas junto a outros cursos pré-vestibulares, e em 2019, eram utilizadas as do “Ético Sistema de Ensino”.

Segundo consta no relatório do cursinho e disponibilizado para o pesquisador, havia uma parceria com a Fundação Nacional de Amparo ao Preso (FUNAP) / Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), sendo essa firmada em 2004. Nessa parceria, o cursinho era responsável por disponibilizar vagas aos alunos encaminhados, bem como prover acompanhamento psicológico e pedagógico.

Cursinho da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)

O cursinho surgiu no final de 2015, mas somente em 2016 é que as primeiras turmas iniciaram as aulas. Segundo consta no edital, trata-se um

projeto mantido unicamente por voluntários, sendo esses alunos de graduação e pós-graduação de diversos cursos da USP e de outras Universidades. O objetivo principal é aumentar a inclusão da população de baixa renda no Ensino Superior gratuito e de qualidade (CURSINHO DA FFLCH, 2019b). Além das salas de aula, o cursinho dispunha de um espaço de vivência com forno micro-ondas, material didático (proveniente de doações) e livros de literatura cobrados nos vestibulares das Universidades estaduais de São Paulo. No início de 2019, o cursinho disponibilizou 240 vagas, sendo essas distribuídas entre duas turmas: uma de sábado em horário integral (das 8h às 18h) e outra durante a semana, com aula das 14h às 19h15, de segunda a sexta-feira. As aulas eram voltadas para uma revisão de conteúdos básicos de disciplinas do Ensino Médio direcionadas para exames de vestibulares, e segundo consta no edital, também visavam construir uma educação crítica e libertária (CURSINHO DA FFLCH, 2019a).

Havia, também, uma turma de intensivo que iniciava as aulas em agosto e encerrava as atividades em dezembro. Para esta, foram disponibilizadas mais 80 vagas. As aulas ocorriam na própria faculdade, de segunda a sexta-feira, das 14h às 19h15.

O processo seletivo para ambas as turmas era o mesmo e exigia a pré-inscrição on-line e preenchimento do questionário socioeconômico. Após essa etapa, o aluno deveria realizar a inscrição presencial e ser aprovado na análise socioeconômica. Nota-se, portanto, que não existia uma prova de conhecimentos gerais, seja de eliminação ou classificação. Desse modo, a seleção dos alunos ocorria por critérios específicos, eram eles: PPI (preto, pardo e indígena), renda *per capita*, mãe, escolaridade pública ou particular com bolsa, moradia irregular, parentesco com funcionários terceirizados ou informais da USP, transexuais ou travestis (aprovação automática).

Havia, também, uma taxa de matrícula no valor de R\$50 que poderia ser paga no primeiro dia de aula. Entretanto, a taxa não era obrigatória e os alunos podiam doar outros valores. A iniciativa pretendia arrecadar verbas para custear materiais e demais custos que o cursinho poderia vir a ter ao longo do ano, mas compreendendo a importância das aulas, bem como seu público-alvo, nenhum aluno era excluído do curso por não contribuir.

De acordo com um dos membros do cursinho, não existiam alunos bolsistas no projeto no ano de 2019. Entretanto, uma parceria firmada com o

“Descomplica” fornecia senhas para acesso ao conteúdo, que posteriormente, era repassado aos alunos. Em troca, a empresa pedia a opinião dos alunos sobre o conteúdo disponibilizado. Além dessa parceria, também havia uma com uma empresa de xerox local, que realizava as impressões de simulados por um menor preço.

Cursinho da Poli – USP do Grêmio Politécnico (Escola Politécnica da USP)

De acordo com o site do cursinho, sua gênese data de 1987 e contou com a iniciativa do diretor Escola Politécnica, Prof. Dr. Décio Leal de Zagóti, e dos diretores do Grêmio Politécnico. O objetivo principal era auxiliar alunos de baixa renda a cursarem um pré-vestibular e assim ingressarem no Ensino Superior, entretanto, com a retirada do apoio da direção da Escola em 1992, o cursinho perdeu espaço físico e passou a operar com uma quantidade mínima de alunos.

Em 1997 houve uma revitalização do cursinho, e no ano seguinte, com uma situação mais estável, o cursinho aumentou sua quantidade de vagas, chegando a 250 vagas, e depois saltando para 850 em 1998. Em seu auge, nos anos 2000, o cursinho atingiu um número recorde, com 10.000 inscritos no processo seletivo (CURSINHO DA POLI USP, 2019b). Com o crescimento virtuoso do cursinho seu objetivo principal foi ofuscado por conquistas pessoais e monetárias, o que culminou em uma disputa judicial pelo nome do cursinho (dissertação de fulano, ano).

A partir de 2006, retomando ao que foi proposto em 1987, o cursinho volta a oferecer aulas preparatórias para pessoas de baixa renda que pretendem ingressar no Ensino Superior. Para tanto, em 2019, o cursinho contava com a colaboração de 25 professores, cerca de 40 plantonistas, 7 coordenadores e dois funcionários que ensinam as matérias básicas cobradas no vestibular (CURSINHO DA POLI USP, 2019b).

Suas aulas aconteciam de segunda a sexta (18h às 22h40) e os plantões de dúvidas de segunda a quinta-feira (17h às 18h), na própria Escola politécnica. Havia uma parceria com o ETAPA, que cedia material gratuito aos alunos. Para se inscrever, os candidatos deveriam realizar o pagamento de uma taxa no valor de R\$55,00, e de acordo com o edital, nenhum candidato estava isento do pagamento (CURSINHO DA POLI USP, 2019a).

O processo seletivo era composto por três fases: um exame teórico, entrevista e duas semanas de aulas com conteúdo base. O exame teórico consistia em uma prova com duração de 4 horas e 65 questões de múltipla escolha que abordavam conteúdos do Ensino Médio, sendo aprovados aqueles que atingissem a nota de corte (estabelecida pela coordenação). Já a segunda fase, consistia em duas entrevistas alternadas com o intuito de verificar a documentação e situação socioeconômica do candidato, bem como “avaliar o comprometimento do candidato no que se refere a rotina, logística de transporte e critérios pessoais subjetivos, como a postura do candidato diante da vaga ofertada” (CURSINHO DA POLI USP, 2019a, p.5). Nota-se, nesse ponto em específico, que o cursinho não compreendia as dificuldades vivenciadas por alunos de baixa renda, principalmente no que se refere aos gastos de locomoção ao propor entrevistas em dias alternados para “colocar a prova” o desejo do aluno em estudar.

Já a terceira fase, consistia em duas semanas de aulas com conteúdo básico e ocorriam de segunda à sexta-feira das 18h às 22h40min e aos sábados, das 9h às 12h. Faltas e atrasos durante essas duas semanas eram levados em conta na decisão final do processo seletivo. O resultado final baseava-se no desempenho dos candidatos na entrevista, da prova de conhecimentos gerais e da presença e participação durante as aulas nessas duas semanas.

No ano de 2019, foram convocados para matrícula 165 candidatos, que, obrigatoriamente, pagaram uma taxa de R\$150,00. Segundo consta no edital, nenhum candidato estava isento do pagamento e aqueles que não pagaram foram desligados do cursinho. Também não era possível parcelar esse valor ou pagar uma quantia inferior à mesma (CURSINHO DA POLI USP, 2019a).

Cursinho Arcadas (Faculdade de Direito - Largo São Francisco)

Fundado em 2011 por alunos da Faculdade de Direito, o objetivo era possibilitar que pessoas de baixa renda que não podiam arcar com um pré-vestibular comercial tivessem a oportunidade de se preparar para ingressar nas melhores Universidades. Segundo consta no edital, a atuação do cursinho não se limitava às aulas expositivas, sendo incentivada uma abordagem que aproximava a relação aluno-professor (CURSINHO ARCADAS VESTIBULARES, 2019).

Tal como outros cursinhos, também possuíam parceria com o Sistema ETAPA de Ensino que disponibilizava material didático gratuitamente aos alunos. As inscrições eram realizadas presencialmente na Faculdade de Direito, sendo encerradas quando 600 candidatos se inscrevessem. Além do ETAPA, também foi encontrado no site do cursinho uma menção a parcerias com o “Super Professor”, “Descomplica”, “Geekie”, “Moodle” e “Mauá Jr.” Apesar da falta de retorno do cursinho com os e-mails do pesquisador, foi possível afirmar que com exceção da empresa “Mauá Jr” (responsável pela criação de website), todas as demais eram voltadas para a área da Educação, seja como uma plataforma de provas e exercícios (Super Professor e Descomplica) ou como sites que permitem avaliação discente (Moodle e Geekie).

Para participar do processo seletivo o candidato deveria efetivar sua inscrição, sendo essa garantida com o pagamento da taxa, no valor de R\$20,00. A seleção era composta por duas etapas, uma prova de conhecimentos gerais e uma entrevista socioeconômica. A prova possuía 60 questões sobre conhecimentos gerais que abrangiam todas as matérias do Ensino Médio e uma redação. Assim como o cursinho CIUNI, da UNIFESP Diadema, a realização da prova ocorreu no cursinho ETAPA, localizado na Ana Rosa, Vila Mariana, São Paulo. Todos os candidatos que realizaram a prova eram convocados para a segunda etapa (entrevista socioeconômica), que consistia em uma conversa com um dos membros do cursinho e verificação de documentos que comprovassem que o aluno se enquadrava no perfil dos candidatos que o cursinho desejava alcançar (pessoas de baixa renda). Vale destacar que 50% das vagas eram destinadas aos candidatos que se autodeclararam PPIs, havendo, também, um bônus de 20% da nota para ex-alunos (CURSINHO ARCADAS VESTIBULARES, 2019).

No edital de 2019 foram disponibilizadas 150 vagas para as aulas que ocorreram dentro da própria Faculdade, de segunda a sábado. Durante a semana as aulas eram ministradas das 14h às 18h, sendo que das 13h às 14h e das 18h às 19h havia plantões de dúvidas individuais. As aulas aos sábados ocorreram das 8h às 13h20, podendo, ainda, serem alternadas com simulados. Para garantir uma das vagas, os aprovados no processo seletivo deveriam realizar o pagamento de uma taxa de matrícula no valor de R\$50,00.

Cursinho Popular EACH–USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo)

Fundado em 2016, o cursinho oferecia aulas gratuitas, sem qualquer tipo de cobrança de taxas ou mensalidade. Em seu edital de 2019, foram destinadas 60 vagas para a turma do vespertino e 60 para o período noturno (CURSINHO POPULAR EACH USP, 2019). Apenas estudantes que já concluíram ou estivessem cursando o 3º ano do Ensino Médio poderiam participar do processo seletivo, composto por uma avaliação socioeconômica (que corresponde a 80% da nota final) e uma prova de conhecimentos gerais (20% da nota). A inscrição era on-line e exigia o preenchimento de um formulário eletrônico, já a etapa da entrevista consistia em uma conversa com um dos membros do cursinho e a entrega dos documentos comprobatórios necessários para a avaliação socioeconômica. Na última etapa, o candidato deveria realizar uma prova contendo 50 questões de múltipla escolha.

Para a turma do período vespertino, 30 vagas (50%) pertenciam à autodeclarados pretos, pardos e indígenas; 20 vagas para ampla concorrência e 10 vagas para travestis e transexuais. No período noturno, a distribuição era relativamente semelhante, sendo 20 vagas para autodeclarados PPIs, 20 para ampla concorrência e 20 vagas para travestis e transexuais.

Todo o material pedagógico (livros, apostilas, simulados, provas) era fornecido gratuitamente aos alunos durante o ano letivo. As aulas de ambas as turmas ocorreram na própria Escola de Artes (EACH), de segunda a sexta-feira, das 14 às 18h para a turma do vespertino e das 19h às 22h45 para a turma do noturno. Além disso, também existiam plantões de dúvidas todos os dias da semana, das 13h00 às 14h00 e das 18h00 às 19h00, no mesmo local.

Cursinho Popular DCE-Livre USP (Diretório Central dos Estudantes – USP)

Fundado em 2017 por membros do Diretório Central dos Estudantes e demais alunos de graduação de várias Faculdade da USP (que não faziam parte do DCE), o cursinho surgiu com objetivo de incentivar seus alunos a entrarem nas Universidades públicas, mostrando para eles que é possível e, assim, encorajá-los a ocupar um lugar que, na prática, deveria ser de todos.

Em seu processo seletivo de 2019, foram disponibilizadas 60 vagas,

distribuídas em duas turmas com 30 alunos cada. As aulas aconteciam exclusivamente no período noturno (18h30 às 22h30) no prédio do IAG (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas) - Cidade Universitária. A inscrição era realizada por formulário socioeconômico on-line, sendo essa a única etapa de seleção. Cada tópico do formulário possuía uma pontuação, e os candidatos aprovados deveriam comparecer pessoalmente para comprovação das informações que foram referidas no formulário de inscrição. Não havia nenhuma taxa ou mensalidade, e todos os professores e demais colaboradores eram voluntários.

Cursinho Popular Florestan Fernandes (FFLECH)

Localizado no prédio de história e geografia da Universidade de São Paulo - Campus Butantã, o Cursinho Popular Florestan Fernandes é um movimento social de educação popular. As aulas ocorrem aos sábados em período integral (das 9h às 17h) e são totalmente gratuitas.

Segundo consta na página do cursinho, o objetivo maior é que as Universidades sejam ocupadas pela população preta, pobre e periférica. Não foram encontradas maiores informações, visto que cursinho não cedeu as informações solicitadas até o momento em que a pesquisa estava sendo desenvolvida.

Cursinho da FEUSP

Tal como o cursinho popular Florestan Fernandes, não foi possível manter contato via e-mail para ter acesso às informações necessárias. Embora tivesse uma página no Facebook e um site, ambos careciam de informações sobre seu processo seletivo e atuação do cursinho.

Marie Curie Vestibulares (MACVEST)

Iniciativa dos alunos da Escola de Engenharia de Lorena (EEL), que em 2012 fundaram um cursinho pré-vestibular totalmente gratuito e voltado a pessoas com maior vulnerabilidade social.

O processo seletivo tinha início com uma inscrição on-line seguida da entrega da documentação necessária para comprovação de renda. A entrega

destes ocorria na escola onde o cursinho funciona (E. M. P. Milton Ballerini) em dias específicos listados no edital (MARIE CURIE VESTIBULARES, 2019). Já a segunda etapa, caracterizava-se pela realização de uma prova contendo 50 questões de múltipla escolha e que abordavam conteúdos básicos de português e matemática.

Para 2019, foram disponibilizadas 100 vagas e para ser aprovado o candidato deveria acertar ao menos 60% da prova (30 questões) e atingir a pontuação necessária na análise socioeconômica, uma vez que a nota dos candidatos era calculada com a média ponderada da renda familiar e o número de acertos na prova. Em síntese, a renda familiar equivalia a 50% da nota final, e o número de acertos, o equivalente a 50%.

As aulas ocorriam de segunda a sexta-feira das 17h50 às 22h45. Um ponto do cursinho que merece destaque é seu sistema de “apadrinhamento”, que surgiu com o intuito de ajudar nesse momento de tensão que o vestibular causa nos alunos, principalmente quando relacionados à dúvidas sobre como é o vestibular, sobre qual área prestar, ou então sobre quais são os meios para se manter fora, etc. Nesse sentido, o objetivo era aproximar os alunos de alguém que já passou por essa fase e poderia orientá-los em decisões mais pessoais e/ou profissionais.

Cursinho Popular do PET-Medicina (CPM)

Fundado em 2008 por uma iniciativa do corpo discente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) em ação conjunta com o grupo PET–FMRP–USP. Segundo constava em seu site, possuía apoio da Diretoria e da Comissão de Graduação desta instituição e tinha como objetivo oferecer aulas para pessoas socioeconomicamente desfavorecidas, além de desenvolver o senso crítico de seus alunos por meio da troca ativa de conhecimento e participação na luta pelo ensino de qualidade.

As aulas eram ministradas de segunda a sexta-feira, no período noturno, (das 18h45 às 22h25) e aos sábados pela manhã (das 08h às 12h) nas dependências da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Para 2019, foram destinadas 100 vagas, todas exclusivas para alunos que tivessem cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública ou em particular, desde que com bolsa integral, em Ribeirão Preto ou região.

As inscrições para o processo seletivo de 2019 foram on-line e custaram R\$10,00. A seleção contou com uma prova de conhecimentos gerais, contendo 50 questões de múltipla escolha e uma redação. A nota final era composta por uma média ponderada das notas da redação e da prova de conhecimentos gerais, sendo o peso da primeira 3 e da última 7 (CURSINHO POPULAR DO PET-MEDICINA, 2019).

Havia uma parceria com o Sistema POLIEDRO de ensino, que fornecia o material didático aos alunos.

Cursinho Popular da Farmácia
(Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão)

O Cursinho Popular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) é uma iniciativa de alunos da própria faculdade que em 2016 fundaram o cursinho com o objetivo de auxiliar alunos de populações vulneráveis, que não têm condições de estudar em cursos pré-vestibular particulares.

Tratava-se, em 2019, de um curso extensivo e sem mensalidade, sua única cobrança era a taxa de matrícula no valor de R\$5,00. Suas aulas ocorriam na própria Faculdade, de segunda a sexta-feira, durante o período noturno (18h45 às 22h10) e aos sábados, pela manhã (CURSINHO POPULAR DA FARMÁCIA, 2019).

As inscrições se iniciavam pela página do cursinho no Facebook, onde era disponibilizado um link para preenchimento da ficha de inscrição e do formulário socioeconômico, ambos on-line. Para confirmar a inscrição, o candidato deveria pagar uma taxa de R\$5,00 no dia da prova avaliativa (conhecimentos gerais) e o não pagamento deste poderia acarretar na desclassificação do candidato (CURSINHO POPULAR DA FARMÁCIA, 2019). O questionário utilizado pelo cursinho era fruto de uma parceria com o “MedEnsina” (Curso Pré-vestibular da Faculdade de Medicina de São Paulo) e do Cursinho Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, que ajudaram na elaboração do mesmo. Já a prova avaliativa, era composta por 50 questões de múltipla escolha com conteúdo do Ensino Médio e uma redação.

A pontuação final do candidato era obtida pela soma da Prova Avaliativa (com peso 40%) com o Questionário Socioeconômico (com peso 60%), que tinham caráter classificatório. Eram aprovados os 35 primeiros colocados

que, obrigatoriamente, apresentavam os documentos probatórios no ato da matrícula (CURSINHO POPULAR DA FARMÁCIA, 2019).

Cursinho Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (CPFDRP)

Criado em 2014 por alunos da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, tem por objetivo auxiliar alunos que não têm condições de estudar em cursos pré-vestibular particulares. Ainda em 2019, com funcionamento integralmente gratuito, o CPFDRP recebia doações de materiais do Sistema Poliedro de Ensino, mas, é importante ressaltar que os professores também elaboravam materiais que eram repassados aos discentes.

Suas aulas eram voltadas para o ENEM e ocorriam de segunda a sexta-feira, das 18h45 às 22h20 e aos sábados (uma vez ao mês), das 9h às 16h, com um intervalo para almoço das 12h às 13h. Para se inscrever o candidato deveria preencher via internet um formulário de matrícula e um questionário socioeconômico (CURSINHO POPULAR DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO, 2019). O questionário era avaliativo e servia como a primeira etapa do processo seletivo. Somente os candidatos aprovados nessa primeira etapa eram convocados para realizar a prova de conhecimentos gerais (segunda etapa).

Tal como o cursinho da Farmácia (FCFRP), o questionário socioeconômico foi desenvolvido em parceria com o “MedEnsina”, que viabilizou a elaboração do questionário e estabelecimento dos critérios socioeconômicos adotados durante o processo. Por sua vez, a prova consistia em 50 questões objetivas que abrangiam todo o conteúdo das disciplinas obrigatórias do Ensino Médio. A aprovação se dava pela soma dos pontos do questionário socioeconômico (com 60% do peso da nota) e nota da prova avaliativa (40% da nota), sendo convocados 50 alunos: 45 por ampla concorrência e 5 por cota (ex-alunos do cursinho).

Cursinho Atuamente (Escola Politécnica da USP-Santos)

Fundado por quatro alunos da Escola Politécnica da USP campus de Santos, o cursinho tem por objetivo auxiliar alunos sem condições de pagar caro por um ensino de excelente qualidade, mas almejam entrar em grandes Universidades.

Segundo consta no edital (CURSINHO ATUAMENTE, 2019), o cursinho tem uma proposta de “instrução emancipadora” pautada no debate acerca da democratização da Universidade e “fé” na educação como a chave para mudança. Em 2019, a inscrição era realizada presencialmente no prédio da USP-Santos, e puderam participar alunos que já concluíram pelo menos o 2º ano do Ensino Médio.

Não havia uma taxa de inscrição obrigatória, mas no dia da inscrição ficava disponível uma caixinha para colaborações voluntárias. O processo seletivo era composto por duas etapas: a primeira consistiu em um questionário socioeconômico e uma entrevista, já a segunda fase, foi composta por uma prova de múltipla escolha.

A primeira etapa ocorreu no ato da inscrição presencial, e teve caráter classificatório. A segunda fase ocorreu em dia pré-determinado e consistiu em uma prova de conhecimentos gerais, com 50 questões de múltipla escolha que abordaram o conteúdo de todo o Ensino Médio regular.

Para 2019, foram convocados para matrícula 50 candidatos com melhor pontuação (levando em consideração o desempenho nas duas fases do Processo Seletivo). O candidato teve que confirmar sua matrícula comparecendo ao evento de abertura do ano letivo, onde era apresentado o cursinho e seus responsáveis (CURSINHO ATUAMENTE, 2019). As aulas aconteciam de segunda a sexta-feira, das 17h30 às 22h, na própria POLI.

Cursinho Popular Sapiens (FOB – Bauru)

Fundado em 2018 por alunos da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) da Universidade de São Paulo, possui como objetivo principal promover a democratização do Ensino Superior, dando a oportunidade de acesso à Universidade a pessoas de baixa renda por meio de aulas expositivas de preparação para os vestibulares (CURSINHO POPULAR SAPIENS, 2019).

Para 2019, foram disponibilizadas 60 vagas. Destas, 50 foram destinadas à alunos que concluíram o Ensino Médio em rede pública ou em escola particular com no mínimo 75% de bolsa. As outras 10 vagas foram destinadas aos egressos da rede privada que tiveram menos de 75% de bolsa.

Segundo consta no edital, as aulas eram ministradas por alunos e professores da FOB, além de professores convidados de outras Universidades.

Essas ocorriam de segunda a sexta-feira, no período noturno (18h45 às 22h), na própria faculdade (CURSINHO POPULAR SAPIENS, 2019).

Para participar da seleção de 2019, os alunos tiveram que realizar as inscrições presencialmente no local onde as aulas aconteciam, além de pagar uma taxa de inscrição no valor de R\$10,00. A seleção foi baseada única e exclusivamente em uma prova de conhecimentos gerais, com 60 questões de múltipla escolha.

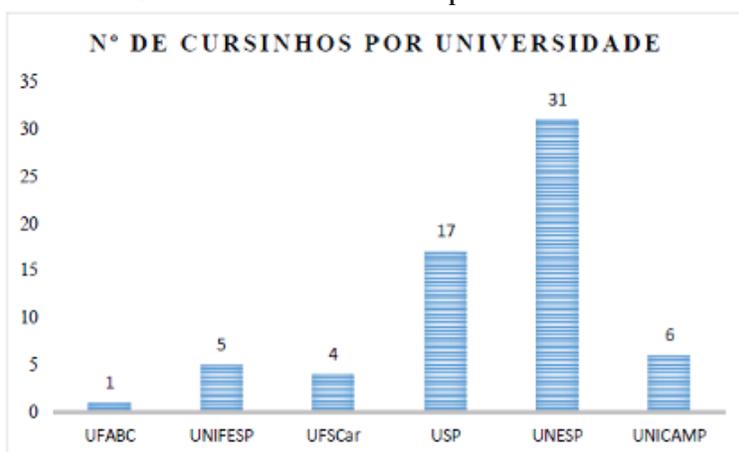
Os aprovados também deveriam contribuir com uma mensalidade no valor de R\$15, 00. De acordo com o edital, o dinheiro arrecadado era utilizado para arcar com custos de impressão de materiais e simulados.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O levantamento permitiu identificar 64 núcleos de cursinhos populares em Universidades públicas no estado de São Paulo, sendo 10 em Universidades federais e 54 em estaduais (gráfico 1). Juntos, os cursinhos disponibilizaram em 2019, pelo menos, 9922 vagas (gráfico 2): 2206 em federais e 7716 em estaduais. Este número pode variar para mais, uma vez que o levantamento ocorreu antes do segundo semestre de 2019, e por isso, não englobou possíveis processos seletivos de cursistas para os chamados “cursos semiextensivos”, cuja divulgação tem início entre os meses de junho e julho.

Gráfico 1. Número de cursinhos por Universidade.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de dados da pesquisa, 2019.

A UFABC, apesar de desenvolver somente um projeto de cursinho (EPUFABC), se equipara às demais federais em relação ao número de vagas ofertadas, uma vez que sozinha disponibilizou 633 vagas em 2019, enquanto que a UNIFESP e a UFSCar asseguraram, respectivamente, 703 e 750 vagas.

As estaduais destacam-se pela alta concentração de pré-vestibulares em seus campus e/ou faculdades, representando 85,7% de todos os cursinhos identificados durante a pesquisa. Essa diferença pode ser explicada pelo fato das estaduais apresentarem um maior número de campus e/ou faculdades quando comparadas às federais. A relação entre número de cursinhos pré-vestibulares populares e faculdades foi observada durante a pesquisa, principalmente na USP e UNESP – Universidades que apresentaram ter um maior número de cursinhos.

Na USP, Universidade que está presente em 07 cidades e é composta por 42 unidades de ensino e pesquisa (USP, 2018), foram identificados 17 cursinhos, cada um mantendo um vínculo “extra formal” com alguma faculdade e/ou instituto. Cabe ressaltar que o pesquisador não encontrou um vínculo institucional entre os cursinhos e a respectiva Universidade, prevalecendo um acordo onde as faculdades e/ou institutos cedem espaços que estão ociosos em períodos específicos para que um grupo de discentes – podendo haver colaboração de um ou mais docentes - da Universidade desenvolvam as atividades do pré-vestibular. O mesmo vínculo “extra formal” também foi observado em 04 dos 06 os cursinhos presentes na UNICAMP, sendo a exceção o “Projeto Colmeia” (campus de Limeira) e o “Curso Exato” (campus de Campinas), ambos desenvolvidos pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

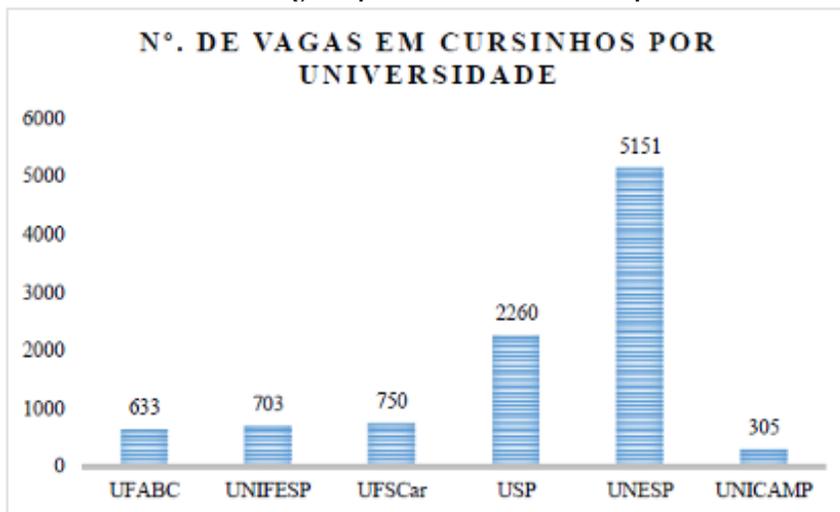
Por sua vez, a UNESP, que está presente em 24 cidades no estado (UNESP, 2018), mantém um vínculo institucional com 31 cursinhos pré-vestibulares. Sozinha, é responsável por 49% de todos os cursinhos identificados na pesquisa. Diferentemente da USP e UNICAMP, a UNESP institucionalizou todos os seus cursinhos por meio de um subprograma de extensão universitária, o que permite à Universidade manter o mesmo regimento interno, com objetivos e deveres comuns a todos.

Ao passo que essa institucionalização garante aos cursinhos uma maior estabilidade e apoio acadêmico, resulta, também, em uma maior dependência e controle da Universidade sobre estes. No caso dos cursinhos da UNESP,

a manutenção de suas atividades depende da participação de pelo menos um coordenador docente - devendo este possuir vínculo empregatício com a Universidade - e da apresentação à Pró-reitoria de Extensão de um relatório de atividades do ano vigente e de um plano de atividades para o ano seguinte. Esse monitoramento garante à PROEX um maior controle das atividades desenvolvidas pelos cursinhos, o que possibilita traçar objetivos e metas que possam contribuir para o melhor funcionamento dos mesmos. Entretanto, como observado no cursinho ATHO da UNESP de Rio Claro, quando essa institucionalização torna-se inflexível, importantes projetos sociais findam por questões burocráticas, tais como a ausência de um relatório e de um plano de atividades que colocaram fim à um projeto que atuava há 42 anos.

Em relação ao número de vagas ofertadas, a UNESP também é responsável pelos maiores números, disponibilizando 5221 vagas em 2019, o que corresponde a aproximadamente 53% do total das vagas encontradas. No gráfico abaixo, podem ser visualizadas a distribuição de vagas por Universidade.

Gráfico 2. Número de vagas disponibilizadas nos cursinhos por Universidade



Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de dados da pesquisa, 2019.

O processo de seleção para alunos cursistas nestes pré-vestibulares é, em grande parte, pautado em critérios socioeconômicos, o que resulta em um público comum à praticamente todos os cursinhos. Dos 64 analisados, apenas 08 cursinhos não responderam às tentativas de contato do pesquisador

e não apresentaram em seus editais quais os critérios de seleção. Dentre os 56 restantes, 45 (aproximadamente 80% deste total) realizam uma avaliação socioeconômica em alguma etapa do processo seletivo, podendo essa ter um critério eliminatório ou classificatório, destes, 17 realizam uma avaliação socioeconômica como única forma de seleção. Não utilizam como critério de seleção a avaliação socioeconômica 11 cursinhos: 02 presentes em Universidades federais (EPUFABC e CPPU), 02 na UNICAMP (Curso Exato e Rede Emancipa) e 07 na UNESP (DACA, Principia, Ferradura, Primeiro de Maio, Diferencial, DA CAPO e CAUR).

Entre as Universidades analisadas, a UNICAMP é a que menos disponibilizou vagas em cursos pré-vestibulares, mesmo contando com 06 núcleos existentes dentro de seus campus. Entre estes cursinhos, chama a atenção a existência de um pré-vestibular organizado pelo sindicato dos trabalhadores e voltado aos servidores da própria Universidade e seus dependentes. Também merece destaque a iniciativa da Rede Emancipa, um movimento social que desenvolve ações como os cursinhos populares em diversas cidades pelo país.

Esses dois cursinhos diferenciam-se dos demais por atenderem, preferencialmente, um público distinto dos observados nesta pesquisa. Apenas 12 cursinhos analisados (EPUFABC, CIUNI, CUCA, Primeiro de Maio, MedEnsina, Clarice Lispector, FFLCH, EACH- USP, CEC, UFSCURSO, CAUM e Heleny Guariba) atribuíram uma cota para pretos, pardos e indígenas (PPIs), prevalecendo, assim, os editais em que as vagas são destinadas para alunos e ex-alunos da rede pública de ensino, não havendo um recorte de cor/raça. Ainda que em menor número, 08 cursinhos também apresentaram editais com cotas específicas para refugiados, travestis, transexuais e transgêneros e/ou alunos com necessidades educacionais especiais, a saber: UFSCURSO, EPUFABC, CEC, Heleny Guariba, Clarice Lispector, FFLCH, EACH e CAUM.

O fato dos cursinhos se mobilizarem e criarem editais voltados à um público marginalizado do espaço universitário reflete diretamente sobre seus objetivos. Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2018) existem matriculados 38.272 alunos com deficiência em cursos de graduação presencial ou à distância, estando inclusas Universidades públicas e privadas. Considerando que o número de total de matrículas, segundo o mesmo estudo, é de 8.286.663 alunos, é possível afirmar que apenas 0,46% das

matrículas pertencem aos alunos com deficiência. Em relação à cor/raça, pretos, pardos e indígenas (PPIs) somam, juntos, 2.737.546 matrículas, o equivalente à 33% do total.

Importante lembrar que dentre os cursinhos analisados, somente o CAUM (UNESP de Marília) mencionou em seu edital a existência de uma turma específica para alunos surdos, com todas as aulas em libras. A exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em cursos pré-vestibulares que defendem a inclusão no Ensino Superior é uma das limitações encontradas nessas iniciativas. Segundo os resultados das pesquisas de Naujorks (2002), Santos (2007), Siems (2008) e Rodrigues (2008), há um despreparo dos professores para receber esses alunos em sala de aula, o que pode explicar, em parte, essa realidade dos cursinhos pré-vestibulares.

Apesar de não existirem dados oficiais sobre o número total de travestis e transexuais no Ensino Superior, a literatura se mostra o suficiente para destacar que a exclusão social vivenciada por essas pessoas remete até mesmo à negação de direitos básicos, entre eles a educação:

O problema é ainda maior quando se trata da educação formal de pessoas trans. Inúmeras são as dificuldades pelas quais uma pessoa trans vê-se obrigada a passar em diversas sociedades, sobretudo a brasileira, principalmente devido aos obstáculos vivenciados nas instituições escolares durante o processo de formação. Apesar da inexistência de dados estatísticos sobre a evasão escolar da população LGBT, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, afirma que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis, estimando-se que aproximadamente 73% dessa população se evade da escola (SANTOS, 2016, p.13).

Segundo Scote (2017), que analisou em sua pesquisa de mestrado a permanência de pessoas trans no Ensino Superior, a realização de um curso universitário pode proporcionar para esse segmento maior aceitação por parte da família, e, em segundo grau, pela sociedade como um todo. Para tanto, o autor aponta uma série de ações que possibilitam essa realidade, e entre elas, a existência de cursinhos pré-vestibulares populares voltados ao atendimento de travestis e transexuais.

No que tange a cobrança de taxas, seja para inscrição, matrícula e/ou mensalidades, o levantamento apontou para uma predominância de editais

isentos de qualquer custo para os alunos. Em relação aos cursinhos presentes em Universidades federais, dos 10 projetos analisados, 04 (40%) exigem o pagamento de algum tipo de taxa, seja para inscrição, matrícula e/ou mensalidade. Entre os que cobram, 03 exigem o pagamento de uma única taxa que varia de R\$10 a R\$20, devendo esta ser paga no ato da inscrição ou da matrícula. Apenas o Cursinho da UFSCar (São Carlos) que além de cobrar uma taxa de inscrição de R\$35,00 (quase o dobro dos demais) também cobra mensalidades que variam de R\$45,00 a R\$90,00.

Entre os cursinhos que atuam em Universidades estaduais, também prevalecem os que não exigem o pagamento de qualquer tipo de taxa. Na UNESP, somente 05 de seus cursinhos, ou 31% destes, exigem o pagamento de taxas de inscrição. São eles: Primeiro de Maio (UNESP/ Bauru), Pré-vestibular Ativo (UNESP/ Dracena) e Vitoriano (UNESP/ São José do Rio Preto), que exigem o pagamento de uma taxa de inscrição no valor de R\$ 20,00; Polo Atlas (UNESP/ São José do Rio Preto) com taxa no valor de R\$ 31, 00 e o cursinho Ideal (UNESP/ Presidente Prudente), com inscrição no valor de R\$ 10,00.

Na USP, 09 dos 17 cursinhos (53% do total) que desenvolvem atividades na Universidade exigem o pagamento de alguma taxa, sendo essas em um valor muito superior às demais encontradas nos cursinhos que compõem esta pesquisa. Nos cursinhos presentes no campus de São Paulo e que realizam as cobranças, os valores variam de R\$ 20,00 a R\$ 150,00. Os menores valores pertencem ao Cursinho Arcadas, que exige o pagamento de R\$ 20, 00 para inscrição e ao “MedEnsina”, que também exige um pagamento para inscrição, sendo esse no valor de R\$ 30,00. Por sua vez, os maiores valores são cobrados pelos cursinhos da “PSICO”, “FEAUSP” e da “Poli”. O primeiro, além de cobrar uma taxa de matrícula no valor de R\$ 50,00, também exige o pagamento de uma mensalidade no valor de R\$ 90,00, devendo esta ser paga durante os 09 meses de aula. O da FEA, além da matrícula no valor de R\$ 29,99 também possui mensalidades que chegam a até R\$ 180,00, ao passo que o “Cursinho da Poli”, que não realiza cobrança para inscrições, possui uma matrícula no valor de R\$ 150,00.

Na Unicamp, somente 02 dos 06 cursinhos (33%) cobram uma taxa de inscrição: o “PROCEU Conhecimento”, com uma cobrança no valor de R\$ 10,00 e o Zilda Arns, no valor de R\$ 35,00.

A existência de cursos pré-vestibulares que realizam cobranças dentro de Universidades públicas gerou uma repercussão no ano de 2004. Devido a um processo aberto via Ministério Público (MP) contra a USP, foi determinado, à época, a interrupção imediata de cobranças de mensalidades por conta da inconstitucionalidade da mesma num espaço público. No entanto, houve uma negociação com a Reitoria da Universidade de São Paulo que levou ao arquivamento do processo (USP, 2007).

Na época, os cursinhos alegaram que a existência de taxas e mensalidades era voltada única e exclusivamente para a manutenção das atividades, uma vez que o dinheiro arrecadado era destinado ao pagamento de professores e/ou material didático (USP, 2007). Atualmente, considerando que os professores destes pré-vestibulares presentes em Universidades públicas são – em sua maioria - alunos de graduação e pós-graduação que atuam como voluntários, é questionável a manutenção de tais taxas, principalmente quando observamos que menos da metade dos cursinhos analisados conseguem manter suas atividades sem nenhum tipo de cobrança.

A chamada para ingressar em cursinhos com “material didático apostilado” se mostrou recorrente durante o levantamento e análise dos cursinhos que compõem esta pesquisa. Da mesma maneira como os pré-vestibulares comerciais exploram a existência de um sistema de ensino pautado em apostilas, os pré-vestibulares populares também passaram a utilizar a mesma chamada para atrair alunos. Nestes casos, os materiais apostilados são fruto de parcerias entre sistemas de ensino da rede privada e os respectivos cursinhos.

Há, também, uma experiência desenvolvida pela UNESP onde a própria Universidade desenvolveu o material para seus cursinhos. Em 2016, a PROEX passou a distribuir para cada aluno cursando um de seus cursinhos pré-vestibulares um material produzido sob a responsabilidade de uma equipe de professores da Universidade. Segundo consta em seu site, os cadernos foram produzidos a partir da estrutura curricular definida pelos documentos oficiais Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Currículo do Ensino Médio do Estado de São Paulo e Orientações Curriculares para o Ensino Médio (UNESP, 2016).

O material, que também foi disponibilizado on-line para download gratuito, recebeu muitas críticas dos próprios cursinhos. Muitos alegaram

a falta de qualidade e o alto número de erros encontrados no material. Por meio de uma carta de repúdio, escrita e assinada durante o IV Fórum estadual dos cursinhos comunitários da UNESP em 2016, os cursinhos apontaram que a ausência de membros discentes dos mesmos resultou na elaboração de um material que pouco se adequou às necessidades vivenciadas por cada um (FÓRUM ESTADUAL DOS CURSINHOS COMUNITÁRIOS DA UNESP, 2016). Desde então, a PROEX cessou a impressão do material e iniciou uma negociação com os cursinhos para a elaboração de um novo material, dessa vez organizado por uma comissão de discentes e docentes dos cursinhos da UNESP. Até o desenvolvimento desta pesquisa, as negociações não haviam se extinguido.

Em relação aos cursinhos que utilizam um material apostilado, prevalecem aqueles que realizam uma parceria com o Poliedro, um dos maiores sistemas de ensino da rede privada no estado de São Paulo. De acordo com Anna Maria G. Carmagnani (1999), a popularização desse material didático remonta aos cursos pré-vestibulares:

[...] vale a pena lembrar que as apostilas surgiram primeiramente nos cursinhos preparatórios para ingresso na Universidade e sua eficiência era atestada pelo número de candidatos que obtinha uma vaga nos cursos de Ensino Superior. Desse modo, a apostila se popularizou por possuir qualidades nem sempre presentes nos LDs, considerados limitados e ultrapassados. (CARMAGNANI, 1999, p.47)

Conforme aponta Motta (2001), a existência de um sistema apostilado para comprovar uma “eficiência” remete a uma lógica capitalista, marcado fragmentação e eficiência produtiva:

A quebra da unidade impede a ação reflexiva e transforma-se em instrumento de dominação. Reproduz a ideologia de setores privados e do próprio Estado, preparando o indivíduo quase que exclusivamente para o vestibular, afastando-o da possibilidade de um ensino e de uma educação emancipadores, bem como do conhecimento, da aquisição e do usufruto da cultura. Mais do que isso, impede-o de refletir sobre sua condição de cidadão e de optar com maior liberdade por seu destino (MOTTA, 2001, p. 88).

Apesar da pesquisa não oferecer dados suficientes para compreender os interesses dessas empresas privadas que financiam o material didático nos cursinhos populares, questiona-se aqui o papel destes últimos –que “dependem” de um sistema apostilado - enquanto espaços de (trans) formação social. No capítulo em que os cursinhos foram descritos, o pesquisador encontrou em suas respectivas páginas e/ou editais que estes se autodenominam enquanto espaços de formação crítica e social, e que desenvolvem ações voltadas para um estudo emancipatório que não se limita às exigências de um exame vestibular. No entanto, o fato de alguns estarem presos à um sistema apostilado com um conteúdo fragmentado e que pouco dialoga com a realidade social, coloca em dúvida se estes cursinhos de fato atuam enquanto projetos sociais capazes de oferecer uma formação crítica de seus alunos ou se perpetuam uma visão meritocrática pautada em um ensino que valoriza apenas a memorização e repetição de conteúdos.

Nesse sentido, Whitaker (2010) discute que a existência de cursinhos pré-vestibulares no país constitui-se como um verdadeiro paradoxo:

Por um lado, atesta o fracasso do sistema em preparar seus jovens para o vestibular – tanto para os que cursaram a escola pública quanto para aqueles que vieram da particular (Whitaker, 1989; Whitaker & Fiamengue, 1999, 2001) enquanto, por outro lado, usa e cria práticas e metodologias de ensino, as mais antipedagógicas possíveis, ligadas à memorização pura e simples, como a aula-show e a repetição de fórmulas químicas em ritmos populares, sem tempo para debates, reflexões, críticas e mobilização dos esquemas de assimilação (Piaget, 1966) construídos ao longo do desenvolvimento das estruturas de pensamento do aluno (WHITAKER, 2010, p. 290).

Vale frisar que esse paradoxo não está limitado às atuações dos cursinhos pré-vestibulares populares, mas de forma geral, a todo sistema educacional brasileiro. O fato é que a ideologia da mobilidade social sugere que em uma meritocracia, quanto maior a escolaridade, maior a chance de ser “bem-sucedido” (CARNOY, 1986). Diante dessa realidade, o que se nota é que os exames de vestibular ditam o foco dos currículos do ensino fundamental e médio, que passaram a apresentar conteúdos que, na maioria das vezes, não possuem conexão com a realidade do aluno e praticamente só servem de subsídio para o vestibular (BARROS, 2014). Este último ponto, inclusive, é

um dos fatores que levam os alunos de cursinhos pré-vestibulares populares a abandonarem os cursos.

A alta taxa de evasão de alunos cursistas foi evidenciada em todos os cursinhos. Conforme estudos e análises de Ruedas (2005), Nascimento (2009), Vitorino (2009), Camargo (2009), Piunti (2009), Mendes (2011), Siqueira (2012), Nascimento (2013),

Carvalho (2014), Bonaldi (2015), Tarábola (2016), Tangerino (2018) e Casaut (2019), o problema pode estar relacionado à diferentes causas, como: desmotivação causada pela dificuldade de acompanhar o conteúdo; cansaço; conciliação do Ensino Médio e cursinho e/ou cursinho e trabalho; acesso ao local em que as aulas acontecem, etc.

Durante a leitura dos relatórios enviados à Pró-reitoria de Extensão da UNESP (PROEX), o pesquisador notou que todos os cursinhos apresentaram como problema a ser superado a alta evasão de seus alunos cursistas. Para alcançar seus objetivos, muitos instituíram o cargo e/ou comissão de “monitores”. Trata-se de um grupo de membros dos cursinhos que se responsabilizam por acompanhar de perto as atividades de um ou mais alunos cursistas, e com isso, “monitorar” seu desempenho em sala de aula, notas de simulados, problemas pessoais, entre outros que fatores que possam estar relacionados à evasão.

Considerando que as aulas ocorrem em Universidades que encontram-se, em muitos casos, afastadas dos bairros residenciais e periféricos da cidade, e que, em geral, as escolas cedidas aos cursinhos pelas prefeituras encontram-se no centro, é compreensível que alunos em condições socioeconômicas mais desfavorecidas tenham dificuldade em arcar com os custos de transporte público durante um ano letivo, sobretudo em grandes cidades onde o uso destes é indispensável. Na cidade de São Paulo, o direito ao passe escolar para estudantes de baixa renda que frequentem cursos técnicos e cursinhos comunitários e pré-vestibular virou projeto de Lei, e desde 2015 tramita na câmara municipal (SÃO PAULO, 2019). Nas demais cidades, o desconto no passe escolar é negociado diretamente entre os cursinhos e as empresas de transporte, podendo a Universidade e/ou prefeituras atuarem como intermediários. Entre os cursinhos analisados nesta pesquisa, apenas 05 apontaram realizar esse tipo de parceria, são eles: CIUNI (UNIFESP/ Diadema), Cursinho popular “Carolina Maria de Jesus” (UFSCar/ Lagoa do Sino), Cursinho Ideal

(UNESP/ Presidente Prudente), Caiçara (UNESP/ São Vicente) e 180 graus (UNESP/ Tupã).

Por sua vez, os acordos firmados entre cursinhos e prefeituras, constatados no desenvolvimento desta pesquisa, configuram-se pela cessão, por parte das prefeituras, de escolas municipais para que os cursinhos desenvolvam suas atividades. Via de regra, essas aulas são ministradas durante o período noturno de segunda a sexta feira, havendo casos em que as aulas também ocorrem aos sábados em período integral, como observado Curso Pré-Vestibular Educação e Cidadania (CEC), da UFSCAR/ Sorocaba.

Ao todo, apenas 09 cursinhos manifestaram realizar parcerias com prefeituras, sendo que 07 destes pertencem à UNESP. Entre as Universidades federais, apenas o CEC, da UFSCAR de Sorocaba, e o Cursinho popular “Carolina Maria de Jesus” (UFSCar/ Lagoa do Sino) mantém acordo com prefeituras. Diferentemente dos demais o Carolina Maria de Jesus, possui um acordo mútuo realizado com diferentes prefeituras da região, o que garante ao cursinho impressão de material, transporte gratuito, local para as aulas e alimentação gratuita aos alunos.

Dos cursinhos presentes em Universidades estaduais, apenas os da USP não demonstraram realizar esse tipo de parceria. Na UNICAMP, só o Projeto Colmeia (UNICAMP/ Limeira) firmou um acordo. Neste caso, o acordo foi firmado entre a UNICAMP e a prefeitura de Limeira, e possibilitou ao cursinho a aquisição de apostilas, gastos com impressões, giz, material de higiene, oferecimento de lanches para os estudantes e repasse de 33 bolsas.

Em relação aos cursinhos da UNESP, 07 firmaram acordos com prefeituras, são eles: CUCA (Araraquara), Pré-universitário Unesp/Assis, FCA e Atena (ambos de Botucatu), Diferencial (Ilha solteira) e o cursinho 180 Graus da UNESP de Tupã. Nesses casos, as parcerias foram firmadas entre a Universidade e as respectivas prefeituras, que além da cessão de escolas para realização de atividades, também se comprometeram com o pagamento de bolsas para os estudantes de graduação.

Para Camargo (2009), que analisou as parcerias desenvolvidas pelo CUCA, é necessário que alguns cuidados sejam tomados para que esses acordos não sejam utilizados como campanhas políticas. Além disso, a autora aponta para algumas consequências que estas parcerias podem acarretar:

Dentre as conseqüências das parcerias estabelecidas no CUCA tem-se a perda de autonomia por parte de professores e coordenadores (bolsistas da UNESP) do projeto, a imposição de taxas percentuais mínimas de aprovações no vestibular, a ampliação no número de vagas em detrimento da qualidade e o desgaste ocasionado pela incerteza sobre a continuidade do projeto. Essas são algumas das implicações que afetam, diretamente, os pré-vestibulandos e o andamento do CUCA. Além disso, com as interferências realizadas pelos parceiros do CUCA, torna-se difícil estabelecer uma unidade em relação aos objetivos do cursinho e, nesse sentido, o projeto perde sua força política (FURTADO, 2009, p. 93).

Intimamente ligados às demandas sociais, os cursinhos pré-vestibulares populares constituem-se como importantes agentes na luta pelo acesso e permanência no Ensino Superior público. Segundo estudo de (Nascimento, 2012), os cursinhos pré-vestibulares comunitários do Rio de Janeiro tiveram, ao lado de movimentos sociais, grande importância nas discussões e implementações de cotas raciais e sociais no estado no ano de 2006 – anos antes da regulamentação da chamada lei das cotas (Lei nº 12.711).

Vale lembrar que a referida lei foi responsável por determinar que Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) reservassem no mínimo 50% de suas vagas em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Além disso, essas vagas reservadas são destinadas a candidatos com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio, bem como para pessoas autodeclaradas PPI – com base na porcentagem de PPI na população da unidade federativa onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Segundo relatório elaborado pelo “Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis” (2019), 60,4% dos alunos que ingressaram em IFES em 2018 estudaram o Ensino Médio exclusivamente em escolas públicas. Entre as Universidades estaduais de São Paulo, 48,7% dos alunos que ingressaram na UNICAMP em 2019 são de escola pública (UNICAMP, 2019); na UNESP, 52% (UNESP, 2018) e na USP, apenas 30,46% concluíram o Ensino Médio integralmente na rede pública. (USP, 2018). A diferença entre a USP e as demais estaduais pode ser explicada pelo

fato desta ter sido a última a adotar políticas afirmativas. Somente em 2018 a Universidade estabeleceu um sistema de reserva de vagas para alunos egressos da rede pública de ensino e PPIs, ao passo que a UNESP adota o sistema de cotas desde 2014 e a UNICAMP, embora não tenha um sistema de cotas para alunos egressos do Ensino Médio público, implantou em 2014 o PAAIS (Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social), que prevê uma bonificação de pontos para egressos da rede pública no vestibular da Universidade.

Para Santos (2011), para compensar a resistência à pressão social em prol de políticas de ação afirmativa, Universidades públicas mais prestigiadas e competitivas têm proposto medidas alternativas de inclusão social que preservem o critério de mérito para ingresso no Ensino Superior:

É o caso da USP que, em vez de facilitar o acesso, se propõe “reforçar a competitividade dos jovens pobres”. Para isso, está abrindo cursos preparatórios para o vestibular destinados a alunos de escolas públicas e expandindo a isenção da taxa de inscrição no vestibular para alunos com carências econômicas (SANTOS, 2011, p. 54)

O fato dos cursinhos populares atuarem dentro de uma lógica meritocrática não diminui sua importância política e social. Voltados ao atendimento de alunos e ex-alunos da rede pública de ensino e de baixa renda, os cursinhos possibilitam que milhares de estudantes tenham a oportunidade de revisar os conteúdos necessários para ingressar em Universidades públicas e privadas no país.

As taxas de aprovação em vestibulares, entre os cursinhos que apresentaram essa relação, variam de 25 a 35%. Nos relatórios de atividades de 2017 enviados à PROEX da UNESP, muitos cursinhos apresentaram dados sobre suas taxas, entretanto, o pesquisador não encontrou um padrão entre os cálculos. Da maneira em que as taxas foram enviadas à PROEX, não é possível afirmar se os valores foram calculados em cima do número total de vagas ofertadas durante o ano letivo, ou se foram calculados de acordo com o número de alunos que realizaram as provas dos vestibulares e/ou permaneceram até o final do ano letivo. Diante disto, não foi possível realizar uma análise que se aproxime da realidade dos cursinhos da UNESP.

Por outro lado, com exceção da UNIFESP, as Universidades federais apresentaram um maior controle e clareza sobre as taxas de aprovações e os

respectivos cálculos. Entre os cursinhos presentes nas Universidades Federais, a EPUFABC manteve nos últimos dois anos uma aprovação média de 35%, estando excluídos do cálculo os alunos evadidos. No caso da UFSCar, um dos docentes responsáveis pelo cursinho “Carolina Maria de Jesus” (Iuri Emmanuel de Paula Ferreira) aponta que, de forma geral, os cursinhos da UFSCar conseguem manter uma aprovação de 25 a 30% (considerando os que concluem o ano letivo) em vestibulares de Universidades públicas (JUSTI, 2017).

Entretanto, mais importante que o número de aprovações são as experiências proporcionadas por esses espaços de formação, o que inclui desde o contato com conteúdos base do Ensino Médio, até grupos de estudo para os novos docentes, aulas abertas à comunidade, visitas à teatros, museus, exposições, visitas à Universidades, etc. No que tange a formação de professores, as pesquisas de Batalha (2018), Santos (2002), Ruedas (2005), Moraes (2006), Mendes (2006), Vitorino (2009), Modro (2009), Piunti (2009), Borges (2011), Nascimento (2013), Carvalho (2014) e Tangerino (2018) - apresentadas no capítulo 1 desta pesquisa -, evidenciam a importância dos cursinhos populares na formação e desenvolvimento pedagógico dos graduandos e pós-graduandos que atuam nestes projetos. Vale ressaltar que em muitos casos, esses alunos não estão comprometidos “somente” com as aulas, mas sim com todas as atividades burocráticas e pedagógicas que projetos como esses exigem.

Diante do exposto, é possível afirmar que a existência dos pré-vestibulares populares tangencia diferentes campos. Guiados por um objetivo em comum, o de possibilitar à uma camada da população socioeconomicamente desfavorecida a oportunidade de revisar conteúdos e ingressar no Ensino Superior, os cursinhos constituíram-se como importantes agentes sociais que lutam pela democratização do acesso ao Ensino Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro, resultado de uma pesquisa de mestrado, teve como objetivo analisar o funcionamento dos cursinhos pré-vestibulares populares em Universidades públicas no estado de São Paulo, bem como compreender qual o caráter social destas a partir de uma vertente que busca a inserção de uma população que historicamente foi marginalizada destes espaços. Para tanto, fundamentamos as análises em teses e dissertações que versam sobre os cursinhos populares e as experiências desenvolvidas por estes no estado de São Paulo. Por se tratarem de ações que são desenvolvidas em parceria com as Universidades, também utilizamos como referencial teórico autores que discutem sobre extensão universitária, o que nos permitiu, em nosso ver, referenciar a extensão universitária enquanto ação política e social das Universidades.

Tendo sua gênese na década 50, os cursinhos pré-vestibulares populares mantêm-se em constante expansão. O levantamento e análise da presente pesquisa permitiu identificar 64 iniciativas de cursinhos populares presentes em todas as Universidades públicas no estado de São Paulo. Presentes em praticamente todos os *campi* analisados, a fundação destes cursinhos sustenta a tese da expansão, sobretudo se considerarmos que muitos dos que estão em ativa foram fundados na década de 90, ao passo que os novos núcleos datam de 2018.

Todavia, apesar de novos núcleos possibilitarem maiores chances de ingresso para o público-alvo destes cursinhos, suas existências atestam que ainda existem muitas barreiras que impedem o acesso ao Ensino Superior, sobretudo para a população negra e de baixa renda. Embora importantes políticas educacionais e mudanças nos processos seletivos dos vestibulares tenham proporcionado uma mudança no perfil dos alunos no Ensino Superior, a expansão do movimento de cursinhos populares evidencia que enquanto prevalecerem sistemas de seleção meritocráticos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e raciais, iniciativas como essa sempre existirão.

É preciso ressaltar que embora o objetivo final dos cursinhos populares seja viabilizar a entrada de uma população socioeconomicamente desfavorecida em cursos de graduação em Universidades públicas e privadas, suas ações evidenciam que também existem propósitos mais amplos. Nesse sentido, é inegável que suas atividades vêm possibilitando importantes debates que possibilitam uma maior formação política, social e cultural destes jovens que integram os projetos.

Ademais, o contato com os diferentes cursinhos pré-vestibulares populares que compõem esta pesquisa nos ofereceu importantes reflexões sobre o papel social destes e das Universidades que os recebem. É possível afirmar que as atividades desenvolvidas por estes cursinhos - independentemente de estarem ou não institucionalizados por meio de Pró-reitorias -, resultam em uma interação transformadora entre as Universidades e os demais setores da sociedade que lutam pelo acesso ao Ensino Superior de milhares de estudantes.

Com ações que atingem ao menos 9900 jovens, as Universidades analisadas nesta pesquisa apresentaram-se como importantes mediadoras de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político. Contudo, o fato de existirem pré-vestibulares populares ligados às Universidades públicas que exigem o pagamento durante alguma etapa do processo seletivo evidencia que há ainda um importante caminho de luta que deve ser trilhado, principalmente contra instituições que apresentam uma gestão pública descomprometida com as ações e lutas que estes projetos simbolizam.

Embora muitos desses cursinhos utilizem o dinheiro adquirido com o processo seletivo para custear despesas com os próprios alunos ao longo do ano (impressão de simulados, giz, material de limpeza, entre outros), numa clara tentativa de luta por existência, existem aqueles que ultrapassam qualquer limite moral e ético ao cobrarem por altos valores de matrícula e mensalidades, mesmo exercendo atividades em uma instituição pública. Esse é o caso do cursinho da UFSCar São Carlos, e dos cursinhos PSICO, FEAUSP e POLI, ambos da USP campus São Paulo.

Além da contradição de ambos apresentarem em seus editais que o processo seletivo é composto por “avaliações socioeconômicas”, esses cursinhos evidenciam a falta de comprometimento com uma importante parcela da sociedade que não possui condições para arcar com nenhum custo de

pré-vestibular, sobretudo quando analisamos a luta dos pré- vestibulares populares de São Paulo que defendem o passe livre para seus estudantes, uma vez que estes muitas vezes se veem forçados a largar os estudos justamente por não conseguirem bancar o transporte até os cursinhos - quem dirá mensalidades ao longo do ano.

Entendendo que as responsabilidades das Universidades para com os cursinhos vão muito além de um espaço físico, defendemos que essas instituições comprometam-se de fato com esses projetos e a luta que representam, de modo que não permitam que a existência e manutenção orçamentária dos projetos recaiam justamente sobre a população que mais depende de tais ações.

Destarte, acredito que ao se articularem com os cursinhos na construção de um processo que luta pela democratização do acesso ao Ensino Superior, as Universidades cumprem, em parte, com suas obrigações sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Formação de Professores no Brasil (1990-1998). Brasília: Inep/Mec, 2002. 364 p. (Série Estado do Conhecimento nº. 6). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000077.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BACCHETTO, J. G. Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07082003-114804/publico/Cursinhos_Alternativos_Bacchetto.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

BATALHA, C. V. Interações escolares em curtas animados produzidos por alunos do cursinho popular de Itu: um estudo semiótico. 2018. 172 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/30b4d4f7-4afc-45b8-8308-918f3eca5ef7/content>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BONALDI, E. V. Tentando chegar lá: as experiências sociais de jovens em um cursinho popular de São Paulo. 2015. 404 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BONFIM, T. A. O CAPE em nossas vidas a visão de um grupo de alunos, ex-alunos e colaboradores sobre um curso pré-vestibular gratuito. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

BORGES, A.A.A.G. Ideias algébricas explicitadas por estudantes da EJA em espaços não formais: o caso do cursinho de Ribeirão Preto. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o Ensino Superior no Brasil. Estatuto das Universidades Brasileiras: Lei

Francisco Campos, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 6.495, de 30 de Junho de 2008: Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Brasil, Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93487/decreto-6495-08>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro 2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, Disponível em: https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e Política Nacional de Extensão Universitária e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm. Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. Plano Nacional de Educação: Planejando a Próxima Década. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

CAMARGO, F. F. Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da UNESP : alguns condicionantes à sua criação e transformação. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

CARVALHO, V. H. C. Limites e possibilidades de uma proposta de gestão coletiva: cursinho popular da UNESP-Franca. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

CASAUT, R. D. Cursinhos populares da UNESP: Histórico, Conquistas e Desafios. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Química) – Instituto

de Química, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.

CASTRO, C. A. Cursinhos alternativos e populares: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2005.

CASTRO, C. A. Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à Universidade no contexto do direito à cidade. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

CESCON (São Paulo). Sobre o CESCON. Campinas, 2019. Disponível em: <https://www.cescon.proec.unicamp.br/sobre>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CORRÊA, L. J. L. Cursinho popular: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2011.

CUCA FRESCA. Processo seletivo 1º semestre 2019. Itapeva, 2019. Disponível em: <https://cursinhocucafresca.files.wordpress.com/2018/12/edital-cursinho-1c2ba-semester-2019df.pdf?fbclid=IwAR0NWi8bZolY-QG3tmKWqBqKGH8GfzgfCtX3aCWsT3tOx04C3y4GRSPkOEmQ>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO “PROCEU CONHECIMENTO. Edital de abertura do processo seletivo de alunos 2019 do cursinho PROCEU Conhecimento. Campinas, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ft0n8RcxV_lilKruA_KsO3KpPCM9W2u5/view?fbclid=IwAR1wEk4VbpazCWfJUpHVxZbmPn0H8A05yCxxg8yfnpGWeAGKPYN_BB8ii4. Acesso em: 25 jun. 2019.

CURSINHO 180 GRAUS. Edital de seleção de alunos 2019. Tupã, 2019. Disponível em: <https://www.tupa.unesp.br/Home/comunidade/projetos/edital-07-selecao-de-cursistas-2019.pdf?fbclid=IwAR2uMENTumCcopT-fhlcyl07mjlr9xKFe6bZXi5iRwVEGY9-hhOza2Km0oE>. Acesso em: 04 jul. 2019.

CURSINHO ALTERNATIVO DA UNESP DE MARÍLIA. Edital do processo de ingresso de estudantes 2019. Marília, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17t8WaN3CXjwYPZ95YklwTAAR3khFocIV/view>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO ALTERNATIVO DA UNESP DE ROSANA. Regulamento do processo seletivo de cursistas do CAUR. Rosana, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SMvKp6eemYbo45sJIXu27Yl6hOu-DknyZ/view?fbclid=IwAR1zEs1xPtkDpr346aoH8p8TketIPIWZGSfFjv-MEoT3BiVmBnjeWy7MTMIk>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO ARCADAS VESTIBULARES. Manual do candidato 2019. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://arcadasvestibulares.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Manual-Processo-Seletivo-de-alunos-2019.02.pdf>. Acesso em 18 jun. 2019.

CURSINHO ATIVO. Manual do candidato - Cursinho Ativo. Jaboticabal, 2019. Disponível em: https://www.cursinhoativojaboticabal.com.br/assets/manual_do_candidato.pdf?fbclid=IwAR1eQXQ5t3B67iar_vWcZkS-qXApoOnu7x-3YvINTE7_IzbHx12aap1uf3_Y. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO ATUAMENTE. Edital do processo seletivo 2019 do Cursinho AtuaMente. Santos, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1inTP8v2Gr-7ZEfP5JVehNW7sjLk_cG9ywc-wQ8n-xmTs/edit?fbclid=IwAR2omNQmt_tLCJ5qVrxBSOJgbyvqrt6fAuVw1jj-VaYtQJmcmvErx_51zT5I. Acesso em: 19 jun. 2019.

CURSINHO CACU-O. Pré-inscrição online 2019. Ourinhos, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1FLzkZA_5PmWmjVl-C6PwZFl5UDqmv2U-jx2OS4k5ZFs/viewform?fbclid=IwAR13FsKhE-KoJ0ZpYKsw8N1HaPV9QHC7-3K0u7NI0QcULA6TBcDriLd-KehYM&edit_requested=true. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO DA CAPO. Processo seletivo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://cursinhodacapo.wordpress.com/processoseletivo/>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO DA FCA. Edital Cursinho FCA. Botucatu, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1hnOR5IGssBdpV5D-44WYG6WCWnXy6NX2QG3Wh_oO2pозs/edit?fbclid=IwAR2z85M-Wi6F79SYkYB9Sc_-BdwTog62StxxHbjN1YlusGEUjsUKao4VPhyU. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSINHO DA FFLCH. Manual do candidato 2019: turma intensivo. São Paulo, 2019a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GtoS9l-VJa7ofQfUgnbVDXshy1Z_U6a-8/view. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO DA FFLCH. Manual do candidato 2019: turmas de 2019. São Paulo, 2019b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nkWzknvk3YuLotAU23DlNdWnqW-yyiha/>

view?fbclid=IwAR3rtQCfyDEb0ghUFkZM1-y2RnS38YUb_ZP- ltSyF-5Dbyv1ox5ej3LnPU4U. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO DA POLI USP. Edital do Processo Seletivo da Turma Regular 2019 do Cursinho da Poli – USP. São Paulo, 2019a. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/5b7d87_80bb408042eb489d93bb1d3fb94211ea.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO DA POLI USP. Sobre o cursinho da POLI – USP. São Paulo, 2019b. Disponível em: <https://cursinhocpusp.wixsite.com/cpusp/sobre>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CURSINHO DIFERENCIAL. Processo seletivo de alunos do cursinho Diferencial – Extensivo 2019. Ilha Solteira, 2019a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kfvHBab0NYfovJi8qqkxxLXRHjDh-KEF/view>. Acesso em 02 jul. 2019.

CURSINHO DIFERENCIAL. Processo seletivo de alunos do cursinho Diferencial – Extensivo 2019. Andradina, 2019b. Disponível em: http://cursinhodiferencial.com/Edital%20-%20Processo%20Seletivo%20de%20Alunos%202019-1.pdf?fbclid=IwAR2-f0sk_7XsZ9_LdbG0dfuPODJQWMDj5UdUhdxVqW_AjabAkfcrg3atz4. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO FEAUSP. Manual do candidato TCB. São Paulo, 2019b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HBAAAs0pHjuK8aj0mTR-fmJlevksnoSVDZ/view>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO FEAUSP. Manual do candidato TSA. São Paulo, 2019a. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1R_T5B-yJjpEOhqfpL8xFjVxnlfzZ1dKH/view. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO FEAUSP. Manual do candidato TSE. São Paulo, 2019c. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1skys09jqVLEHNw5sC-wYwC5ACB3EOt8-t>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO FEAUSP. Manual do candidato TSM. São Paulo, 2019d. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1xBPJL2mkvcovEG-dUUsffsHijdsVYPKoQ/view?fbclid=IwAR1vx3NVEjOa4LDqqTdMJNZZOW6GyErTTxFnpS-pEurVGtELHd-XGL9VG18>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO FERRADURA. Abertura de inscrições: extensivo Ferradura 2019. Bauru, 2019a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fjdr2m7mr2T3vjyeVOdP86Lj_fmeYySR/view?fbclid=IwAR

1DVLSrZTrHfUVU-xIcrUv5KO9Ui5K8KaBCuctBqFDhIee1njTali1-AvM. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSINHO FERRADURA. Abertura de inscrições: semi-extensivo Ferradura 2019. Bauru, 2019b. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1yIKb04nGrGwGJF-RZbyIHYP60A0L-tbyF_YP7SsPj1sw/edit?fbclid=IwAR3aerAEiHb_w-wI2MQRAX8KI_WzZAJwS0HbKCKtFlp03BQrYTVHP3TdJY. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSINHO IDEAL. Processo seletivo extensivo 2019. Presidente Prudente, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nJ61NI-qlUxEnYDTSDjY6kXGDkYGczFZq/view?usp=drive_open. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO INSTITUCIONAL UNIFESP DIADEMA. Manual do candidato. Diadema, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1b6SnObv1wxhLR70YGF11Jg52cmeIppKY/view?fbclid=IwAR2LvhOB2c-kWa1PrEjyJfLe_RiPdyErxcBZZDkFy_VH0qcdnziKNFp08. Acesso em: 25 mai. 2019.

CURSINHO POLO ATLAS. Cursinho ATLAS: processo seletivo extensivo 2019. São José do Rio Preto, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_Ck2ap01v_Nr5wAujpxKArf7buzBFFbZ/view?fbclid=IwAR2-jK8znoBL2SFQDV8vSAqAdrxgCCQ-xmqOghOOyNQpQDjrG-4q8UBllKB8. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO POPULAR CLARICE LISPECTOR. Manual do candidato. São Paulo, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1EjTLQpbjgwTZjvFeyyH-8dF3_eFl2YnvnXRhyxu6wZ4I/edit?fbclid=IwAR0XZiLwmF-YAfgJq8W7Ec2Q2iqRRF4FrwBT9lODOi3sifw3XZzVoKbv2dc. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO POPULAR DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO. Edital 2019. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1M7Y0b87Pr6Yk6E1x1ah3_vWLQoX3pl-Jb/view. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO POPULAR DA FARMÁCIA. Edital 2019. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/14mXXFLpTa5s-qfbmwJc3eFxnYRF7OZ8kj/view?fbclid=IwAR1IPFQ_5yFDclOdm5b-Q7MxR1E9CfJtgeD4Bgg30u_9h8cshhia6kNavUA. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO POPULAR DA UNESP. Manual do candidato S.E.U 2019.

Franca, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1AH-WFSGeV0R--7ReyeicW9eXyKU4Pom11lOXtbP8tFK0/edit?fbclid=IwAR3KYVmW0lknDDWxRz68XTd_wHdjXKnChClO8k8D-uBguYl-00qAYZTjaFrLQ. Acesso em 02 jul. 2019.

CURSINHO POPULAR DO PET-MEDICINA. Edital 2019. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/cpm2019edital>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CURSINHO POPULAR DO STU (São Paulo). Cursinho popular do STU: inscrições abertas. Campinas, 2019. Disponível em: <http://www.stu.org.br/cursinho-popular-do-stu-inscricoes-abertas/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CURSINHO POPULAR EACH USP. Edital de abertura de inscrições. São Paulo, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/11B-hVoy_VajVA5G8Nqr4SIVC5g3FMzP6/view?fbclid=IwAR22C9SalwTJK704ZYxxFbpLuQz_f3ppw5UCO-r51ZoHP2Ps8V4ZBihQ_4c0. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSINHO POPULAR HELENY GUARIBA. Edital para seleção de educandos para o cursinho popular Heleny Guariba. São Paulo, 2019. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/97f759_1d8d2752f35f4caca29791ea14b8d214.pdf?fbclid=IwAR1MWO0TmkUI8PRLfzD2_-fmsi9hmrV_B1Bb_uGKYHGLLkH8KrPEqRNhObj. Acesso em: 03 jul. 2019.

CURSINHO POPULAR PIMENTAS UNIFESP. Pré-vestibular Enem Gratuito Cursinho Unifesp Guarulhos 2019 Inscrições Abertas. Blog CPPU. Guarulhos, 20 jan. 2019. Disponível em: <https://cursinhounifesp-guarulhos.blogspot.com/2019/01/pre-vestibular-enem-gratuito-cursinho.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CURSINHO POPULAR SAPIENS. Edital de processo seletivo 2019. Bauru, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15Ppsg-GiAH0sVyx-RwF4n6NAatSzEW7T/view?fbclid=IwAR0twpod3GGK-zZPxu30bWgYtDHnrrLFyBnAsu3bVOyhxKyViZpnvVloWaRc>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CURSINHO PRÉ-UNIVERSITÁRIO DESAFIO. Processo seletivo DESAFIO – Extensivo 2019. Botucatu, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxj-dXJzaW_5ob2Rlc2FmaW98Z3g6NmZkNDdhYWQ5ZGYwMGEx&fbclid=IwAR33Vt2ngxQPfVcpD_rd2n2fnUtbOYDI112i5skMv5NgOzbNoE-Z4HBmJKPI. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR ALVO. Processo seletivo do cursinho Alvo Unesp de Dracena. Dracena, 2019. Disponível em: https://www.dracena.unesp.br/?fbclid=IwAR1DWPBhsmo_Dr1tQ9WdRyiqdDzuGtF0e7uf16Ti79Y7eMzbnrsnqpSLG6w#!/cursinho/regulamento-inscricoes/editais-e-formulario-para-professores/. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR EDUCAÇÃO E CIDADANIA. Edital para o processo seletivo 2019. Sorocaba, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1RfdOCdrhha4eJXuWaA9EeYYgkoxrWl42pvl-VKuIEANk/edit?fbclid=IwAR0PJ7qUwHRYRNfTv-YvVyayw1b7nGWv-WvKG2_bRaadHNIGo6iTnRaUhJAA. Acesso em: 16 jun. 2019.

CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR JEANNINE ABOULAFIA. Manual do candidato. São Paulo, 2019. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/451393_57fd4eb4b59043dc90b540f467fdf71a.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR UFSCAR. Manual do candidato 2019. São Carlos, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1l2zagKa-ya4Vnu9iT_5lvDvTh7i2O2wK_/view. Acesso em: 25 mai. 2019.

CURSINHO UNIFICADO DO CAMPUS DE ARARAQUARA. Edital de Processo Seletivo de Alunos – CUCA Manhã. Araraquara, 2019a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-Q6I1ggzK-geq_pNuaP6E8KgK9RlxBhif/view?fbclid=IwAR1b5X_aydsyh16_EYQzG79vGO1_xqIgrksyi-5t3U56wevU5Q4bPCG7IAuA. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSINHO UNIFICADO DO CAMPUS DE ARARAQUARA. Edital de Processo Seletivo de Alunos Cursistas 2019 – CUCA IQ. Araraquara, 2019b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NtS7X2TqN89I-gOQjgSsD6KCDY8BC5OCO/view>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSINHO UNIFICADO DO CAMPUS DE ARARAQUARA. Núcleos do projeto. Araraquara, 2019c. Disponível em: <https://www.iq.unesp.br/#!/cuca1845/nucleos-do-projeto/>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSO EXATO (São Paulo). Quero ser Aluno! Campinas, 2019. Disponível em: <http://www.cursoexato.preac.unicamp.br/quero-ser-aluno.php>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO GRATUITO PRIMEIRO DE MAIO. Edital Curso Pré-Universitário Gratuito Primeiro de Maio. Bauru, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1McodPWtlcgHa533Yv7t-q14kn7VuKuQf/view?fbclid=IwAR1Eg_55Uyq7TcjrcJqBn0eSPHcHwlX

OvTyuM2fKVpPAa-_8IYjpsd3qCw. Acesso em: 02 jul. 2019.

CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO PSICO. Edital 2019. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rA1By8mKM8wgxyw-Q2uCwJE19xGnXSsLg/view>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSO PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO PRINCIPIA. Edital 001/2019 para Ingresso no Curso Pré-Vestibular Gratuito Principia. Bauru, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1fh9sisNb7-xowh-FmCpI_iH8weHhEHdkb. Acesso em 02 jul. 2019.

CURSO PRÉ-VESTIBULAR MEDENSINA. Edital alunos 2019. São Paulo, 2019.

Disponível em: <http://medensina.com/wp-content/uploads/2018/11/Edital-PS-Alunos-2019.1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CURSO PRÉ-VESTIBULAR UFSCURSO. Edital: processo seletivo 2019. Sorocaba, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16fsVoKcPh0XnhMd_h1fhQos-jUGpFQmp/view?fbclid=IwAR3qQBZytU9ToIz-i0I7bYeh9CqSQ4NxPM6QpwglGvx0vsaTurkr447nkPk. Acesso: em 10 jun. 2019.

CUSTÓDIO, S. J. A emergência do discurso dos sem Universidade no Brasil. 2014. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DOS SANTOS-WISNIEWSKI, M. J. et al. O estado atual do conhecimento da diversidade dos Cladocera (Crustacea, Branchiopoda) nas águas doces do estado de Minas Gerais. *Biota Neotropica*, Campinas, v. 11, n. 3, p. 287-301, 2011.

ESCOLA PREPARATÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Edital PROEC Nº 001/2019: Processo seletivo 2019. Santo André, 2019. Disponível em: http://proec.ufabc.edu.br/images/editais-e-formularios/todos-os-editais/001-2019_Sel_alunos_EPUFABC/edital_001_2019_epufabc_alunos_atualizado_em_07marco.pdf. Acesso em: 21 mai. 2019.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n 79, p. 257-272, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. – I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 07 mai.

2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Relatório do GT Sistema de dados e informações e RENEX. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio-final-Grupo-Tecnico-1999.pdf>. Acesso em 07 mai. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária, 1. ed. Porto Alegre: Gráfica UFRGS, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/proext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf. Acesso em: 07 mai. 2019.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011

FREITAS, A. V. Educação Matemática e Educação de Jovens e Adultos: estado da arte de publicações em periódicos (2000 a 2010). 2013. 360 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2013.

GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 07 mai. 2019.

GERABIXO. Edital do processo seletivo Gerabixo 2019. Sorocaba, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1y-U8hC1gHn3sPuw6uswadDhg_MYZcd8j/view?fbclid=IwAR209FDZr-0M3j8wqwdlDuaPgozV1WnX9PIjSMZAWYo5kixHChq6GaDwPUuI. Acesso em: 04 jul. 2019.

GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? 1. Ed. São Paulo: Cortez, 1986.

INCROCCI, L.M.M.C; ANDRADE, T.H.N. de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 33, n.1, p. 189-214, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-187.pdf>. Acesso

em: 07 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2016-2017: Educação. Brasília, DF: MEC/INEP, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília, DF: MEC/INEP, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> . Acesso em: 09 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2017.zip. Acesso em: 13 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2012. Brasília: Inep, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2018.zip. Acesso em: 07 jan. 2020

JUSTI, J. (Ed.). Além da sala de aula: Democratizando o acesso. Revista Ufscar, São Carlos, v. 2, n. 2, p.46-50, dez. 2017. Disponível em: <http://revista.ufscar.br/edicoeson-line/02/mobile/index.html#p=46>. Acesso em: 06 jun. 2019.

LEONIDIO, L. F. S. História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas De Educação Superior Brasileiras–Forproex (1987-2012). 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25316/1/TESE%20Luciano%20Fl%C3%A1vio%20da%20Silva%20Leon%C3%ADdio.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2019.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. de. Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, p. 69-94, 1968.

MARIE CURIE VESTIBULARES. Manual do candidato 2019. Lorena,

2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14q59yeTWHdloL-7w5VR1HEHlmErde1F5D/view>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MENDES, M. T. Inclusão ou emancipação: um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MODRO, M. V. Análise do processo de apropriação dos gêneros discursivos em práticas letradas socialmente valorizadas: redações de alunos do cursinho pré-vestibular da UFSCar. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

MOEHLECKE, S.; CATANI, A.M. Reforma e Expansão do Acesso ao Ensino Superior: balanço e proposições. In MOEHLECKE, S.; CATANI, AM et al (org.). Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios. Brasília: MEC/INEP(2006). p.49- 65.

MORAES, A. C. Aprendizagem da docência: um estudo com professores do curso pré- vestibular da UFSCar. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2006.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. Educação, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015. ISSN 1984-6444. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/15822>. Acesso em: 27 mar. 2019.

MOTA, I. O.; PEREIRA, A.; NIERO, L. P. Cursinho popular Carolina Maria de Jesus da UFSCar Lagoa Do Sino: sujeito, sentido e imaginário. Igarapé, v. 11, n. 1, 2018, p. 83-96. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/3024/2355>. Acesso em: 31 mai. 2019.

NASCIMENTO, D. Política de acesso ao Ensino Superior: uma análise dos cursinhos pré- vestibulares da Unesp. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2013.

NASCIMENTO, E. P. Jovens e educação superior: as aspirações de estudantes de cursos pré-vestibulares populares. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NOGUEIRA, M. D. P. Onde Falha o Plano Nacional de Extensão?

Interagir: Pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n. 4, p-13, ago/dez. 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/download/21099/15198>. Acesso em: 07 mai. 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OBSERVATÓRIO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – FONAPRACE (Brasília). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. Brasília: Andifes, 2019. 318 p. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

OLIVEIRA, L. S. Paradoxos e desafios do Ensino Superior no Brasil: a experiência dos cursinhos populares. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007 PAIVA, V. “Extensão Universitária no Brasil”. Rev. Bras. Estud. Pedagóg. Brasília, v. 67, n. 155, p. 135-151, jan./abr. 1986.

PIUNTI, J. C. P. Diferentes aprendizagens na perspectiva de alunos de um curso pré- vestibular comunitário. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA (São Paulo). Manual de orientações (cursinho colmeia). Limeira, 2019. Disponível em: <http://servicosonline.limeira.sp.gov.br/colmeia/Manual%20de%20Orienta%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

REDE EMANCIPA (São Paulo). Quem somos. 2019. Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ROCHA, R. M. G. A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (org.) Perfil da extensão universitária no Brasil. Rio de Janeiro: Sesu, 1995. p. 3-7

RODRIGUES, V. M. O programa de extensão universitária Proext no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

ROMANOWSKI, J. P. As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90. 2002. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

RUEDAS, S. M. D. Cursinho popular do município de Jandira uma experiência educacional visando o acesso à educação superior. 2005. 357 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SAFFIOTTI, A. Crise e transformação um estudo sobre a experiência de alunos de baixa renda num cursinho popular. 2008. 372 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS JÚNIOR, A. L. A Extensão Universitária e os entre-laços dos saberes. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, A. Um estudo exploratório sobre a construção de modelos teóricos-práticos a orientação profissional em cursos pré-vestibular. 2002. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 11).

SANTOS, M. A. P. Desafios na aquisição da identidade profissional por jovens universitários egressos de cursinho pré-vestibular popular. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, T. Z dos. Quando o “estranho” resolve se aproximar: A presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.

SCOTE, F. D. Será que temos mesmo direitos a Universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. EXTELAR - Grupo de pesquisa em Extensão Popular (UFPB). Disponível em: <https://docs.google.com/folder/d/0B0WeZ6rpk-FBQXFmMVIHYTJDalE/edit?usp=sharing>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SILVA, F.J.G da. Extensão Universitária: reflexões em tempos de mercantilização da Educação. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2012.

SIQUEIRA, M. H. C. Aprovação no vestibular como sucesso escolar: as contribuições de um cursinho popular. 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

SLONGO, I. I. P. A produção acadêmica em ensino de biologia: um estudo a partir de teses e dissertações. 2004. 364 f. Tese (Doutorado em Educação – Ensino de Ciências Naturais) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SOUSA, A. L. L. História da extensão universitária. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

SOUZA, C. O. O acesso a Universidade e o destino social de ex-alunos de cursinhos populares. 2009. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TANGERINO, S. V. EXPERIÊNCIAS AO RÉS DO CHÃO – UMA VISÃO PARA A EDUCAÇÃO POPULAR: estudo de caso sobre o cursinho popular Florestan Fernandes. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TARÁBOLA, F. S. Aspirantes: desafios de estudantes da USP egressos de escolas públicas no contexto do novo tensionamento político-social brasileiro. 2016. 417 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TEIXEIRA, C. R. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de pós-graduação em Educação: Currículo (1975 – 2000). Cadernos de Pós-Graduação – Educação, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Anuário Estatístico da USP Base de dados 2017. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>. Acesso em: 19 jun. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Anuário estatístico 2018. Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2018/anuario2018.pdf>. Acesso em 30 jun. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdades e Institutos. Campinas, 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/faculdades-e-institutos>. Acesso em: 29 jun. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Unicamp amplia diversidade e aprova 38% de estudantes pretos e pardos em primeira chamada. Campinas, 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/noticias/2019/02/13/unicamp-amplia-diversidade-e-aprova-38-de-estudantes-pretos-e-pardos-em>. Acesso em: 29 jun. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Anuário 2023. 2023. Disponível em: <https://ape.unesp.br/anuario/flip2024/8/#zoom=true>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Resolução UNESP nº 14, de 02 de março de 2016. 2016. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/Instituicao/administracao/cpeu550/resolucao_unesp_14_2016_cursinhos_pre_universitarios_unesp. Acesso em: 01 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Apresentação. 2019. Disponível em: <https://www2.ufscar.br/a-ufscar/apresentacao>. Acesso em: 01 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Análise do perfil do ingressante 2016. 2016. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/prae/institucional/prae/comissoes/cepeg/documentos/perfil_geral?download=460:relatorio-cepeg-2016. Acesso em: 01 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Total de matrículas 2018. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/pro-reitoria-de-graduacao/informacoes-institucionais/graduacao-em-numeros?download=787:total-de-matriculas-2018>. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Perfil do Ingressante da Graduação. Santo André, 2017. Disponível em: http://propladi.ufabc.edu.br/images/perfil_aluno/microdados_ingressante_2017.xls. Acesso em: 01 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. UFABC em números 2019. Santo André, 2019. Disponível em: <http://propladi.ufabc.edu.br/images/>

ufabc_em_numeros/ufabc_numeros_%202019.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

VALERIANO, S. M. S. Um estudo de ideologia - educação cidadã: uma análise sobre as motivações e aspirações dos alunos da ONG EDUCAFRO. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006.

VITORINO, D. C. O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG Fonte (Araraquara-SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Soc. Estado. Brasília, vol. 25, n. 2, pp. 205-224, 2010.

WHITAKER, D. C. A. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a Orientação Profissional. Rev. bras. orientac. prof., São Paulo, v. 11, n. 2, p. 289-297, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n2/v11n2a13.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

WHITAKER, D. C. A.; PAIVA, F. N., ONOFRE, S. A. Cursinhos comunitários, esperança e desalento: Um estudo de caso em assentamentos de reforma agrária (Araraquara-São Paulo). In FERNANDES, A. V. M.; ALMEIDA, C. P. D.; WHITAKER, D. C. A. (org.). Educação, juventude e políticas públicas: Reflexões sobre inclusão e preconceito. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2008. p. 35-50.

ZAGO, Nadir. Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 260-279. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1585/1433>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Normalização

Taciana Oliveira

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

ISBN 978-65-5954-537-7



9 786559 545377